

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

ANA LUIZA BONGIOVANI BATISTA DE SOUZA FIGUEIREDO

**DESINFORMAÇÃO EM ÁUDIO:  
DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

Belo Horizonte

2024

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

ANA LUIZA BONGIOVANI BATISTA DE SOUZA FIGUEIREDO

**DESINFORMAÇÃO EM ÁUDIO:  
DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG, na linha de pesquisa em Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Caldas Pessoa

Belo Horizonte

2024

301.16 Figueiredo, Ana Luiza Bongiovani Batista de Souza.  
F475d Desinformação em áudio [manuscrito] : desafios e  
2024 potencialidades / Ana Luiza Bongiovani Batista de Souza  
Figueiredo. - 2024.  
141 f.  
Orientadora: Sônia Caldas Pessoa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1. Comunicação – Teses. 2. Desinformação - Teses  
3. Projeto Comprova - Teses. I. Pessoa, Sônia Caldas .  
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**"Desinformação em Áudio: desafios e potencialidades."**

**ANA LUIZA BONGIOVANI BATISTA DE SOUZA FIGUEIREDO**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profª Sônia Caldas Pessoa - Orientadora  
DCS/FAFICH/UFMG

Profª Debora Cristina Lopez  
UFOP

Prof. Phellipy Pereira Jácome  
DCS/FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 02 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Debora Cristina Lopez, Usuário Externo**, em 02/07/2024, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Phellipy Pereira Jacome, Professor do Magistério Superior**, em 02/07/2024, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Caldas Pessoa, Professora do Magistério Superior**, em 02/07/2024, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3326929** e o código CRC **C41B3B12**.

Às minhas avós, não mais aqui, e às minhas afilhadas,  
por despertarem o desejo de um aqui melhor

## **AGRADECIMENTOS**

Concluo esta dissertação num ponto bem diferente daquele onde comecei. Não só pelo turbilhão de autodescoberta que uma pesquisa de mais de dois anos nos proporciona, e pela oportunidade de me dedicar a um assunto que me intriga, me instiga e me interessa, aprendendo com tanta gente brilhante. Também estou em outro momento profissional, agora distante do rádio e da redação, e concluir este trabalho também é tentar honrar a minha trajetória e a dos profissionais com quem pude aprender tanto ao longo da jornada. Agradeço a eles – especialmente à minha mãe do jornalismo, Cinini - pelos conselhos, parceria, e giros de reportagem em meio ao caos do factual. Vocês são incríveis.

Aos colegas de Comprova: dividimos momentos de tensão e euforia, e sem essa oportunidade essa pesquisa não existiria. Pablo, brigada pela confiança e apoio, mesmo quando eu não tinha ideia do que estava fazendo. Ainda quero ser como você quando crescer.

Agradeço à minha rede de apoio, presente desde os meus primeiros desafios e sempre pronta pra me defender e me incentivar a seguir só mais um pouquinho, mesmo quando eu já estava pronta pra jogar a toalha. Mãe, pai, Leo, Gui (e Dobby e Duke!), vocês são tudo e espero que saibam. Primos e tios queridos, brigada por compreenderem as ausências e torcerem sempre por mim.

Aos meus mais doces amigos, Gabi, Rod, Gabs, Pedro, Giu, Bru, Gio e Chan: vocês me mantêm sã, mesmo quando tentam me enlouquecer. Ao Fogo, que mesmo de longe é das bases mais sólidas que eu tenho (Carol, eu amo você, amiga).

Agradeço também aos colegas de PPGCOM e aos professores que me fizeram perceber que o mestrado era possível. E, sobretudo, à minha orientadora, professora Sônia Caldas Pessoa, pela firmeza e paciência quando eram necessárias. Eu não teria concluído essa pesquisa se não fosse com você, e nem sei se gostaria. Muito obrigada por me mostrar, com seu exemplo na sala de aula, que o processo pode ser mais leve, mas não menos enriquecedor.

*“[...] A impressão que ficou pra mim é de que ainda não temos as ferramentas cognitivas e emocionais para lidar com imagens de chouriço particularmente tentadoras, sobretudo quando todos ao redor desejam acreditar que se trata da estrela mais próxima do Sol.”*

*(Bárbara, 2022, p. 45)*

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata-se de uma análise de discurso de conteúdos de desinformação em áudio obtidos pelo Projeto Comprova entre 2021 e 2022. O nosso objetivo é identificar o que é dito e como é dito neste conteúdo de desinformação em áudio para que ele seja percebido como verdadeiro por parte da audiência. No nosso percurso metodológico, ancorado em Charaudeau ([1984], 2005), partimos da auditoria (Meditsch; Betti, 2019) dos conteúdos —14 mensagens em áudio— para analisar as características que o compõem, para além dos elementos verbais. Isso inclui a sonoridade do material e características da fala do interlocutor. A nossa análise, em um outro momento, concentra-se nos temas abordados nos áudios, ressaltando a capacidade do formato em evocar afetos nos ouvintes quando trata de temas sociais sensíveis (Emediato, 2023) envolvidos em camadas de um imaginário sócio-discursivo (Charadeau, 2007). Ao longo do trabalho, discorreremos ainda sobre as nossas próprias afetações no tema, enquanto apresentamos conceitos sobre desinformação e um histórico das iniciativas de fact-checking, como o Projeto Comprova, no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: desinformação em áudio; Projeto Comprova. perspectiva dos afetos; imaginários sócio-discursivos; temas sociais sensíveis.

## ABSTRACT

This master's dissertation focuses on a discourse analysis of misinformation content in audio format obtained by the Projeto Comprova between 2021 and 2022. Our goal is to identify what is said and how it is articulated in this misinformation audio content in order to be perceived as true by the audience. Methodologically, drawing on Charadeau ([1984], 2005) and anchored in the audit approach (Meditich; Betti, 2019) of the contents — 14 audio messages — we analyze their compositional characteristics beyond verbal elements. This includes the sound quality of the material and characteristics of the speaker's voice. At another stage of our analysis, we concentrate on the themes addressed in the audios, emphasizing the format's ability to evoke emotions in listeners when dealing with sensitive social issues (Emediato, 2023) intertwined with layers of socio-discursive imaginary (Charadeau, 2007). Throughout the study, we also reflect on our own affections to the topic while presenting concepts on misinformation and a history of fact-checking initiatives such as Projeto Comprova, both in Brazil and globally.

Keywords: audio misinformation; Projeto Comprova; affections' perspective; socio-discursive imaginaries; sensitive social themes.

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Checagem feita pelo “Fato ou Fake”, do G1.....	17
Fig. 2 - Desordem informacional para Claire Wardle.....	24
Fig. 3. Capa da Revista Veja sobre o “Petrolão”.....	31
Fig. 4 - “ <i>Truth-o-meter</i> ” do <i>PolitiFact</i> .....	40
Fig. 5 - Verificação de suposto áudio de Jair Bolsonaro, na campanha presidencial de 2018.....	45
Fig. 6 - Linha do tempo pré-lançamento - Projeto Comprova.....	51
Fig. 7 - Fluxo de trabalho - Projeto Comprova.....	52
Fig. 8 - Assinatura dos veículos nas publicações.....	56
Fig. 9 – Checagens feitas pelo Comprova sobre políticas públicas do governo federal...60	
Fig. 10 - Checagem alerta, na seção que contém detalhes sobre o processo de apuração, para a data em que as informações foram coletadas.....	64
Fig. 11 - Mensagem de autor de postagem sobre motociata de bolsonaristas, após contato feito pelo WhatsApp para apuração.....	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Áudios selecionados para a análise.....47

Tabela 2 - Categorização temática dos áudios.....73

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 NASCE UMA JORNALISTA; ELEGE-SE UM PRESIDENTE</b> .....	16
<b>2.1 A desinformação no Brasil</b> .....	22
<b>2.2 A Desinformação em áudio</b> .....	29
<b>2.3 Infodemia</b> .....	34
<b>3 O JORNALISMO “REVIDA”</b> .....	38
<b>3.1 O ecossistema do <i>fact-checking</i></b> .....	39
<b>3.2 Percursos metodológicos</b> .....	44
3.2.1 O Projeto Comprova .....	49
3.2.2 A fase 2.0 (e as seguintes).....	59
<b>4 ‘VOU MANDAR UM ÁUDIO’</b> .....	71
<b>4.1 O que dizem</b> .....	72
<b>4.2 Como dizem</b> .....	83
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: afetos em rede</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
<b>APÊNDICE 1 - IFCN Code of Principles</b> .....	99
<b>APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO DOS ÁUDIOS ANALISADOS</b> .....	106

## 1 INTRODUÇÃO

Foi em 2018 que a expressão “*fake news*” passou a fazer parte do vocabulário de muitos brasileiros. No ano anterior, 2017, o dicionário *Harper Collins* já havia colocado a definição em destaque, como a “palavra do ano” — por causa da sua utilização na eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, em 2016, e no referendo do *Brexit*<sup>1</sup>, no Reino Unido —, mas no contexto brasileiro foi a campanha à presidência de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) que amplificou o alcance desse tipo de desinformação (Figueiredo; Pessoa, 2023).

O contexto também impulsionou a busca por soluções para mitigar os efeitos das *fake news*, tanto pelas instituições democráticas — que delinearam desde acordos entre líderes partidários junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até um projeto de lei para a criminalização da desinformação propagada pela internet — quanto pelo jornalismo, que se debruçou sobre o tema nos meios acadêmico e profissional (Figueiredo; Pessoa, 2023).

Kischinhevsky e outros autores ressaltam que “as eleições no Brasil estão entre as primeiras a experimentar o uso do WhatsApp para a difusão de desinformação política das chamadas *fake news*<sup>2</sup>” (Kischinhevsky *et al*, 2020, p. 142, tradução nossa), mas esse mergulho profundo no cenário de desinformação não deu aos brasileiros a prerrogativa de já terem encontrado as respostas mais adequadas ao problema.

A desinformação que se espalhava pelas redes sociais e a forma como o jornalismo e as instituições poderiam e deveriam responder a ela, se pela via da educação midiática ou da verificação de conteúdo (Goretti, 2021), por exemplo, foram desafios que se impuseram concomitantemente ao início da minha carreira e, por isso, me inquietaram profundamente em todos os momentos de minha atuação como jornalista e da minha segunda formação, em Direito. A questão, aliás, ainda não foi dirimida, e é alvo de debates constantes no campo regulatório (Ribeiro; Ortellado, 2018).

---

<sup>1</sup> Processo que culminou na saída do Reino Unido da União Europeia.

<sup>2</sup> No original: “Brazilian elections were among the first ones to experiment the use of WhatsApp for the diffusion of political disinformation and the so-called fake news.”

Era angustiante, sobretudo nos períodos mais agudos da pandemia da covid-19, passar o dia de trabalho apurando informações e entrevistando fontes que confirmavam fatos e situações em primeira mão, para depois ouvir - tanto de estranhos na internet quanto de pessoas próximas - dúvidas sobre a veracidade de algo que parecia absolutamente óbvio. Deparar-me com peças de desinformação, principalmente quando compartilhadas por pessoas que me conheciam e sabiam que sou jornalista, causava uma constante frustração e parecia um desafio ao meu próprio trabalho: se eu não era capaz de transmitir as informações corretas sequer a quem fazia parte do meu convívio, o jornalismo ainda tinha algum sentido?

O desconforto era tanto que me ofereci em 2020, dentro do Grupo Bandeirantes, onde já trabalhava na época, para atuar como checadora no Projeto Comprova<sup>3</sup>, um dos principais projetos de *fact-checking* do país, que funciona na forma de uma coalizão entre as maiores redações do Brasil. Naquele momento, o foco da iniciativa era a desinformação ligada à pandemia da covid-19, e ajudar no trabalho de verificação me pareceu uma forma de contribuir para a diminuição do clima de medo e insegurança diante da pandemia, além de, talvez, possibilitar a busca pelas respostas diante dos desafios da profissão.

Para Moriceau (2021), os afetos “são geralmente o que dá sentido à investigação, o que desperta nosso desejo, ou necessidade de pesquisar” (Moriceau, 2021, p. 18). No meu caso, a construção do meu caminho como pesquisadora, algo que nunca tinha almejado durante o meu percurso na graduação, só se tornou uma possibilidade a partir dessa afetação surgida no âmbito profissional. Foi a partir do trabalho no Comprova que senti a necessidade de me aprofundar na temática da desinformação, tendo como foco o tipo de conteúdo que eu, enquanto jornalista trabalhando no rádio, me sentia mais desafiada a checar: as mensagens em áudio que circulavam pelas redes sociais.

Tendo vivenciado uma parte desse cenário, busco realizar uma contextualização da desinformação no Brasil, que ganhou força, como já ressaltamos, durante a campanha presidencial de 2018, tendo atingido patamares capazes de literalmente arriscar vidas humanas com o início da pandemia da covid-19, em 2020.

---

<sup>3</sup> <https://projeto comprova.com.br/>

No segundo capítulo, explicitamos as iniciativas lideradas por jornalistas para combater a desinformação, dentro e fora do Brasil, com foco na experiência colaborativa — e, nesse sentido, distinta das demais realizadas no país — do Projeto Comprova. Por ter integrado a iniciativa por um período considerável, detalho, ainda, na primeira pessoa, alguns dos desafios relacionados ao processo de checagem.

O conteúdo de desinformação em áudio recebido pelo Projeto Comprova para checagem é o nosso objeto de pesquisa. Tivemos acesso a todo o material possivelmente inverídico captado ou recebido pela coalizão nos anos de 2021 e 2022, e separamos todos os que tinham o formato áudio para realizar a nossa análise. Ao todo, localizamos 14 mensagens, de diferentes tempos de duração, que categorizamos conforme o tema principal abordado. No quarto capítulo desta dissertação, descrevemos esse conteúdo e prosseguimos à sua análise, a partir de características sonoras, verbais e não-verbais.

O nosso objetivo é realizar uma análise de discurso como proposta por Charaudeau ([1984], 2005), em busca de uma resposta para a seguinte pergunta: **o que é dito e como é dito no conteúdo de desinformação em áudio para que ele seja percebido como verdadeiro por parte da audiência?**

No nosso percurso metodológico, partimos da auditoria (Meditsch; Betti, 2019) dos conteúdos, que nos permite uma análise focada não apenas nos elementos verbais da comunicação em áudio, mas também na sonoridade daquele material, incluindo, por exemplo, a musicalidade, a composição rítmica, os ruídos do ambiente em que o áudio foi gravado, o grão da voz e a espontaneidade do interlocutor. Analisamos também elementos como a velocidade da fala do interlocutor, a formalidade ou a coloquialidade do discurso, a qualidade técnica da gravação, a natureza da informação repassada no áudio, sua temática principal e suposta origem.

Por fim, ressaltamos a capacidade do conteúdo em áudio de evocar afetos nos ouvintes, na medida em que se conectam, de forma ao mesmo tempo próxima e anônima, com uma identidade moldável da figura do interlocutor. Em todos os áudios, percebemos ainda a evocação de imaginários sócio-discursivos (Charadeau, 2007) a

respeito de temas sensíveis (Emediato, 2023), ligados principalmente a polêmicas sociais.

## 2 NASCE UMA JORNALISTA; ELEGE-SE UM PRESIDENTE

Comecei a atuar como jornalista formada na redação da Rádio BandNews FM de Belo Horizonte — onde já tinha estagiado por quase um ano —, em julho de 2018, ano de eleições presidenciais. Naquele ponto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava preso, mas continuava sendo apontado como o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Palácio do Planalto. O ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, era o concorrente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), chapa que por anos compôs o outro polo das disputas eleitorais do país. A ex-senadora Marina Silva, pela Rede Sustentabilidade (Rede), também despontava como uma candidata considerada viável pelos analistas políticos, e pontuava significativamente nas pesquisas de intenção de voto, assim como o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Naquele momento da história, o nome de Jair Bolsonaro, um deputado do chamado “baixo clero” do Congresso Nacional, recém-filiado ao Partido Social Liberal (PSL), já aparecia em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, mas cientistas políticos e analistas acreditavam que o cenário seria revertido com o início da propaganda eleitoral obrigatória de rádio e televisão, já que a chapa de Bolsonaro teria poucos segundos de tela:

Para Deysi Ciocari, cientista política da PUC-SP, a ampla aliança construída por Alckmin lhe dá "uma possibilidade concreta de estar no segundo turno".

Na sua avaliação, embora as redes sociais tenham relevância crescente como meio de informação, elas ainda não terão peso determinante na eleição, porque boa parte da população brasileira vive em pequenas cidades ou no meio rural, onde o uso da internet não é tão intenso.

"No interior, muitas pessoas só ouvem rádio, veem TV. Não tem Twitter, Facebook", ressalta. Ciocari acredita que o tempo amplo de propaganda eleitoral pode ser uma oportunidade para Alckmin recuperar parte dos votos, de um eleitor mais conservador de direita, que perdeu para Bolsonaro. (Shalders; Schreiber, 2018, [s.p.]

Conhecendo os resultados das eleições presidenciais de 2018, podemos afirmar que os analistas políticos deixaram escapar, ao menos naquele momento, componentes que seriam essenciais para a definição do pleito. Diferentemente de todas as eleições realizadas desde a redemocratização, em 1988, até ali, o tempo de tela de cada

candidato no horário eleitoral gratuito na televisão não foi o fator determinante para o resultado. Aliás, Geraldo Alckmin, que teve o maior tempo de propaganda eleitoral gratuita<sup>4</sup> — mais de cinco minutos e meio — ficou em quarto lugar na disputa, com 4,76% dos votos válidos<sup>5</sup>.

Ocorre que, mesmo em meados de 2018, quando a eleição de Bolsonaro ainda não era seriamente considerada pelos especialistas políticos, a própria imprensa já relatava parte da estratégia que depois se revelou essencial para a ascensão da extrema direita no país, ainda que não percebesse o peso desses episódios. “É #FAKE a pesquisa que mostra Bolsonaro à frente em todos os estados mesmo com Lula candidato”, diz o título de matéria publicada por Adriane Schultz no portal G1 em 30 de julho de 2018 (Fig. 1). Segundo o texto, a mensagem com a falsa pesquisa eleitoral se espalhava pelo aplicativo de mensagens instantâneas mais popular do país, o WhatsApp.

**Fig. 1 – Checagem feita pelo “Fato ou Fake”, do G1**

The image shows a screenshot of a news article from G1. At the top, there is a red banner with the G1 logo on the left and the text 'FATO OU FAKE' in white capital letters on the right. Below the banner, the main headline is in large, bold, black font: 'É #FAKE a pesquisa que mostra Bolsonaro à frente em todos os estados mesmo com Lula candidato'. Underneath the headline, there is a sub-headline in a smaller font: 'Mensagem tem se espalhado no WhatsApp. Pesquisa citada não foi feita; Instituto Paraná Pesquisas diz que vai tomar as medidas legais cabíveis.' Below this, the author's name 'Por Adriane Schultz, G1' and the date '30/07/2018 13h31 · Atualizado há 4 anos' are visible. On the right side, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, and LinkedIn, followed by a share icon.

Fonte: Captura de tela realizada pela autora<sup>6</sup> (2023)

<sup>4</sup>Ver <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/28/tse-aprova-resolucao-com-tempos-de-propaganda-dos-candidatos-a-presidente.ghtml>

<sup>5</sup> Ver <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2018/1turno/>

<sup>6</sup> <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/pesquisa-mostra-bolsonaro-a-frente-em-todos-os-estados-mesmo-com-lula-candidato-fake.ghtml>

Com Bolsonaro praticamente isolado no PSL, sem as alianças<sup>7</sup> que o permitiriam um tempo razoável de propaganda eleitoral nos meios convencionais de comunicação, como o rádio e a TV, coube à campanha bolsonarista buscar outras formas de atingir os potenciais eleitores com a agenda defendida pelo candidato de extrema-direita. Em entrevista à revista Piauí, na campanha de 2018, o então deputado federal e candidato ao Senado (PSL-SP), Major Olímpio<sup>8</sup>, que participava ativamente da campanha bolsonarista à presidência, confirmou a aposta da chapa nos meios digitais:

Meu nome é Major O..., brinca o deputado Major Olímpio, do PSL, sobre o que dirá no tempo de tevê que seu partido terá na campanha para a eleição de outubro. “Já tenho que chegar dizendo Olímpio. Se não, não dá tempo.”

Candidato a senador por São Paulo na chapa de Jair Bolsonaro, ele estima que a legenda terá apenas oito segundos na tevê por dia. Em razão disso, se diz obrigado a apostar todas as fichas na teoria que as redes sociais vencerão as eleições. E um dos principais trunfos do partido, ele acredita, está no WhatsApp. Só em seu celular pessoal, o Major Olímpio integra 897 grupos na rede de troca instantânea de mensagens (Goulart, 2018, [s.p.]).

O que se criou, na campanha eleitoral, foi uma rede sem precedentes de distribuição de conteúdo bolsonarista pelas plataformas e redes sociais — sobretudo focada no Whatsapp. Pelos cálculos do Major Olímpio, somente ele era capaz de atingir 220 mil pessoas com cada mensagem que enviasse às centenas de grupos de que fazia parte (Goulart, 2018).

Falaremos mais adiante, de forma mais detalhada, sobre as estratégias envolvidas nessa atuação nas redes, mas o que mais importa, nesse ponto, é ressaltar a novidade dessa prática. O paradigma existente desde a criação da propaganda eleitoral gratuita, que colocava o tempo de rádio e de televisão no centro da disputa dos políticos, motivando alianças partidárias, perderia importância diante do alcance do conteúdo produzido nas plataformas digitais. O jornalismo, como já citado, demorou a

---

<sup>7</sup> A coligação que elegeu Bolsonaro era composta apenas pelo PSL e pelo PRTB. Ver: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/BR/280000614517>

<sup>8</sup> Sérgio Olímpio Gomes foi apoiador de Jair Bolsonaro e participante ativo da campanha. Olímpio faleceu de covid-19 em 2021. Ver: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5666>.

perceber essa mudança de eixo, e as redações, em 2018, ainda se agarravam à memória da cobertura de eleições anteriores. Não demoraríamos a perceber que estávamos enganados.

Conto isso ao falar sobre o início da minha trajetória como jornalista porque quero demonstrar como os temas de que trato nesta dissertação sempre estiveram ali bem próximos de mim. Meus primeiros momentos como profissional foram marcados profundamente por uma cobertura eleitoral intensa — repleta de estratégias nunca utilizadas por um candidato — e, sobretudo, hostil, inclusive contra os profissionais da imprensa, na mira de ataques violentos (Abraji..., 2019).

A repórter da Folha de S. Paulo, Patrícia Campos Mello, foi um dos principais alvos dessas agressões, justamente por ter escrito reportagens a respeito da rede de desinformação criada por Bolsonaro durante a campanha eleitoral (sobre a qual falaremos adiante). No livro que escreveu sobre o assunto, Campos Mello (2020) relatou que, a partir do governo Bolsonaro, as agressões e ameaças online tornaram-se frequentes, como uma “nova forma de censura, terceirizada para exércitos de *trolls* patrióticos repercutidos por robôs no Twitter, Facebook, Instagram e Whatsapp.” (Campos Mello, 2020, p. 92). A jornalista ressalta que as mulheres eram as vítimas preferenciais desses ataques, focados na aparência física ou em ofensas à honra, ao invés de qualquer crítica relacionada ao trabalho desenvolvido nas redações.

Como uma jovem jornalista, eu começava, insegura, num ambiente onde meus colegas mais experientes também não se sentiam seguros. Não se tratava de uma ameaça concreta, mas o clima era de hostilidade e polarização extrema: a tradicional camaradagem que existia na troca de mensagens com ouvintes da rádio passou a dar lugar, em boa parte das vezes, a críticas agressivas e xingamentos, que vinham como resposta a qualquer comentário percebido como partidário por parte dos jornalistas. Ao mesmo tempo em que precisávamos cobrir cada momento de um processo eleitoral complexo, o nosso trabalho poderia nos tornar alvo de campanhas de difamação por parte de um grupo que se sentisse desagradado diante do que era noticiado. O caso de Campos Mello nos indignava — e produziu várias reações da categoria, inclusive pelos

anos seguintes, com a continuidade dos ataques<sup>9</sup> —, mas também era um lembrete constante do tamanho das consequências das campanhas de difamação.

Além da insegurança no aspecto pessoal, ela também existia na atuação profissional, sem a certeza sobre a melhor maneira de lidar com as ondas de desinformação que já se espalhavam pela internet.

Essa espécie de “atordoamento” não foi uma reação exclusiva dos jornalistas brasileiros — e aqui faço ressalvas aos trabalhos de checagem que já eram feitos por projetos especializados, mas que ainda não eram uma prática disseminada entre todas as redações, e sobre os quais falaremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo. Nas Filipinas, a eleição do presidente de extrema-direita, Rodrigo Duterte<sup>10</sup>, em 2016, também provocou um processo semelhante na imprensa local:

Um artigo nosso de quase seis meses antes, “Homem com bomba preso no posto de controle de Davao” era, naquele dia, a nossa matéria mais lida [...].

Essa foi a primeira vez que apanhamos uma operação de desinformação em tempo real, executada desajeitadamente para manipular a opinião pública [...].

[...]

Para alertar o público que essa velha notícia estava sendo usada para enganar a percepção das pessoas sobre os acontecimentos, decidimos publicar um post de alerta na nossa página do Rappler no Facebook [...]. Mas decidimos não fazer uma reportagem completa sobre a operação porque não queríamos amplificar a desinformação. Lutamos desde o início com o problema de como equilibrar estas três coisas: divulgar as informações sobre a manipulação, corrigir a desinformação e limitar o seu alcance. Melhoramos nisso nos anos seguintes [...] (Ressa, 2022, p. 170-172).

O que se tinha, portanto, era uma descrença na possibilidade de vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais, uma incompreensão do alcance das estratégias usadas durante a campanha e a incerteza quanto à melhor forma, jornalisticamente, de reagir a esse conteúdo que emergia das redes e reverberava no ambiente *offline*.

---

<sup>9</sup> Ver: <https://www.ethos.org.br/conteudo/posicionamentos/em-defesa-do-jornalismo-solidariedade-a-patricia-campos-mello/>

<sup>10</sup> Ver: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/rodrigo-duterte-e-eleito-presidente-das-filipinas-20160510055505807524.html>

Não defendemos, de maneira ingênua, que a eleição de Bolsonaro tenha sido uma consequência exclusiva e direta do uso das redes sociais como ferramentas poderosas para o espalhamento de desinformação. É razoável, porém, atribuir à estratégia bolsonarista nas redes ao menos parte do sucesso da campanha que o levou à presidência. No livro “O ovo da serpente”, Consuelo Dieguez (2022) relata que a aproximação entre o próprio então deputado Jair Bolsonaro e a sua base de apoiadores se deu de forma deliberada, pelas redes sociais, e que cidadãos comuns passaram a atuar como cabos eleitorais importantes no ambiente virtual, em movimentos que respingavam no *offline*, como nas recepções calorosas do “mito” em aeroportos. Campos Mello (2020) ressalta que a estratégia digital da campanha ficou sob a coordenação do segundo filho de Jair Bolsonaro, Carlos, que soube aplicar ao cenário brasileiro estratégias que eram usadas por políticos de outros países (Figueiredo; Pessoa, 2023). Enquanto isso, os outros candidatos à presidência do Brasil, como já apontamos, ainda focavam nas estratégias tradicionais de campanha, com uma presença online muito menos impactante. “[Carlos Bolsonaro] muito cedo percebeu que a propaganda — viral ou controlada — nas redes sociais passaria a ser crucial em campanhas políticas”. (Campos Mello, 2020, p. 31).

Além disso, o processo de escalada autoritária ocorrido nos últimos anos, no Brasil e em várias partes do mundo, pode ser entendido como uma consequência não só das desigualdades perpetuadas pelo neoliberalismo, mas também pela “forma neoliberal de razão e de valoração” (Brown, 2019, p. 17). Para Brown, pessoas “abandonadas economicamente e ressentidas racialmente” (Brown, 2019, p. 17) tiveram o sentimento de raiva instrumentalizado para a formatação de políticas autoritárias, nacionalistas e brancas, que seguiram vários anos de ataques neoliberais à democracia. “Eles também se misturam com um niilismo intenso que se manifesta como perda da fé na verdade, na facticidade e em valores fundamentais” (Brown, 2019, p. 17).

Para Dieguez (2022),

As redes sociais se mostraram um terreno fértil para o estímulo do medo, pintando a realidade com cores muito sombrias. Os problemas econômicos - como a inflação e o desemprego -, as invasões de terra pelo MST, a criminalidade e os escândalos de corrupção eram amplificados e trombeteados incessantemente na internet, dando a

impressão de que o país estava mergulhado na miséria, na violência e na desordem. O temor de que o país pudesse entrar em convulsão fez a sociedade embarcar no discurso salvacionista de Bolsonaro. (Dieguez, 2022, p. 127).

Tem-se, portanto, a conjunção entre um ambiente virtual bem construído pela campanha do candidato e a predisposição de parte do eleitorado em aceitar as ideias bolsonaristas, num misto de desencanto e conservadorismo (Dieguez, 2022).

## 2.1 A desinformação no Brasil

Por mais que a existência de processos desinformativos seja tão antiga quanto o desenvolvimento do jornalismo, é inegável que, graças às tecnologias digitais – que subverteram a produção de conteúdo e o binômio emissor/receptor –, a amplificação e a possibilidade de alcance do conteúdo falso se tornaram maiores a partir da década de 2010 do que em qualquer outro momento da história.

Allcott e Gentzcow (2017, p. 213) definem *fake news* como “artigos jornalísticos que são intencionalmente e verificadamente falsos, e poderiam enganar leitores”<sup>11</sup> (tradução nossa). Para os autores, a definição inclui tanto peças criadas deliberadamente com o propósito de enganar quanto textos saídos de sites satíricos, mas que podem ser interpretados como verdadeiros, especialmente se retirados de contexto ao circular pelas redes sociais.

Apesar da continuada relevância dos estudos desenvolvidos por Allcott e Gentzcow, sobretudo no entendimento do contexto das eleições norte-americanas de 2016, que foram o foco da análise, é preciso considerar que a definição de *fake news* proposta por eles, se aplicada ao contexto brasileiro atual, deixaria de considerar uma série de conteúdos desinformativos importantes; as mensagens no WhatsApp com conteúdo falso, que já mencionamos terem tido um papel importante nas eleições brasileiras, e sobre as quais falaremos mais à frente, por exemplo, não seriam consideradas *fake news*. Passemos, então, às conceituações propostas por outros autores.

---

<sup>11</sup> No original: “news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers”

Braga (2018) tem uma definição um pouco mais ampla que os primeiros autores, e considera como *fake news* "a disseminação, por qualquer meio de comunicação, de notícias sabidamente falsas com o intuito de atrair a atenção para desinformar ou obter vantagem política ou econômica" (Braga, 2018, p. 205).

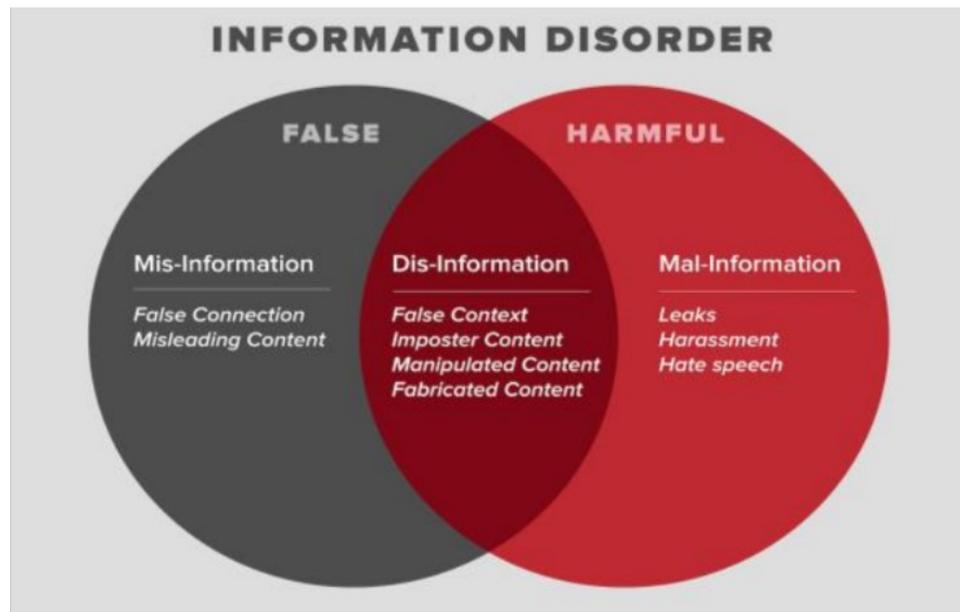
Brisola e Bezerra (2018) também focam na intencionalidade enganosa do conteúdo, para que ele seja classificado como *fake news*, mas, para os autores, o mais importante é que esse material tenha a aparência de notícias verdadeiras, emulando formatos usados pelos meios de comunicação tradicionais. Nessa definição, são desconsiderados "além dos erros genuínos que podem ocorrer no processo de produção jornalística, as sátiras criadas para ironizar o próprio noticiário" (Brisola; Bezerra, 2018, [s.p]).

Claire Wardle (2020) destaca que a definição literal do termo — notícias falsas, em português — não é capaz de abarcar todos os possíveis contornos do fenômeno:

O termo "*fake news*" (notícia falsa) não é nem o começo de tudo isso. A maior parte desse conteúdo nem é falso; muitas vezes é verdadeiro, usado fora de contexto e armado por pessoas que sabem que falsidades baseadas em um núcleo de verdade têm mais probabilidade de serem tomadas como verdade e compartilhadas. Além disso, a maior parte disso não pode ser descrita como "notícia". São rumores à moda antiga, memes, vídeos manipulados, "anúncios micro-localizados" hipersegmentados e fotos antigas compartilhadas novamente como se fossem novas (Wardle, 2020, p. 8).

Ao invés de *fake news*, a autora fala em transtornos da informação (Fig. 2), que podem ser classificados conforme a sua falsidade ou intenção de causar prejuízo: a "mesinformação" (Wardle, 2020, p. 11), que tem um conteúdo falso, mas não foi intencionalmente pensada para causar algum prejuízo (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 20); a "desinformação" (Wardle, 2020, p. 11), que se refere ao conteúdo falso criado para prejudicar alguém deliberadamente (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 20); e, finalmente, a "malinformação" (Wardle, 2020, p. 11), que é baseada na realidade, mas instrumentalizada para causar danos (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 20).

**Fig. 2 - Desordem informacional para Claire Wardle**



Fonte: WARDLE; DERAKHSHAN 2017, p. 20

Claire Wardle (2020) ainda vai além na classificação da desordem informacional, e aponta os tipos de fenômenos que mais comumente são identificados: (a) **Sátira**, em que não há intenção de causar dano, mas que pode causar confusão no receptor do conteúdo; (b) **Conexão falsa**, em que a linguagem sensacionalista da manchete ou o uso indevido de uma imagem, por exemplo, podem levar a uma leitura equivocada do conteúdo; (c) **Conteúdo enganoso**; (d) **Contexto falso**; (e) **Conteúdo impostor**, em que fontes genuínas são falseadas; (f) **Conteúdo manipulado** e (g) **Conteúdo fabricado**.

Consideramos relevante destacar que os fenômenos dos tipos (c) a (g), listados acima, constituem estratégias adotadas de forma a propositalmente propagar algum tipo de desinformação, enquanto os tipos (a) e (b) caracterizam-se pela ocorrência de algum tipo de ruído que prejudica a compreensão do conteúdo pelo receptor. Sendo assim, como destacado por Wardle e Derakhshan (2017), os conteúdos falsos, enganosos, impostores, fabricados ou manipulados constituem-se como uma maior ameaça ao ecossistema informacional, na medida em que exigem um esforço maior por parte dos

receptores para serem entendidos, nas palavras das autoras, enquanto desinformação ou malinformação. Nos casos de misinformação, caracterizada pelas sátiras ou conexões falsas, a interpretação equivocada dos receptores pode ser mais facilmente corrigida, a partir do alerta de outros leitores/ouvintes ou por uma análise mais cautelosa do material por esse próprio receptor inicial. Essa percepção se confirma a partir da análise das checagens realizadas pelas iniciativas de fact-checking, conforme demonstraremos adiante.

Ainda falando sobre a caracterização das *fake news*, é relevante destacar que Ribeiro e Ortellado (2018) preferem o termo “mídias-hiperpartidárias”, referindo-se não ao conteúdo, mas aos sites, blogs e canais — de cunho jornalístico ou não — que constantemente publicam não apenas notícias falsas, mas o que chamam de “informação de combate”: notícias verdadeiras tiradas de contexto ou proporção para a obtenção de determinado sentido político. (Ribeiro; Ortellado, 2018). Assim, para os autores, o mais relevante é a utilização desse tipo de estratégia de forma sistematizada por determinados grupos políticos.

É relevante pontuar que, apesar das distorções atribuídas ao termo, há quem defenda a sua utilização, ainda que com ressalvas. A Agência Lupa, uma das principais iniciativas de checagem do país, traz, em sua página institucional, a seguinte mensagem:

A Lupa acredita que a melhor expressão para identificar as informações equivocadas que circulam em diferentes mídias, plataformas de redes sociais e aplicativos de mensagem atualmente seja desinformação. No entanto, entende que a expressão “fake news” se popularizou de tal forma que a sociedade não abre mais mão de seu uso. Por isso, busca equilibrar o emprego das duas formas de identificar os conteúdos falaciosos, sempre lembrando que: a) a expressão “fake news” é contraditória (se é “fake” não pode ser “news”) e b) a expressão é usada por políticos e outros atores públicos para deslegitimar a atuação jornalística e acusar jornalistas de forma indevida. A Lupa se reserva a escolha de usar a expressão “fake news” sempre que esse uso facilitar a compreensão do público sobre o tema em discussão. (Quais..., 2015, s.p.)

Para Alzamora e Andrade (2019), não há, mesmo entre as notícias que não são falsas, uma noção absoluta da verdade. Segundo as autoras, que analisam a questão pela ótica do pragmatismo de Peirce, o jornalista que produz uma reportagem apresenta

hipóteses que conformam ou não determinadas crenças dos leitores – que vão aceitar as informações ali transmitidas ou duvidar delas, num processo de disputa e passível de constante revisão.

Tal perspectiva está em consonância com o que propõem Lemos e Oliveira (2021), para quem a formação de cadeias de referência – a exemplo da construção do conhecimento científico – faz parte do jornalismo. Em contraposição, os autores apontam que as *fake news*, que chamam de cadeias de desinformação, emulam esse processo, mas assentam-se tão somente em um “modo religioso”, que não é verificável por ser baseado apenas em um sistema de crenças.

Há, ainda, uma dimensão mediada do fenômeno, para a qual chamam a atenção Bounegru et al (2017):

Fake news não são apenas outro tipo de informação que circula online, mas é exatamente a característica de circulação e recepção online que transforma alguma coisa em fake news. Nesse sentido, fake news podem ser consideradas não apenas quanto à forma e conteúdo da mensagem, mas também quanto à infraestrutura dos meios, plataformas e culturas de participação que facilitam a sua circulação. Desse modo, o significado de fake news não pode ser totalmente compreendido fora do seu contexto de circulação online<sup>12</sup> (Bounegru *et al*, 2017, p. 7, tradução nossa).

Justamente por causa dessa característica, é importante considerar o tamanho desse universo online por onde a desinformação pode circular, no caso brasileiro. Desde 2019, o país tem mais *smartphones* em uso do que a soma de outros dispositivos, como computadores, *tablets* e notebooks (Brasil..., 2019). As principais operadoras de telefonia celular oferecem pacotes de dados<sup>13</sup> que não consomem a franquia de internet móvel caso o usuário se limite às redes sociais mais populares, incentivando o uso de redes como o Twitter (hoje X), Facebook, Instagram e, sobretudo o Whatsapp, presente em 99% dos *smartphones* brasileiros (Utilização..., 2020). Nesse tipo de navegação gratuita,

---

<sup>12</sup> No original: “fake news is not just another type of content that circulates online, but that it is precisely the character of this online circulation and reception that makes something into fake news. In this sense fake news may be considered not just in terms of the form or content of the message, but also in terms of the mediating infrastructures, platforms and participatory cultures which facilitate its circulation. In this sense, the significance of fake news cannot be fully understood apart from its circulation online”

<sup>13</sup> Ver: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/12/pre-pago-com-whatsapp-ilimitado-conheca-precos-de-claro-oi-tim-e-vivo.ghtml>

o usuário precisa se restringir às informações que estão na própria plataforma, já que o acesso a sites de notícias ou a um buscador como o Google, por exemplo — que poderiam ser usados para checar alguma informação de maneira espontânea —, é descontado da franquia de dados.

Durante a minha graduação em jornalismo, concluída no primeiro semestre de 2017, “*fake news*” não chegou a ser um termo tratado com profundidade em sala de aula, tendo sido apenas mencionado como algo que estava ocorrendo, naquele momento (2016), nas eleições dos Estados Unidos. No Brasil, a Agência Lupa<sup>14</sup> era apresentada como um novo modelo de jornalismo, mas as estratégias de checagem sequer eram compreendidas por boa parte dos profissionais da imprensa<sup>15</sup>.

Um ano depois, quando ingressei em uma redação como profissional<sup>16</sup>, o cenário já era outro, e a desinformação se constituía em algo com consequências conhecidas no nosso cotidiano brasileiro.

O episódio mais emblemático, pouco antes e depois das eleições, foi revelado na série de reportagens de Patrícia Campos Mello na Folha de S. Paulo sobre o disparo em massa de mensagens pelo WhatsApp.

[N]o dia 18 de outubro publicamos a reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. A matéria revelava que empresas se preparavam para comprar, de agências de marketing digital, pacotes de disparos em massa no WhatsApp de mensagens contra o PT e planejavam uma grande operação na semana anterior ao segundo turno. [...]

[...]

Ao longo da apuração da matéria obtive mensagens que revelavam que o dono de uma das agências de marketing havia dito a um cliente que não poderia atender a seu pedido de disparos de mensagens políticas por WhatsApp porque estava abarrotado de trabalho para uma campanha presidencial. Segundo ele, “empresas” e “empresários” haviam comprado pacotes de disparos para serem realizados na semana anterior ao segundo turno, e eram “mensagens contra o PT”. Ele dizia que estava “ajudando a limpar o país”. Também oferecia venda de cadastros, com

---

<sup>14</sup> <https://lupa.uol.com.br/institucional>

<sup>15</sup> Falaremos, no próximo capítulo, sobre o surgimento das estratégias de checagem no Brasil e detalharemos o método utilizado.

<sup>16</sup> Depois do término da graduação em Jornalismo, passei um ano focando meus esforços em terminar a graduação em Direito, que também cursava na época, e fazendo estágio na área jurídica.

milhões de números de celular, CPF, faixa de renda. (Campos Mello, 2020, p. 42-47)

Esse caso era diferente de outros já relatados, de forma mais ou menos isolada, na imprensa nacional, justamente pelo protagonismo do WhatsApp. Em matéria publicada na BBC Brasil em 2017, por exemplo, Juliana Gragnani, apresentou evidências de que o uso de perfis falsos nas redes sociais e mecanismos de impulsionamento não orgânico de conteúdo deliberadamente falso já ocorria no Brasil, no contexto eleitoral, pelo menos desde o pleito de 2014:

As evidências reunidas por uma investigação da BBC Brasil ao longo de três meses sugerem que uma espécie de exército virtual de fakes foi usado por uma empresa com base no Rio de Janeiro para manipular a opinião pública, principalmente, no pleito de 2014.

A estratégia de manipulação eleitoral e da opinião pública nas redes sociais seria similar à usada por russos nas eleições americanas, e já existiria no Brasil ao menos desde 2012. A reportagem identificou também um caso recente, ativo até novembro de 2017, de suposto uso da estratégia para beneficiar uma deputada federal do Rio. (Gragnani, 2017, [s.p.]).

O ocorrido em 2014 é similar ao escândalo da *Cambridge Analytica*, empresa que minerava dados de usuários do Facebook para realizar o micro direcionamento de postagens com teor político (Cadwaladr; Graham-Harrison, 2018). Nas Filipinas, que, como já mencionamos, também vivenciavam uma piora no nível de desinformação encontrada online, Ressa (2022) observou uma influência crucial da mesma plataforma, que, a partir da recomendação de conteúdo semelhante curtido por “amigos de amigos”, acirrou a polarização e a radicalização da população. “E o fenômeno era global - basta substituir Duterte por Modi, Bolsonaro ou Trump, e você já entendeu o que eu quero dizer” (Ressa, 2022, p. 179).

A autora defende que a empresa Facebook – hoje rebatizada de Meta - não se movimentou diante dos alertas feitos por ela e por outros atores que monitoravam o cenário digital, o que contribuiu para a criação de uma conjuntura praticamente irreversível:

Há três suposições implícitas em tudo o que o Facebook diz e faz. Primeira: Quanto mais informações, melhor. Segunda: Quanto mais rápida a informação, melhor. Terceira: O mal - as mentiras, o discurso de

ódio, teorias conspiratórias, desinformação, ataques direcionados, operações de desinformação - deve ser tolerado em nome da causa maior do Facebook. As três ideias básicas são ótimas para o Facebook porque significa mais dinheiro, mas nenhuma delas é boa para o usuário, nem para a esfera pública (Ressa, 2022, p. 176).

Aqui falamos do Facebook, mas o mesmo se aplica às demais plataformas e redes sociais. Ainda que Google, Twitter e Meta<sup>17</sup> tenham anunciado uma série de ações voltadas para a promoção do jornalismo e o combate à desinformação<sup>18</sup>, é inegável que a forma como elas funcionam é um fator primordial para a configuração desse cenário. Afinal, como apontam Carlos D'Andrea e Ronaldo Henn,

[a]s *affordances* são fruto de uma negociação entre o modo como as plataformas normatizam as ações dos usuários e os esforços desses para se apropriar das possibilidades inscritas nas interfaces, seja através de usos táticos, seja através de uma maximização dos recursos (D'Andrea; Henn, 2021, p. 7).

No caso específico do WhatsApp, o desafio parece ainda maior, conforme abordaremos nos capítulos mais adiante, tanto pelas características da própria plataforma, fechada para o monitoramento de iniciativas dedicadas ao combate à desinformação, quanto pelo incentivo já mencionado ao uso único do aplicativo, com os planos de telefonia limitados, que reduzem a inclusão de links a conteúdos externos nas mensagens que circulam entre os grupos (Burgos, 2019).

## 2.2 A Desinformação em áudio

Vimos que o uso das plataformas digitais teve um papel crucial na difusão do conteúdo classificado como *fake news*. Foi a partir da percepção do potencial alcance da desinformação distribuída pelas redes sociais que surgiram iniciativas institucionais e de veículos de comunicação voltadas para o seu combate. Isso não significa, porém — como também já ressaltamos —, que este momento recente tenha sido o primeiro em que houve a difusão deliberada de conteúdo falso, enganoso ou descontextualizado.

---

<sup>17</sup> Nome hoje usado pela empresa capitaneada por Mark Zuckerberg, criador do Facebook, e dona também do Instagram e do WhatsApp.

<sup>18</sup> Não entraremos nos pormenores das iniciativas, mas o Google News Initiative e o Meta Journalism Project, por exemplo, são importantes fontes de financiamento e parceria para projetos de jornalismo de todo o mundo.

Na história política contemporânea do Brasil, é fácil encontrar exemplos que apontam para a manipulação de informações — inclusive por veículos de mídia consolidados — em prol de determinado candidato ou projeto político. Entre os casos mais célebres, temos o debate transmitido pela Rede Globo em 1989, entre os candidatos que disputavam o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano, Fernando Collor de Melo (Partido da Reconstrução Nacional) e Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), que sabidamente favoreceu Collor<sup>19</sup> (Passado..., 2022).

Outro momento recente, que já foi alvo de análise por pesquisadores da comunicação, foi a publicação da Revista Veja, número 2397, em 24 de outubro de 2014<sup>20</sup>. A capa da revista (Fig. 3) apresenta, em destaque, a frase “ELES SABIAM DE TUDO”, no meio de fotos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) e da então presidenta Dilma Rousseff (PT), que disputaria dali a dois dias a reeleição. A reportagem faz menção à delação do doleiro Alberto Youssef, no início do escândalo que ficou conhecido como “Petrolão”. Capellari e Negrini (2016) ressaltam que a publicação foi antecipada para antes das eleições, e que todas as escolhas editoriais apontam para a confirmação de uma denúncia que, na verdade, ainda carecia de apuração<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Diretores da emissora à época do ocorrido admitiram, anos depois, que o compilado de melhores momentos do debate, exibido no Jornal Nacional do dia seguinte, foi manipulado para dar a entender que Collor havia sido o “vencedor”. O candidato do PRN teve mais tempo de tela e a exibição dos seus melhores momentos, enquanto Lula teve ressaltadas as suas piores falas. Armando Nogueira, diretor de jornalismo na época do debate, admitiu o problema em uma entrevista de 2001, e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, ex-diretor geral da Globo, falou sobre a questão em 2011, “revelando até o uso de suor falso em Collor para melhorar a imagem dele” (Passado..., 2022, s.p.).

<sup>20</sup> Em coluna no site da própria Veja, na véspera da publicação da edição em questão da revista, o colunista Felipe Moura Brasil comentou a reportagem: “Conheça, nesta edição de VEJA, os detalhes do depoimento que Alberto Youssef prestou às autoridades. E se essas autoridades não agirem até domingo, se o impeachment não sair a tempo, a população brasileira precisa se dar conta da dimensão dessa bomba para ao menos despachar essa gente pelo voto. Que Aécio Neves (PSDB) faça bom uso dela. O Brasil não pode mais ficar à mercê de tanta roubalheira, de tanto cinismo, de tanta vigarice”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/capa-bomba-da-veja-dilma-e-lula-sabiam-de-tudo>

<sup>21</sup> As autoras ressaltam, ainda, o uso de fotos pouco favoráveis à imagem dos petistas, o contraste de cores entre a frase principal da capa e o texto em letras brancas que explica o contexto da denúncia e a ausência de aspas na fala de Youssef. “A matéria que é a principal da revista explora uma informação que não está confirmada e evoca o leitor à situação de corrupção ainda não esclarecida, mas já divulgando nome e a face dos responsáveis.” (Capellari; Negrini, 2016, p. 28).

Fig 3. Capa da Revista Veja sobre o “Petrolão”



Fonte: Captura de tela realizada pela autora (2024)

Outro exemplo mais recente, ainda que controverso, por ainda ser alvo de disputa judicial<sup>22</sup>, é o da emissora de rádio Jovem Pan. Em junho de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) pediu a cassação da outorga que permite o funcionamento do veículo em função da “disseminação de desinformação e de conteúdos que atacam a democracia” (MPF..., 2023, [s.p.]). Na ação civil pública enviada ao Poder Judiciário, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de São Paulo afirma:

desde o começo de 2022, os programas jornalísticos da emissora, em um sintonia comum, já ventilavam supostas vulnerabilidades das urnas eletrônicas e insistiam em uma suposta falta de transparência que marcaria o momento de contagem de votos, ligando a isso a ideia de que apenas uma forma alternativa de votação (o “voto impresso”), diferente da que vem sendo usada há décadas no país, seria de fato confiável.

[...]

[E]sses conteúdos não se voltavam apenas contra o sistema de votação, e tinham também por alvo diferentes autoridades da República, envolvidas, em maior ou menor medida, na condução dos processos democráticos e em sua *accountability*. Nessa linha, os diversos programas da **JOVEM PAN** ventilavam, por exemplo, um grande número de teses vagas (e por vezes com ares conspiratórios) sobre como membros dos Poderes constituídos estariam conluídos para impedirem

<sup>22</sup> Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-03/uniao-muda-posicionamento-e-aderecao-contra-jovem-pan>

que a eleição que ocorreria naquele ano se desse com auditabilidade e segurança, e sistematicamente sustentavam que decisões por ele tomadas seriam arbitrárias, ilegais e inconstitucionais – semeando, com isso, uma ideia que floresceria na sequência: a de que tais autoridades não mereceriam qualquer mínimo respeito, e suas decisões, sequer observância. A tônica geral, em dado momento, passou a ser de que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo estariam “fora da lei” e “à margem da Constituição”. Em uma escalada, a emissora chegou ao ponto de ventilar, sem apontar qualquer prova que o embasasse, que um Ministro do Supremo Tribunal Federal estaria envolvido em uma arapongagem para monitorar, ilegalmente, as conversas de um Deputado Federal sob investigação. (Ministério Público Federal, 2023, p. 29) (grifos no original)

Em uma análise da transmissão realizada pela rádio durante os ataques golpistas às sedes dos poderes da República, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, Ferraretto *et al* (2023) destacam o afastamento da produção de conteúdo da Jovem Pan dos ideais jornalísticos que outrora foram adotados pela mesma empresa.

[D]esaparece o jornalista como *curador de informações, mediador/fomentador de interlocução e certificador de acontecimentos e de posicionamentos*, surgindo, em toda a sua dimensão, o *agitador e o propagandista*, com suas verdades fundamentais usadas na transformação do rádio – uma outorga pública – em uma arma (grifos dos autores) (Ferraretto *et al*, 2023, p. 19).

O caso da Jovem Pan, ainda que não se encaixe em nosso *corpus*, é digno de nota por evidenciar o alcance e a atualidade da produção de conteúdo falso em áudio, e, como sugerem Ferraretto *et al* (2023), parece ser fruto de uma busca por lucro ao agradar uma determinada audiência.

Embora tenha ocorrido em um contexto e por motivações distintas, um outro exemplo do uso de uma emissora de rádio para a difusão de conteúdo falso — lido como verdadeiro pelo público, embora essa não fosse a intenção dos produtores desse material — foi o caso da “Guerra dos Mundos”, em 1938. Na ocasião, Orson Wells, então diretor e estrela de um programa de radioteatro, decidiu adaptar uma versão do clássico de Ficção Científica de H.G. Wells, “Guerra dos Mundos”. Em um formato provavelmente inédito, a peça ficcional foi transmitida como se fosse uma cobertura ao vivo de um acontecimento real, emulando as características da produção jornalística em áudio da época (Teschke, 2020).

Desde o dia seguinte à transmissão e por décadas depois, o episódio ficou conhecido por ter supostamente provocado pânico em massa nas ruas dos Estados Unidos, porque os ouvintes teriam acreditado que uma invasão alienígena estava em curso (Burke, 2023). Schwartz (2018), porém, defende que a maior parte desse pânico foi gerada não pela crença do público em algo extraordinário, mas porque muitas dessas pessoas compreenderam a invasão como um ataque de forças muito mais mundanas, como os Nazistas no momento imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial:

A transmissão, em resumo, não penetrou a consciência das pessoas para fazer com que elas acreditassem em algo em que não teria acreditado por outros meios. Ela passou por atitudes e crenças pré-existentes, que precisavam ser corroborados ou refutados na mente de cada ouvinte<sup>23</sup> (Schwartz, 2018, [s.p.], tradução nossa).

Ainda que, ao contrário de outras ocorrências de desinformação, não tenha havido uma intencionalidade por parte dos produtores de conteúdo de gerar confusão na audiência, o conteúdo acabou sendo efetivamente percebido como real por algumas pessoas<sup>24</sup> — o que, para Schwartz (2018), serve como pista para a compreensão do fenômeno contemporâneo das *fake news*. “Os exemplos mais extremos de pânico na maioria das vezes vieram de pessoas que receberam de outras a informação para sintonizar no programa. Elas responderam não ao poder do rádio, mas sim à confiança depositada nesse mensageiro”<sup>25</sup> (Schwartz, 2018, [s.p.]).

A confiança em quem repassou a informação e o viés de confirmação de determinadas crenças já mantidas pelo receptor da peça de desinformação são aspectos importantes para explicar o alcance das *fake news* (Schwartz, 2018), e não se restringem ao conteúdo em áudio. Daniel Martín-Pena, Paulo Fernando Lopes, Debora Cristina Lopez e Alvaro Bufarah Jr (2022), porém, ressaltam que o rádio, especificamente, caracteriza-se pela produção de conteúdo jornalístico em prazos muito curtos, que

---

<sup>23</sup> No original: “The broadcast, in short, didn’t bypass the conscious intellect to convince people of something they wouldn’t otherwise believe. It passed through pre-existing fears, attitudes and beliefs, to be corroborated or refuted within the mind of each listener”.

<sup>24</sup> Pela classificação proposta por Wardle (2020), acreditamos que o conteúdo seria considerado uma sátira, mas, dada a definição da palavra, que pressupõe um conteúdo crítico ou cômico, não acreditamos que a transmissão de Wells se encaixe exatamente nesta conceituação.

<sup>25</sup> No original: “The most extreme examples of panic often came from people told to tune in by someone else. They responded not so much to the radio’s power as to the trust they placed in their particular messenger.”

privilegiam a rapidez em detrimento da qualidade da informação. Além disso, tem-se no rádio um dos meios que gozam de maior credibilidade por parte da audiência – que ainda é bastante vasta no Brasil (Martín-Pena *et al*, 2022).

Se considerarmos que parte dos conteúdos da programação das emissoras são distribuídos em plataformas de streaming em formato de podcast e depois reproduzidos em ferramentas de redes sociais teremos uma ampliação vertiginosa do potencial de alcance do meio rádio junto de públicos diferentes do original para as transmissões por ondas (Martín-Pena *et al*, 2022, p. 317).

Em conjunto com a facilidade de viralização desse material pela internet, que já mencionamos, temos a confluência perfeita para a criação de um contexto de desinformação generalizada. Abordaremos, a seguir, a consolidação desse cenário no Brasil, sobretudo a partir de 2020.

### 2.3 Infodemia

Se as eleições de 2018 podem ser consideradas como um marco para a instituição da desinformação como estratégia política no Brasil, o início da pandemia do coronavírus representa a consolidação desse *modus operandi* por atores institucionais. Esse movimento, assim como a “onda inicial” de desinformação, anos antes, não foi exclusividade brasileira, e ocorreu em países com governos populistas ligados à direita ou extrema direita política. A grande diferença é que, no caso brasileiro, a desinformação relacionada à pandemia trouxe para o debate público nacional temas anticientíficos que não faziam parte do nosso *mainstream*, como o movimento antivacina e outras teorias da conspiração. Alimentadas pelos poderes institucionais, que em diversos momentos se isentaram do papel de fornecer informações ou diretrizes confiáveis para o combate à doença ou incentivaram práticas contrárias às recomendadas por autoridades sanitárias sérias, as *fake news* ganharam força e prejudicaram o combate à pandemia no país (Falcão; Souza, 2021) — que, não por acaso, teve o segundo maior número absoluto de mortes por covid-19 no planeta<sup>26</sup> (WHO, 2023).

---

<sup>26</sup> Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil tem 704.659 mortes por covid-19 registradas até 07 de agosto de 2023, atrás apenas dos Estados Unidos, que registraram 1.127.152. A Índia, país com o maior número de habitantes do planeta, segundo as Nações Unidas, está em terceiro lugar no *ranking*, com 531.917 mortes confirmadas até a mesma data.

É pensando na importância neste cenário e na relevância dele para a consolidação do Projeto Comprova, conforme abordaremos mais adiante, que passamos a uma breve recapitulação do contexto de desinformação ocorrido sobretudo nos meses iniciais da pandemia da covid-19.

No dia 24 de março de 2020, poucas semanas após a decretação da pandemia da covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>27</sup>, o então presidente Jair Bolsonaro fez, em cadeia nacional de rádio e televisão, um pronunciamento<sup>28</sup> sobre o momento histórico e sem precedentes vivido no país e no mundo.

O cenário, naquela época, era de incerteza: o país já havia registrado mortes pela doença e os casos aumentavam exponencialmente, mas o “epicentro” dos casos, como se convencionou chamar, era a Europa<sup>29</sup>. Ainda assim, o clima geral, no Brasil, era de medo, e a maior parte da população parecia concordar que o melhor era seguir a única solução apresentada por especialistas, naquele momento, e realizar o “isolamento social”. Em Belo Horizonte, um decreto suspendendo as atividades que pudessem gerar qualquer tipo de aglomeração entrou em vigor em 20 de março<sup>30</sup> - mas boa parte do comércio e serviços já havia paralisado as atividades antes, por conta própria.

Menciono o dia 24 de março porque foi a partir daquele pronunciamento que restou consolidada a postura do governo federal diante do coronavírus: a de negacionismo. Em sua fala, Bolsonaro criticou as medidas restritivas impostas por governadores e prefeitos, acusou a imprensa de provocar histeria e minimizou os impactos da doença, dizendo que, por seu “histórico de atleta”, caso fosse contaminado pelo vírus, seria acometido no máximo por “uma gripezinha” (Brito, 2020).

A partir da sinalização do governo federal, que passou a descredibilizar publicamente as autoridades e instituições científicas que forneciam informações sobre a pandemia, a parcela da população que já tendia a desconfiar do discurso científico

---

<sup>27</sup> Ver: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zuBs0Nvr-70>

<sup>29</sup> Ver: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/20/italia-tem-recorde-de-mortes-por-coronavirus-em-24h.htm>

<sup>30</sup> Ver: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/2717>

passou a dar mais valor às experiências pessoais e às opiniões daqueles com quem já compartilhava determinados valores (Massuchin *et al*, 2020).

Ainda no primeiro semestre de 2020, a desinformação sobre a doença no país incluía boatos sobre um suposto superdimensionamento do número de mortos e infectados pelo vírus, questionamentos falsos sobre a eficácia do isolamento social e do uso de máscaras, tentativas de desacreditização da OMS e a defesa de medicamentos até então sem eficácia comprovada - e que depois se provariam absolutamente inúteis contra o novo coronavírus -, como a hidroxicloroquina e a ivermectina (Monnerat *et al*, 2020).

Mesmo antes da decretação oficial da pandemia, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, já havia dito que o mundo enfrentaria uma “infodemia”<sup>31</sup>, que iria se desenrolar em paralelo aos desafios relacionados à covid-19. Na ocasião, Adhanom disse que as “*fake news* se espalham mais rápida e facilmente do que o vírus, e são tão perigosas quanto ele”<sup>32</sup>.

O que ainda se tem, quatro anos após o início da pandemia, quando escrevemos esta dissertação, mesmo com a redução do nível de emergência global em saúde, é um prolongamento deste cenário de descrença na ciência - atualmente materializado nas campanhas de imunização. Em reportagem contando sobre a imersão em grupos de direita no Telegram, Vanessa Bárbara descreveu as mensagens encontradas em agosto de 2022, momento em que boa parte da população brasileira já tinha tomado ao menos três doses dos imunizantes contra a covid:

Um comentário dizia: “Esses são os cientistas nos quais DEVEMOS sempre confiar, não é mesmo???” Em seguida, outro membro do canal mencionou “a farsa da ida à Lua”. Um terceiro deu a entender que a pandemia da Covid era uma impostura globalista, e outro ainda aproveitou para compartilhar o vídeo: “Com a vacina, não só se tenta matar as pessoas, mas também roubar as suas almas”. Como se isso não bastasse, um sujeito que chamou as vacinas de “maior crime da

---

<sup>31</sup> A expressão foi usada num pronunciamento em fevereiro de 2020. Ver: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/munich-security-conference>

<sup>32</sup> No original: “Fake news spreads faster and more easily than this virus, and is just as dangerous.”

história” observou: “Basta pesquisar um pouco - inclusive na Bíblia - para ter certeza que a terra é plana e estacionária”. (Bárbara, 2022, p. 40)

Os ares conspiratórios descritos pela jornalista, é importante ressaltar, não são exclusividade de adeptos do pensamento político à direita, mas sim, como pontua Aggio (2021), resultado de uma combinação entre cinismo e despreendimento em relação às explicações sociais disponíveis para determinado fenômeno:

Refutar as autoridades epistêmicas, especialistas em determinadas áreas do saber e suas respectivas instituições, está no cerne do pensamento conspiracionista. Em grande medida, os teóricos da conspiração dão um passo além: até que se prove o contrário – e essa prova, para os adeptos do conspiracionismo, nunca existirá – autoridades epistêmicas são agentes a serviço do acobertamento das reais razões por detrás de um evento ou fenômeno, quando não corruptos, corruptores e fraudadores de estudos, cuja real motivação de existência está em enganar e confundir as pessoas para o alcance de objetivos pessoais e antiéticos (Aggio, 2021, p. 71).

Não pretendemos nos aprofundar, neste trabalho, nas particularidades da desinformação propagada durante a pandemia. Nosso foco é prover um contexto capaz de explicar, ainda que brevemente, o cenário que se desenrolou no Brasil até o início de 2024, momento em que se situa a nossa escrita. No próximo capítulo, falaremos sobre as iniciativas que surgiram em resposta às *fake news*, tanto no jornalismo quanto na esfera institucional — o que também será importante para compreender nosso *corpus*.

### 3 O JORNALISMO “REVIDA”

Se a expressão *fake news* faz parte do vocabulário corrente de boa parte dos brasileiros, nesta primeira metade da década de 2020, também passou a fazer parte do consumo de informações o hábito de checar a veracidade do conteúdo recebido. Uma pesquisa de 2022, realizada pela Agência Virta em parceria com o Instituto QualiBest (Pesquisa..., 2022), apontou que mais de 94% dos internautas que têm contato diário com notícias na rotina consideram essa checagem importante. No mesmo levantamento, 91% dos entrevistados disseram saber onde buscar os dados para confirmar a veracidade da informação e 68% disseram utilizar o serviço das agências especializadas em checagem. Os dados chamam atenção para a repercussão do trabalho de checagem, ainda que os principais veículos voltados para esse tipo de jornalismo no país sejam haja alvo de campanhas frequentes de difamação e ataques (Delgado, 2018).

A apuração é parte fundamental de qualquer trabalho jornalístico, mas o modelo conhecido como *fact-checking* eleva essa premissa a um nível muito mais intenso, na medida em que convida os leitores a refazerem, por si mesmos, o caminho feito pelos checadores. Ao contrário de uma reportagem tradicional, as fontes das informações não podem ser mantidas como um segredo do repórter: elas precisam ser descritas em detalhes e estar disponíveis para a consulta de qualquer pessoa que quiser verificar o que está sendo dito — o que, para Seibt (2018), é o grande trunfo do modelo, mais do que a conclusão final sobre a veracidade ou não de um conteúdo em específico: “o que o diferencia da notícia não é tanto sua produção, e sim sua apresentação” (Seibt; Vega-Oliveros e Rocha, 2022, p. 125).

Ao contrário de um veículo tradicional, o foco das agências de checagem de fatos não é produzir conteúdo recheado de informações factuais ou conjunturais, mas sim buscar esclarecer a veracidade ou não de um conteúdo que já circula em alguma plataforma — recorrendo inclusive, como apontam Taís Seibt, Didier A. Vega-Oliveros e Anderson Rocha (2022), a informações e discursos já publicados, em oposição à busca constante pelo “furo” no jornalismo tradicional. “Checadores raramente precisam ligar ou viajar, ou mesmo deixar as próprias mesas. Os artigos escritos por eles não têm *deadlines* ou reportagem *in loco* de dentro de um tribunal ou sede de campanha.

Checadores atestam, mas raramente testemunham” (Graves, 2013, p. 122, tradução nossa<sup>33</sup>).

Passemos, então, a um breve histórico desse tipo de jornalismo, incluindo a sua utilização no Brasil.

### 3.1 O ecossistema do *fact-checking*

A primeira iniciativa jornalística voltada exclusivamente para a checagem de conteúdo é da primeira metade dos anos 2000, e surgiu nos Estados Unidos. O *FactCheck.org*<sup>34</sup> foi fundado pelo *Annenberg Public Policy Center* em 2003, no contexto das eleições estadunidenses, voltado — como continua até hoje, aliás — para a checagem específica de conteúdo político, veiculado pelas campanhas dos candidatos.

No site oficial, o veículo define da seguinte forma a própria missão e objetivos:

Nós monitoramos o rigor factual do que é dito pelos principais atores políticos dos Estados Unidos na propaganda política na TV, em debates, discursos, entrevistas e comunicados à imprensa. O nosso objetivo é aplicar as melhores práticas do jornalismo e da academia, e melhorar o conhecimento e o interesse do público<sup>35</sup>. (*FactCheck.org*, 2023, tradução nossa)

Desde aquele começo, o *FactCheck.org* tinha certo impacto junto a um nicho específico do público norte-americano, mas foi com a criação do *PolitiFact* que a prática da checagem, como praticada agora em 2024, se popularizou — e foi premiada com o Prêmio Pulitzer em 2009<sup>36</sup>. A iniciativa surgiu em 2007, como um projeto de duração limitada para acompanhar as eleições do ano seguinte na Flórida, e era realizado por um jornal local de grande circulação (Holan, 2018). Assim como o *Fact-checking.org*, o foco das checagens eram as falas de expoentes políticos, que eram selecionadas conforme

---

<sup>33</sup> No original: “Fact-checkers rarely have call to travel, or even to leave their desks. Their articles don’t feature datelines, or on-the-scene descriptions from inside the courtroom or the campaign headquarters. Fact-checkers testify but rarely witness”

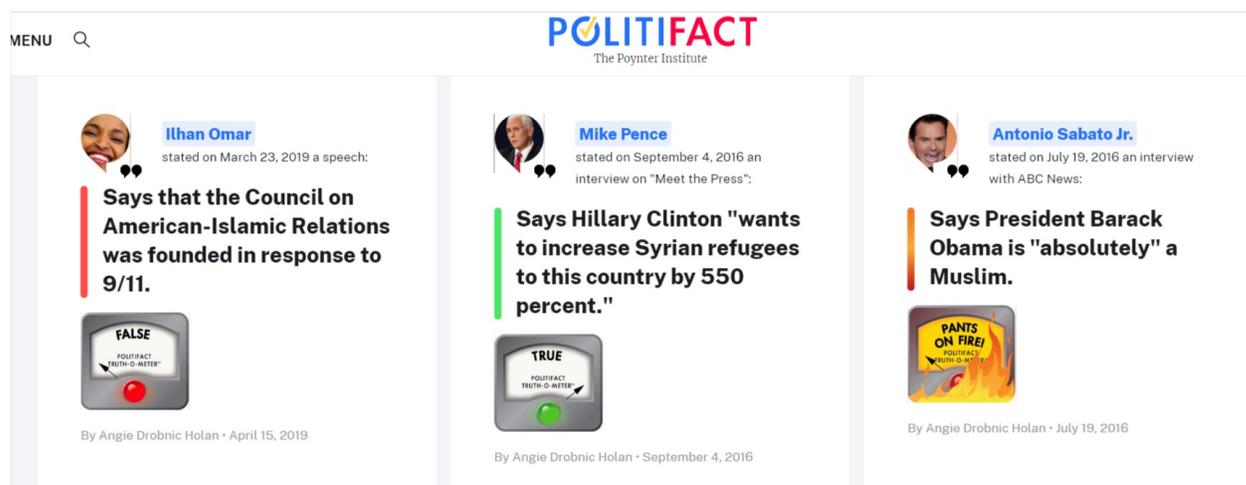
<sup>34</sup> <https://www.factcheck.org/>

<sup>35</sup> No original: “We monitor the factual accuracy of what is said by major U.S. political players in the form of TV ads, debates, speeches, interviews and news releases. Our goal is to apply the best practices of both journalism and scholarship, and to increase public knowledge and understanding.”

<sup>36</sup> Ver: <https://www.pulitzer.org/winners/staff-69>

os critérios jornalísticos apontados pela equipe de editores e repórteres, também responsável pela apuração. Ao contrário do veículo pioneiro, o *PolitiFact* se destacava pela abordagem bem-humorada nas etiquetas dispensadas aos discursos checados (Fig. 4), com uma classificação que vai de “True” (verdadeiro) a “Pants on Fire” (em alusão à expressão em inglês, que identifica uma mentira absurda).

**Fig. 4 - “Truth-o-meter” do PolitiFact**



Fonte: Captura de tela feita pela autora (2023)<sup>37</sup>

Em 2018, o *PolitiFact* passou a ser comandado pelo *Poynter Institute for Media Studies*, organização sem fins lucrativos que também controla o *Tampa Bay Times*, jornal que criou o projeto de verificação. Com a mudança, porém, o foco do PolitiFact passa a ser mais amplo, voltado para a política nacional e com várias subdivisões em locais específicos dos Estados Unidos (Holan, 2018).

Foi o *Poynter Institute* a organização responsável por formatar, em 2015, a *International Fact-Checking Network*<sup>38</sup> (IFCN), uma rede de iniciativas voltadas para a checagem de fatos em todo o mundo. O objetivo principal é promover a colaboração,

<sup>37</sup> <https://www.politifact.com/article/2018/feb/12/principles-truth-o-meter-politifact-methodology-i/#How%20PolitiFact%20Started>

<sup>38</sup> Rede Internacional de Fact-Checking, em português. Optamos por manter o nome em inglês no corpo do texto porque é pela sigla internacional que a rede é conhecida.

dividir as melhores práticas de checagem e inovações na atividade, e contribuir nos esforços contra a desinformação. Ao todo, mais de 100 iniciativas de *fact-checking* ao redor do planeta integram a rede e seguem os princípios definidos pela IFCN, ajudando ainda a promover treinamentos e eventos globais sobre o tema. (Poynter, 2023).

No contexto brasileiro, algo parecido com a forma de construção do *fact-checking* foi usado de forma esporádica no contexto eleitoral<sup>39</sup>, e algumas iniciativas mais robustas acabaram sendo lançadas a partir de 2010, mas com duração limitada (Figueiredo; Pessoa, 2023). O projeto “Preto no Branco”, do Jornal O Globo, e o “Truco!”, da Agência Pública, surgiram perto das eleições de 2014, inspirados na iniciativa argentina *Chequeado*<sup>40</sup>.

Foi no ano seguinte, 2015, que o Brasil viu as primeiras iniciativas permanentes e voltadas exclusivamente para a checagem de conteúdo serem lançadas por aqui: a Agência Lupa<sup>41</sup>, comandada pela jornalista Cristina Tardáguila, e Aos Fatos<sup>42</sup>, fundada por Tai Nalon (Figueiredo; Pessoa, 2023). Ambos são, até hoje, os principais expoentes do jornalismo independente voltado para o *fact-checking* no Brasil, e alçaram a prática a um nível de popularidade muito maior junto ao público — sobretudo pela possibilidade de sugerir checagens às equipes. Outro ponto que destaca os dois veículos no cenário brasileiro é a adesão à IFCN, que implica no cumprimento das diretrizes internacionais para o *fact-checking*<sup>43</sup> e na realização de avaliações periódicas, pelo painel, da efetivação delas na prática. As regras em questão são resumidas em cinco princípios básicos: comprometimento com o apartidarismo e a justiça; compromisso com os padrões e transparência com as fontes usadas; transparência quanto ao financiamento da iniciativa; comprometimento com uma metodologia padronizada e transparente; e compromisso com uma política de correção de erros aberta e honesta (IFCN, 2023).

---

<sup>39</sup> O “Mentirômetro” foi um dos especiais produzidos pelo jornal Folha de S. Paulo. Ver: [https://www1.folha.uol.com.br/especial/2010/eleicoes/mentirometro-mais\\_recentes.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2010/eleicoes/mentirometro-mais_recentes.shtml)

<sup>40</sup> Ver: <https://chequeado.com/>

<sup>41</sup> Ver:

[https://lupa.uol.com.br/institucional?utm\\_source=googleads&utm\\_medium=searchads&utm\\_campaign=institucional&gclid=CjwKCAjwq4imBhBQEiwA9Nx1BgvQLakqc7k3Z-jjmIIOTR1IJf6-xcgVY3BdijVdB\\_efcMq\\_Zkpu8RoCp8wQAvD\\_BwE](https://lupa.uol.com.br/institucional?utm_source=googleads&utm_medium=searchads&utm_campaign=institucional&gclid=CjwKCAjwq4imBhBQEiwA9Nx1BgvQLakqc7k3Z-jjmIIOTR1IJf6-xcgVY3BdijVdB_efcMq_Zkpu8RoCp8wQAvD_BwE)

<sup>42</sup> Ver: <https://www.aosfatos.org/quem-somos/>

<sup>43</sup> Ver Apêndice 1

No cenário internacional, além da IFCN, outra instituição importante no combate à desinformação foi a *First Draft News*, uma coalizão criada em 2015 por vários atores ligados à produção de notícias e à busca pelo combate à desinformação. Ligada ao *Shorenstein Center for Media, Politics and Public Policy*, da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, a *First Draft* desenvolveu, desde 2017, sob a liderança de Claire Wardle, uma das principais especialistas em desinformação no mundo, o “Laboratório de Desordens Informativas<sup>44</sup>” (First Draft, 2022, tradução nossa).

Com um viés mais voltado para a pesquisa e o desenvolvimento de conceitos que subsidiassem o combate à desinformação, a *First Draft* ofereceu, ao longo dos seus oito anos de existência, uma série de treinamentos e capacitações para jornalistas em todo o mundo, auxiliando na formatação de diversos projetos locais (First Draft, 2022). No Brasil, essa atuação ocorreu com a oferta de cursos gratuitos<sup>45</sup> em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e, sobretudo, com a criação do Projeto Comprova.

O Comprova também surgiu, em 2018, como fruto da parceria entre a *First Draft* e a Abraji. A ideia era recriar, no cenário brasileiro, uma experiência que já havia sido bem-sucedida nas eleições francesas do ano anterior, com o *CrossCheck*:

O objetivo do CrossCheck é prover o público com as informações necessárias para que as pessoas formem suas próprias conclusões sobre as informações que recebem. Trabalhando de forma colaborativa, esperamos determinar, mais rapidamente, o que é ou não factual e confiável, e repassar tais informações para as redações e o público<sup>46</sup> (First Draft, [s. d.], [s. p.], tradução nossa).

No caso francês, a configuração inicial da coalizão incluiu 37 parceiros de mídia e tecnologia da França e do Reino Unido no esforço colaborativo de checagem de desinformação. No Brasil, o Projeto Comprova estruturou-se, inicialmente, com 24 veículos com redações em território nacional: AFP; Band (rádios e TVs); UOL; Canal Futura; Correio do Povo; Exame; Folha de S.Paulo; Zero Hora; Gazeta do Povo; Gazeta

---

<sup>44</sup> Information Disorder Lab

<sup>45</sup> Ver: <https://cursos.abraji.org.br/course/index.php?categoryid=14>

<sup>46</sup> “The aim of CrossCheck is to provide the public with the necessary information to form their own conclusions about the information they receive. By working collaboratively, we hope to more quickly ascertain what is not factual or reliable, and to give that information to newsrooms and the public”.

Online; Jornal do Comercio; Metro Brasil; Nexo Jornal; Nova Escola; NSC Comunicação; O Estado de S. Paulo; O Povo; piauí; Poder360; SBT e Veja (Projeto..., 2018). O financiamento e apoio técnico foram ofertados pelo *Google News Initiative* e o *Facebook Journalism Project*. Outras entidades e corporações, como a Associação Nacional de Jornais (ANJ), o Projor - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, o Escritório da Universidade de Harvard no Brasil e o Twitter, entraram no projeto oferecendo apoio institucional<sup>47</sup>.

Nota-se, portanto, que, ainda que o Comprova não tenha sido a primeira iniciativa voltada para a checagem no Brasil, a configuração do projeto fez com que fosse uma empreitada ambiciosa (Wardle, 2019) e sem precedentes no jornalismo profissional, geralmente marcado pela concorrência entre as redações e grupos de comunicação<sup>48</sup>.

Concebido para ser uma fonte confiável de informações para os eleitores brasileiros, o Comprova teve o propósito de prevenir a verificação duplicada do mesmo conteúdo entre as redações, consolidar o esforço de checagem e garantir que a informação verificada atingisse mais gente por meio das grandes audiências já engajadas com os 24 veículos de comunicação participantes. (Wardle, 2019, p. 4).

Por essas características que o distinguem de outras iniciativas de checagem existentes no Brasil, além do meu envolvimento profissional com o projeto, temos o Comprova como o *corpus* da pesquisa, focando, especificamente, nos conteúdos em áudio recebidos pela coalizão. Passemos, então, a uma explicação mais detalhada do caminho metodológico que adotaremos na nossa análise, além de um mergulho mais profundo no funcionamento da iniciativa de checagem.

---

<sup>47</sup> Neste ínterim, é relevante ressaltar que, para Thales Lelo, esse apoio dado pelas *Big Techs* às iniciativas de *fact-checking* foram uma resposta à pressão internacional que passaram a sofrer por volta de 2016, com a emergência do escândalo da *Cambridge Analytica* e o papel das plataformas na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e no Brexit, num misto de lobby e tentativa de melhorar a imagem (Nonato; Grohmann; Figaro e Lelo, 2022).

<sup>48</sup> O presidente da Abraji e coordenador do Comprova na época do lançamento da iniciativa, Daniel Bramatti, ressaltou, no texto que anunciava o início do projeto, que “Nunca tantos veículos concorrentes se uniram em um projeto colaborativo como este, e a Abraji se orgulha de fazer parte desta iniciativa.” (Projeto..., 2018).

### 3.2 Percursos metodológicos

O Projeto Comprova, como veremos adiante, nunca teve restrições quanto ao formato do conteúdo considerado suspeito que se pretendia verificar. Desde o lançamento da iniciativa, já foram publicadas centenas de checagens de material em vídeo, texto, imagem e, em menor quantidade, áudio.

Ainda que proporcionalmente menos frequentes no radar dos editores do Comprova como conteúdos a serem verificados — provavelmente porque o material em áudio é geralmente produzido para circular em aplicativos de mensagens, mais opacos ao monitoramento da desinformação, por suas configurações de privacidade — os áudios circulam de forma significativa no ecossistema de desinformação do país e, em muitos casos, representam um desafio maior para o trabalho de checagem.

Em um estudo de caso, o editor do Comprova, Sérgio Lüdtke, detalha as dificuldades principais relacionadas à verificação de um desses conteúdos em áudio. O material em questão era uma mensagem em áudio supostamente enviada pelo então candidato Jair Bolsonaro (PSL), em 2018, após ser alvo de uma facada em Juiz de Fora (MG) (Fig. 5). Na gravação, o interlocutor, que seria Bolsonaro, admitiria que o ataque na verdade teria sido falso — teoria conspiratória que até hoje encontra eco em vários grupos.

**Fig. 5 – Verificação de suposto áudio de Jair Bolsonaro, na campanha presidencial de 2018**



Fonte: Captura de tela realizada pela autora (2023)<sup>49</sup>

A conclusão do Comprova foi de que o áudio era falso, e havia sido produzido por outra pessoa que não Bolsonaro. Esse resultado, porém, só pode ser obtido com o acionamento de peritos para a análise da fala do interlocutor. Não foi possível rastrear a origem do material, que começou a circular no WhatsApp, então a apuração precisou se ancorar na avaliação técnica de especialistas (Lüdtke, 2020), bastante difícil de ser compreendida ou refeita por um leitor<sup>50</sup>.

O Comprova não conseguiu encontrar a fonte original da gravação. O áudio viralizou principalmente no WhatsApp, num período em que arquivos ainda podiam ser enviados a até 20 conversas de uma só vez. Isso permitiu que ele se espalhasse rapidamente, e logo chegasse às outras redes sociais. Tornou-se impossível rastrear a gravação até a sua origem. (Desde então, o WhatsApp restringiu o número de grupos para que é possível encaminhar uma mensagem).

<sup>49</sup> [https://projeto comprova.com.br/post/re\\_2B5W8XZK5WMN/](https://projeto comprova.com.br/post/re_2B5W8XZK5WMN/)

<sup>50</sup> Um dos pilares do método de checagem, previsto no Código de Princípios da IFCN, é a transparência das fontes usadas na apuração e, se possível, a disponibilização delas *online*. Por isso, o método mais comum de verificação inclui a busca por informações públicas que possam corroborar a conclusão sobre a veracidade de um determinado conteúdo. A palavra de especialistas, ainda que essencial, a depender do assunto, não deve ser, idealmente, o único caminho para realizar a verificação. Importante ressaltar que essa transparência é expressa, nas verificações — do Comprova ou outras agências especializadas — com a integração de *hiperlinks* que facilitem o acesso às fontes originais usadas pelos jornalistas.

Incapaz de identificar o(s) autor(es) da gravação, o Comprova focou em uma investigação mais tradicional, e pediu a análise de um especialista do Instituto Brasileiro de Perícia. Os peritos compararam a gravação viral com a voz de Bolsonaro em uma entrevista de abril de 2018, e concluíram que a voz do candidato não era a que aparecia na gravação que vinha sendo compartilhada nas redes sociais.

Os especialistas fizeram uma análise qualitativa da voz, discurso e marcadores de linguagem do homem que falou na gravação. Então, compararam esses parâmetros em cada voz e trecho da fala. Nesta análise, eles investigaram padrões de vogais e consoantes, ritmo da fala e de entonação, qualidade da voz e hábitos do falante, além do uso de palavras específicas e de regras gramaticais<sup>51</sup> (Lüdtke, 2020, [s.p.], tradução nossa)

Sendo uma jornalista de rádio, esse conteúdo em áudio sempre me interessou mais do que os outros formatos, principalmente porque, com o uso mais e mais frequente do WhatsApp como ferramenta para o recebimento de material gravado por fontes ou enviado por ouvintes, a preocupação com a veracidade do que recebíamos era constante.

Ao mesmo tempo, os colegas da coalizão, menos familiarizados com as mídias sonoras e as ferramentas mais comuns para a edição desse tipo de conteúdo, viam em mim e no outro integrante da BandNews FM que fazia parte da iniciativa certa *expertise* — que não necessariamente se confirmava em todos os casos — para realizar as checagens do material suspeito em áudio.

Mencionamos na primeira parte deste trabalho que o impulso para a pesquisa partiu da afetação surgida do trabalho direto com a desinformação, e o sentimento de descompasso entre o esforço de checagem e a recepção às *fake news* pelas pessoas

---

<sup>51</sup> No original: “Comprova could not find the original source of the recording. The audio primarily spread through WhatsApp at a time when files could still be shared in up to 20 conversations. This enabled it to spread rapidly, and soon make its way to other social networks. It became impossible to track it back to the original source. (WhatsApp has since restricted the number of groups you can forward a message to.)

Unable to identify the author(s) of the recording, Comprova focused on a more conventional investigation, and requested the help of an expert report from Instituto Brasileiro de Perícia (the Brazilian Institute of Forensics). Experts compared the viral recording with Bolsonaro’s voice in an April 2018 interview and concluded that the voice of the candidate was not the voice on the recording being shared on social networks.

The experts made a qualitative analysis of the voice, speech and language markers of the man who spoke in the recording. Then they compared these parameters in each voice and speech sample. In this analysis, they investigated vowel and consonant patterns, speech rhythm and speed, intonation patterns, voice quality and habits presented by the speaker, as well as the use of specific words and grammatical rules.”

que me cercavam. Para a escolha do objeto, parto de uma sensação semelhante; no caso, do incômodo de, mesmo sendo uma jornalista de rádio, encontrar muitas dificuldades na checagem do conteúdo de desinformação em áudio.

Para a nossa análise, obtivemos, com a gentil colaboração dos editores do Projeto Comprova, acesso a todo o material verificado na coalizão nos anos de 2021 e 2022 — período entre os meus últimos meses na iniciativa e o meu primeiro ano como pesquisadora. Das 509 verificações iniciadas nesse período, separamos aquelas em que o conteúdo de desinformação tinha formato prioritariamente sonoro e encontramos 14 áudios para serem objeto de nossa análise, que terá como base um método qualitativo. Alguns conteúdos verificados foram localizados no formato de vídeo, mas tratam-se, originalmente, de mensagens de áudio que foram inseridas em um vídeo para circularem em outras plataformas. Por isso, também serão considerados. Todo o material foi organizado em uma tabela (tabela 1), numerado conforme a data do início da verificação do conteúdo pelo Comprova e nomeado com palavras-chave que nos permitissem a identificação rápida de cada áudio.

**Tabela 1 – áudios selecionados para a análise**

<b>Número</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Duração</b>
1	Luana Piovani	05/03/2021	0:05:03
2	Pujol - crimes lesa-constituição e lesa-pátria	24/08/2021	0:08:30
3	Nelson Pires Modesto	11/11/2021	0:04:11
4	Dímero D	13/12/2021	0:14:15
5	Paulo Ferreira - Ataque a igrejas	11/05/2022	0:00:13
6	Aldo Rebelo - combustíveis	29/05/2022	0:05:06
7	Palocci - corrupção no governo Lula	01/06/2022	0:01:45
8	Mauro Paulino - fraude nas urnas	03/06/2022	0:00:45
9	Urnas manipuladas em Cordeiro-RJ	29/09/2022	0:01:01
10	Ciro Gomes - eleições	04/10/2022	0:01:22
11	Forças Armadas - eleições	17/10/2022	0:04:43
12	Eduardo Bolsonaro - fraude eleitoral - ruas	01/11/2022	0:02:42
13	Relatório da defesa - eleições	10/11/2022	0:06:43
14	Log urnas 17 milhões votos	22/11/2022	0:08:25

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Realizamos uma escuta inicial de todos os áudios, e uma transcrição de cada conteúdo (Apêndice 2) com o auxílio da ferramenta Escriba, desenvolvida pela agência

Aos Fatos<sup>52</sup>, que funciona a partir de inteligência artificial. Os áudios somam uma hora e seis minutos de conteúdo, e as transcrições cerca de 10 mil palavras. Em seguida, foram feitas correções manuais no conteúdo transcrito, para corrigir eventuais erros cometidos pela ferramenta automática.

O passo metodológico seguinte parte da auditoria (Meditsch; Betti, 2019) dos conteúdos, que nos permite a percepção de elementos não-verbais no material sonoro. Pela proposta dos autores, essa “técnica de observação da informação sonora” (Meditsch; Betti, 2019, p. 12) permite uma análise focada não apenas nos elementos verbais da comunicação em áudio, mas também na sonoridade daquele material, que, numa primeira escuta, passaria despercebida ou seria descartada. Entre os pontos “auditáveis” a partir desse exercício focado de escuta, Meditsch e Betti (2019) destacam a musicalidade, a composição rítmica, os ruídos do ambiente em que o áudio foi gravado, o grão da voz e a espontaneidade do interlocutor.

Uma postura de auditoria em relação aos elementos que superam e acompanham o verbal, voltada a sua análise e interpretação, permitirá uma compreensão mais adequada da informação sonora e dos seus elementos que interferem na compreensão e persuasão da audiência (Meditsch; Betti, 2019, p. 12).

O nosso objetivo é realizar uma análise de discurso como proposta por Charaudeau ([1984], 2005), em busca de uma resposta para a pergunta principal da pesquisa: **o que é dito e como é dito no conteúdo de desinformação em áudio para que ele seja percebido como verdadeiro por parte da audiência?** Para o autor, é importante ressaltar, “o discurso é um percurso de significação que se inscreve num texto e que depende das suas condições de produção e dos locutores que o produzem e interpretam”<sup>53</sup> (Charaudeau, 2009, [s.p.], tradução nossa), o que faz com que seja relevante categorizar o discurso presente em cada um dos áudios a partir da base de produção da fala (Goffman, [1981], 2008).

Buscamos perceber, nessa etapa, a presença ou não de outros elementos sonoros para além da fala no ambiente em que o áudio foi gravado, tentando determinar

---

<sup>52</sup> Disponível em: <https://escriba.app/en/>

<sup>53</sup> No original: “Le discours est un parcours de signification qui se trouve inscrit dans un texte, et qui dépend de ses conditions de production et des locuteurs qui le produisent et l’interprète.”

se contribuem ou não para a formação de sentido e credibilidade do conteúdo. Entre eles, a velocidade da fala do interlocutor; a formalidade ou a coloquialidade, marcada pelo uso de gírias e marcadores de proximidade no discurso; a qualidade técnica da gravação; a natureza da informação repassada no áudio, sua temática principal e suposta origem (Figueiredo; Pessoa, 2023).

Falaremos adiante dos resultados dessa etapa, mas podemos adiantar que a temática dos áudios foi um ponto que chamou bastante a nossa atenção, bem como a forma como esses temas são trabalhados nos discursos. Tem-se, em vários momentos, a evocação de noções que fazem parte do imaginário sócio-discursivo (Charadeau, 2007) a respeito de diversos temas sensíveis, alvo de algum tipo de polêmica social (Emediato, 2023).

Dedicaremos o próximo capítulo ao detalhamento do que foi observado na nossa análise, mas antes, para uma melhor compreensão do *corpus*, faz-se necessário aprofundarmos no trabalho realizado pela coalizão de checagem.

### 3.2.1 O Projeto Comprova

Exploramos, no capítulo anterior, como as eleições presidenciais de 2018 foram, no Brasil, um momento em que a desinformação se consolidou como estratégia política de alguns grupos. Iniciativas como o Projeto Comprova foram uma resposta do jornalismo tradicional a esse cenário. Não à toa, também foi nessa mesma época em que vários veículos consolidados também criaram os seus próprios projetos de checagem: o Fato ou Fake<sup>54</sup>, do G1; o Estadão Verifica<sup>55</sup>, do Estado de S. Paulo; o Checamos<sup>56</sup>, da *Agence France-Presse* (AFP) no Brasil.

O Comprova, porém, vinha como um projeto muito mais ambicioso, carregando, de uma só vez, o nome de várias das redações mais importantes do país (note-se que alguns veículos, como Estadão e AFP, tinham seus próprios projetos de checagem, mas ainda assim faziam parte da coalizão). Delinear uma estratégia capaz de atender às

---

<sup>54</sup> Ver: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>

<sup>55</sup> Ver: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/>

<sup>56</sup> Ver: <https://checamos.afp.com/>

linhas editoriais de 24 veículos localizados em diferentes regiões do país e voltados para diferentes meios não seria tarefa fácil, e exigiu da equipe uma série de treinamentos e uma comunicação aberta e constante.

A concorrência pode ser um grande motivador, mas um propósito compartilhado por todos é muito mais [...].

A fluidez do trabalho colaborativo depende do engajamento das organizações participantes e da clareza de objetivos. No Comprova, o processo que definiu as organizações que participariam da coalizão e, na sequência, o escopo do projeto, foi decisivo para criar uma base sólida para a colaboração. (Lüdtke, 2018b, [s.p.]

Após mais de seis meses de reuniões, o projeto foi lançado, em 28 de junho de 2018 (Fig. 6), com os parceiros que mencionamos no tópico anterior, e era focado na checagem de conteúdos suspeitos sobre as eleições presidenciais, que tivessem sido gerados por usuários das plataformas sociais (e não pelos próprios candidatos, por exemplo), representassem risco significativo à integridade do debate público e que tivessem um alcance relevante nas redes sociais ou plataformas de mensagens (Pimenta, 2019).

Fig. 6 - Linha do tempo pré-lançamento - Projeto Comprova

13 Novembro 2017	2 Fevereiro 2018	12 Março 2018	27-29 Maio 2018	27 Junho 2018	28 Junho 2018
<b>PRIMEIRA REUNIÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação do First Draft (legado do CrossCheck e incentivos para redações colaborarem)</li> <li>Ceticismo (competição e relutância em colaborar)</li> <li>Oito redações participantes; duas demonstraram interesse em participar de um projeto colaborativo para combater informações incorretas no Brasil</li> </ul>	<b>PRIMEIRO WORKSHOP</b> <p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Decidir coletivamente como um projeto colaborativo para monitorar e desmascarar desinformações no Brasil deve se apresentar</li> <li>Nenhuma decisão tomada sobre adesões formais durante a reunião, mas os participantes obtiveram informações suficientes para levar de volta às redações</li> </ul> <p><b>Pauta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação do First Draft (legado do CrossCheck e incentivos para as redações)</li> <li>Checagem de fatos (fontes oficiais) e verificação (fontes não oficiais)</li> <li>Panorama sobre política, mídia e desinformação no Brasil</li> <li>Prós e contras de um projeto colaborativo</li> <li>Design sprint (modelagem do projeto)</li> </ul>	<b>SEGUNDO WORKSHOP</b> <p><b>Definidos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Escopo (verificação e as eleições presidenciais, checagem cruzada)</li> <li>Abraji como parceira operacional</li> <li>Bolsas de apoio para redações participantes</li> <li>Aconselhamento jurídico pro bono</li> <li>Nome do projeto: Comprova</li> <li>Redações que aderiram: UOL e Jornal do Commercio</li> </ul>	<b>TREINAMENTO</b> <p><b>Definidas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Conexões e relações de confiança entre os parceiros</li> <li>Criação de um conselho deliberativo</li> </ul> <p><b>Consolidados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Diretrizes</li> <li>Princípios para técnicas de monitoramento</li> <li>Processos do fluxo de trabalho</li> <li>Como publicar desmascaramentos</li> </ul> <p><b>Mapeado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Temas políticos e culturais que possam ser explorados por pessoas mal-intencionadas durante a campanha presidencial</li> </ul> <p><b>Aprendizado de ferramentas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ferramentas de redes sociais e verificação</li> <li>Estudos de caso do CrossCheck</li> </ul> <p><b>Reuniões:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Representantes das plataformas (Google, Facebook) e WhatsApp</li> </ul> <p><b>Participantes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Parceiros da coalizão, incluindo verificadores e editores</li> </ul>	<b>TREINAMENTO DOS PARCEIROS ABRAJI</b> <p><b>Pauta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Técnicas de monitoramento (CrowdTangle, NewsWhip e TweetDeck)</li> <li>Teste de verificação</li> <li>Perguntas e respostas sobre a coalizão</li> </ul> <p><b>Estabelecido:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cinco princípios do Comprova: rigor, integridade e imparcialidade, independência, transparência e responsabilidade ética.</li> <li>Responsabilidades do fluxo de trabalho de monitoramento</li> <li>Diretrizes para o conselho consultivo</li> <li>Calls semanais da coalizão (Zoom)</li> <li>Slack como a ferramenta de mensagens da coalizão</li> <li>Estratégia para a linha pública de WhatsApp</li> </ul> <p><b>Participantes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Parceiros da coalizão, incluindo verificadores e editores, gerentes que não compareceram aos encontros prévios do Comprova</li> </ul>	<b>LANÇAMENTO</b> <p><b>24 parceiros</b> AFP Brasil, Band TV, Band News TV, Band News FM, Rádio Bandeirantes, Correio do Povo, O Estado de S. Paulo, Exame, Folha de S. Paulo, Futura, Gaúcha ZH, Gazeta Online, Gazeta do Povo, Jornal do Commercio, Metro Brasil, Nexo Jornal, Nova Escola, NSC Comunicação, O Povo, Poder 360, revista piauí, SBT, UOL e Veja</p>

Fonte: Wardle *et al*, 2019a, p. 6

Foi ao longo dessas conversas prévias que se estabeleceu o fluxo de trabalho (Fig. 7), a forma de discussão dos casos e resolução de possíveis controvérsias, sob um ponto de vista editorial, e até a decisão sobre quais ferramentas seriam usadas para a comunicação interna dos integrantes da equipe e para o trabalho de verificação e publicação dos conteúdos (Pimenta, 2019).



A partir do funcionamento efetivo do grupo, o WhatsApp passou a ser o meio de comunicação principal dos integrantes, com trocas constantes de mensagens sobre os conteúdos que estavam sob checagem. Já a ferramenta *Google Docs*, da Google, era usada para a redação do conteúdo final e o registro de todas as etapas da checagem, a partir de um modelo elaborado pelos editores do projeto (Lüdtke, 2018b), que inclui informações como a data de publicação da postagem e do início da verificação, o alcance do conteúdo nas redes sociais e todo o percurso de apuração realizado pelos verificadores até a elaboração do texto final.

Em cada verificação, atuavam jornalistas de ao menos dois veículos distintos, apurando como fosse necessário para atestar a falsidade — ou veracidade, muito mais raramente — de determinado conteúdo selecionado pela equipe editorial. Além da possibilidade de troca de informações em caso de dificuldades nessa etapa, o momento seguinte do método proposto pelo Comprova pressupunha uma nova camada de colaboração. Todos os conteúdos, antes de serem publicados, eram submetidos a um *crosscheck* (checagem cruzada, em tradução nossa): os outros integrantes do projeto checavam as fontes e dados mencionados na verificação, com a possibilidade de sugerir alterações no texto, que ainda passava pelo crivo final dos editores antes de ser publicado no site da iniciativa e disponibilizado para republicação pelos veículos de imprensa integrantes da coalizão.

Aqui, é relevante ressaltar que a escolha do *Google Docs* como ferramenta para redação dos textos e registro das apurações foi particularmente interessante, porque permitia que mais de um usuário acessasse o mesmo arquivo ao mesmo tempo, além de possibilitar a sugestão de mudanças textuais e a inserção de comentários sobre o texto sem a alteração definitiva da redação original. Com isso, o debate sobre a cada etapa da verificação ocorria de forma muito mais orgânica e detalhada, valorizando o aspecto colaborativo da iniciativa.

Para o editor-chefe do Comprova, Sérgio Lüdtke, o método foi primordial para uma atuação sem qualquer erro durante o período pré-eleitoral de 2018:

Em um trabalho colaborativo são geradas muitas conversas. No caso do Comprova, optamos por um modelo de gestão por consenso, o que estimulou ainda mais a participação dos verificadores. Nesse modelo

horizontal, é importante que a opinião de todos seja sempre respeitada e que seja garantido o espaço para manifestações. No projeto, os verificadores foram incentivados a comentar, intervir e propor soluções mesmo para as verificações nas quais não estivessem diretamente envolvidos. O processo de decisão adotado não necessariamente exige mais tempo já que o consenso não é alcançado por uma votação, ele pode ser simplesmente observado. Ele requer, sim, amadurecimento das decisões, o que é extremamente bem-vindo num trabalho de apuração que prime pelo rigor.

[...]

A abertura para a participação de todos implica em mais comprometimento, distribui as responsabilidades e cria um maior zelo pelo resultado final. No Comprova, esse engajamento ajudou a garantir o rigor do trabalho de apuração e a alcançar mais facilmente a meta de erro zero (Lüdtke, 2018b, [s.p.]).

Como já ressaltado, o Comprova tinha um escopo de atuação bastante definido, naquele momento inicial de atuação: eram checados somente os conteúdos que tivessem relação com as eleições presidenciais, representassem um risco ao debate público (ou seja, teriam que conter supostas informações capazes de influenciar o comportamento dos eleitores) e já estivessem com um volume de circulação relevante na internet.

Esse último aspecto está relacionado ao receio de que, a partir da checagem, fosse obtido o efeito inverso do pretendido, oxigenando um boato que circulava de forma restrita em um grupo pequeno (Pimenta, 2019). Os critérios adotados faziam com que a seleção do que seria efetivamente alvo de uma verificação fosse, também, uma decisão editorial, já que a ideia de “risco ao debate público” é, de certa forma, subjetiva. Havia um consenso sobre o não enquadramento de boatos sobre a vida privada dos candidatos ou pessoas públicas nos critérios de verificação, mas mesmo esse tipo de desinformação poderia, em última instância gerar repercussões importantes junto aos eleitores, então a análise do que cabia ou não no escopo de checagens precisava ser realizada caso a caso.

Os impasses que poderiam surgir diante dessa questão em uma eleição tão concorrida e em um trabalho colaborativo inédito entre redações que, em condições normais, competiam no mercado de notícias, tiveram uma solução antecipada: a configuração editorial do Comprova incluía, desde o início, um painel de dez

representantes sênior de redações participantes do projeto, que arbitriariam casos de conflito de interesses ou vieses percebidos. Segundo Pimenta (2019), porém, o painel nunca precisou ser acionado para tomar esse tipo de decisão, e as discussões em grupo fluíram de maneira natural, quando preciso.

Para além do aspecto subjetivo, o aspecto prático também era relevante para determinar quais conteúdos seriam analisados pelos checadores. A ferramenta *Crowdtangle* auxiliava os editores a realizar o monitoramento de redes sociais como o Facebook e Twitter, em busca de qualquer tipo de conteúdo relevante que estivesse viralizando e tivesse indícios de não ser autêntico. Os próprios jornalistas também sugeriam checagens, a partir do que encontravam por conta própria nas redes ou recebiam de fontes pessoais. O WhatsApp, enquanto uma rede fechada para conversas particulares, em geral, era um desafio à parte: a equipe fazia uma busca ativa nos grupos públicos, mas o contato mais intenso com o que circulava na plataforma ocorria por meio das sugestões enviadas pelos leitores.

Pela primeira vez, o WhatsApp deu para uma iniciativa de jornalismo sem fins lucrativos a capacidade de receber perguntas do público por meio de um site intermediário, o Zendesk. Se tivéssemos utilizado o WhatsApp Business, nós teríamos um celular para tentar responder às quase 70 mil questões que o projeto recebeu. O Zendesk foi integrado à nossa conta business e permitiu que vários jornalistas e estudantes de jornalismo revisassem “tickets”, ou perguntas do público. Durante a maior parte do projeto, quatro jornalistas monitoraram questões. Durante o último mês da eleição, havia 10 pessoas designadas para classificar e peneirar os “tickets”. Através desse processo, a equipe começou a ver padrões de desinformação e os enviou para os editores para que eles considerassem ao investigar. O time também respondeu à pessoa que enviou a mensagem original com uma nota simples ou um link para um artigo publicado sobre o tópico (Rinehart, 2018b, [s.p.]).

Ao final de todo o processo, o texto publicado no site do Comprova contava com as “assinaturas” dos veículos que participaram efetivamente da checagem e daqueles que realizaram o *crosscheck* (Fig. 8), ampliando a credibilidade do material disponibilizado ao público. “Pelo menos três parceiros tinham que confirmar as descobertas e colocar o logotipo da organização ao pé da publicação no gerenciador de conteúdo. Em média, houve cerca de nove logotipos de parceiros listados ao fim das publicações” (Rinehart, 2018a, [s.p.]).

Era — e ainda é — raro que todos os veículos participem de todas as verificações, seja na fase de apuração seja no *crosscheck* posterior, já que as redações (como falaremos adiante) tinham níveis de dedicação distintos ao projeto. Ainda assim, todo o material produzido pela coalizão poderia ser (e encorajava-se que fosse) compartilhado nos sites, redes sociais e plataformas próprias de cada veículo, amplificando a circulação da checagem (Wardle, 2018).

**Fig. 8 - Assinatura dos veículos nas publicações**

INVESTIGADO POR: **GZH** **FOLHA** 2018-10-25 **Arquivo**

**Médico de Bolsonaro disse “câncer de intestino” em vídeo de reportagem, mas como brincadeira**

Médico de Jair Bolsonaro falando ao fundo da reportagem da Record que o candidato a presidência está com **CÂNCER DE INTESTINO**.  
 “Montagem”? Reportagem saiu no próprio canal da Record no YouTube: [youtu.be/4NDUJ19HTQ](https://youtu.be/4NDUJ19HTQ)

Um dos médicos do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) realmente disse o termo “câncer de intestino” enquanto se preparava para examinar o deputado federal no último domingo, 21 de outubro, como mostra vídeo divulgado em reportagem da TV Record.

O profissional, porém, não estava, naquele momento, dando um diagnóstico ao capitão da reserva. Na realidade, o médico fazia uma brincadeira sobre uma informação falsa que circulou nas redes sociais anteriormente de que Bolsonaro estaria com câncer.

Pelo Twitter, trechos do vídeo foram publicados acompanhados de legendas enganosas que sugeriam que o militar estaria realmente com câncer. Olhai o momento exato em que o médico fala e como falou de Bolsonaro e câncer de intestino. Por isso, desconfiamos de

**VEJA MAIS**

VERIFICADO POR: **PODER360** **GZH** **Rede Globo** **SBT** **UOL** **piauí** **f** **t** **whatsapp**

Fonte: Captura de tela realizada pela autora (2023)<sup>58</sup>

Os relatórios com dados sobre o trabalho realizado pelo Projeto Comprova ao longo de 2018 (Wardle, 2019), até as eleições, demonstram que a iniciativa foi eficiente no que se propôs: o trabalho colaborativo assegurou maior agilidade na verificação dos

<sup>58</sup> [https://projetocomprova.com.br/post/re\\_2b5w8xy19d4y/](https://projetocomprova.com.br/post/re_2b5w8xy19d4y/)

conteúdos suspeitos que se espalhavam *online* e emprestou credibilidade à iniciativa. Pesquisa realizada com a audiência apontou uma confiabilidade de quase 80% no Comprova; 81,4% dos leitores disseram que os relatos da iniciativa eram precisos e 40% dessas pessoas afirmaram que o Comprova impactou na decisão do voto nas eleições presidenciais (Wardle, 2019). Ao mesmo tempo, outra pesquisa, conduzida com pessoas que não necessariamente eram leitoras do Comprova, mas que correspondiam às características demográficas do país, apontou que as verificações produzidas pela coalizão “mudaram as convicções dos participantes na direção esperada” (Dias, 2019, p. 13), na medida em que apresentavam fatos que contrariavam as visões políticas dos participantes.

Aqui, é importante ressaltar que existem ressalvas à real efetividade dos trabalhos de checagem. Em um texto publicado em 2019, os projetos *Full Fact*, do Reino Unido, *Chequeado*, da Argentina e *Africa Check*, com atuação na África do Sul, Senegal, Nigéria e Quênia, ressaltaram a importância de que o combate à desinformação não se restrinja ao trabalho de verificação:

A ideia de que a checagem pode funcionar de forma isolada, corrigindo as percepções inadequadas do público em uma escala de massa, não encontra respaldo na realidade. Ninguém deveria se surpreender ao constatar que, apesar dos *fact-checkers* publicarem inúmeras verificações, as pessoas ainda acreditam em informações incorretas, e os políticos continuam distorcendo e manipulando os fatos. O *fact-checking* pode funcionar, mas não se for a única coisa que fizermos.

[...]

Imagine chegar atrasado a uma festa em que as pessoas estiveram debatendo sobre política, e anunciar que você tem um PhD no assunto que está sendo discutido e começar a corrigir todo mundo que está lá. Você esperaria que as pessoas ficassem gratas?<sup>59</sup> (Africa Check; Chequeado; Full Fact, 2019, [s.p.], tradução nossa).

Já para Seibt (2018), um dos grandes questionamentos em relação à metodologia de checagem adotada por veículos do mundo todo é a conclusão por meio de etiquetas,

---

<sup>59</sup> No original: “The idea that fact checking can work by correcting the public’s inaccurate beliefs on a mass scale alone doesn’t stack up. Nobody should be surprised when, despite fact checkers publishing lots of fact checks, people still believe inaccurate things and politicians still spin and distort. Fact checking can work but not if this is all we do [...] Imagine walking late into a party where people have been arguing about politics, announcing that you have a PhD in what they’re talking about, and correcting everyone there. Would you expect them to be grateful?”.

que classificam um conteúdo em um espectro que vai de “verdadeiro” a “falso”. “Num ambiente marcado pela disputa de narrativas nas redes sociais, os sites de checagem foram alçados a uma posição de “árbitros da verdade”. Isso é um equívoco e uma injustiça” (Seibt, 2018, [s.p.]). A autora ressalta que, apesar da busca por uma objetividade próxima do método científico no processo de apuração, o jornalismo não é uma ciência exata, e a decisão por uma outra etiqueta — sobretudo em situações em há uma variação sutil entre o significado de cada uma — é, sobretudo editorial.

Ainda assim, Seibt (2019) reconhece os méritos do método de checagem, principalmente no que se refere à transparência em relação às fontes utilizadas:

a conclusão de uma checagem não é inquestionável ou infalível. Envolve interpretação, contextualização e, principalmente, argumentação. Ao escolher uma etiqueta, argumenta-se em torno daquela conclusão para “convencer” o leitor de que nosso método nos levou a concluir aquilo — e esperamos que ele conclua o mesmo que nós. Se não concluir, pelo menos ele sabe por onde pode questionar nossas conclusões, o que nem sempre é possível no formato convencional das notícias. Só que ao expor seus métodos, o *fact-checking* acaba colocando para fora também suas fragilidades (Seibt, 2019, [s.p.]).

Em outro aspecto, como já ressaltamos, Thales Lelo problematiza as fontes de financiamento das iniciativas de checagem, incluindo o Projeto Comprova (Nonato; Grohmann; Figaro e Lelo, 2022). Para ele, como as *big techs* — como Google e Meta, com todas as plataformas e redes sociais que controlam — são as responsáveis pela construção do modelo e desenvolvimento das *affordances* que culminam no cenário de desinformação generalizada online, todas as iniciativas voltadas para o combate a essa desinformação não passam de “estratégias de propaganda e de lobby político das plataformas digitais” (Nonato; Grohmann; Figaro e Lelo, 2022, p. 64). Segundo levantamento realizado por Thales Lelo, todas as principais iniciativas de checagem ou educação midiática realizadas no Brasil e outros países da América Latina são dependentes do financiamento das *big techs*<sup>60</sup>. As consequências, segundo Lelo, vão

---

<sup>60</sup> Em março de 2024, uma reportagem de Patrícia Campos Mello na Folha de S. Paulo revelou o corte de até 30% nas verbas destinadas pela Meta aos checadores que atuam no Whatsapp, plataforma das mais usadas no país e que concentra boa parte da desinformação que circula no ambiente digital. Segundo a jornalista, o corte também foi realizado em outros países. Em nota enviada ao jornal, o Whatsapp negou a redução da verba do ano, e disse ser parceiro de 50 iniciativas de checagem no mundo. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/whatsapp-corta-verba-para-checagem-de-informacoes-em->

desde a dependência editorial ao favorecimento do conteúdo que circula nas redes sociais, além do estabelecimento de uma espécie de isenção por parte das plataformas – que recusam as tentativas institucionais de regulamentação -, já que o trabalho de checagem é terceirizado para os veículos profissionais (Nonato; Grohmann; Figaro e Lelo, 2022).

Apesar dessas ressalvas, os indicadores usados pelos próprios mantenedores consideraram o Projeto Comprova como bem-sucedido. Ainda assim, a coalizão encerrou as atividades em novembro de 2018, após as eleições. Ao todo, durante os três meses de funcionamento da iniciativa, foram publicados 147 conteúdos — a grande maioria classificados como falsos ou enganosos (Lüdtke, 2018a). Apesar do fechamento do ciclo, já se ventilava, naquele momento, graças a esses bons resultados, a realização de uma nova etapa de verificação: “Há ampla evidência de que a desinformação continuará a se propagar no Brasil e a colaboração é a única forma de combater o problema. O Comprova está comprometido a estudar as possibilidades de realizar uma versão 2.0 em 2019” (Rinehart, 2019a, [s.p.]).

### 3.2.2 A fase 2.0 (e as seguintes)

O fim das atividades do Comprova, em 2018, de fato acabou sendo apenas uma pausa. Os participantes voltaram a se reunir em meados de 2019 com um novo escopo de atuação, já que as eleições presidenciais já haviam passado. O foco, naquele momento, passou a ser a desinformação acerca das políticas públicas do governo federal (Abraji, 2019).

A configuração geral do projeto permaneceu a mesma, com a participação de 24 veículos na coalizão e a metodologia de checagem e *crosschecking*, além do uso das mesmas ferramentas para o trabalho. O que mudou, segundo os próprios editores, foi a complexidade dos assuntos tratados: “Como os temas associados a políticas públicas são complexos e o ambiente político continuou tensionado após as eleições, o Comprova

optou por fazer nesta segunda fase um jornalismo mais explicativo, agregando mais contexto as suas verificações” (Abraji, 2019, [s.p.]).

Nessa segunda fase foram verificados, por exemplo, a foto de uma obra da BR-163, que era atribuída ao governo Bolsonaro como forma de atacar as gestões petistas anteriores, mas, na verdade, havia sido realizada no governo Lula e o boato de que aviões israelenses estavam auxiliando no combate a focos de incêndio na Amazônia, no Brasil (Fig. 9).

**Fig. 9 – Checagens feitas pelo Comprova sobre políticas públicas do governo federal**



Fonte: Capturas de tela feitas pela autora (2023)<sup>61</sup>

Um dos focos também passou a ser a busca pela origem dos conteúdos suspeitos, numa tentativa de “provocar a publicação de desmentidos e erratas ou, no limite, fazer com que os perfis, páginas ou grupos apagassem os conteúdos falsos que haviam publicado” (Abraji, 2019, [s.p.]). Uma verificação publicada pelo Comprova em 07 de novembro de 2019<sup>62</sup>, por exemplo, foi bem-sucedida nesse aspecto:

<sup>61</sup> <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/foto-de-obra-na-br-163-usada-em-montagem-enganosa-como-sendo-do-governo-bolsonaro-e-dos-anos-lula/> e <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/e-falso-que-avioes-israelenses-tenham-sido-enviados-para-apagar-incendio-na-amazonia-brasileira/>

<sup>62</sup> Ver: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/para-desqualificar-presidente-da-une-boato-diz-que-ele-estuda-ciencias-sociais-ha-15-anos/>

#### Atualização

No dia 23 de novembro, um dos responsáveis pela página no Facebook ‘Jovens de Direita’, uma das que tinham compartilhado a postagem falsa sobre lago Montalvão, respondeu ao Comprova informando que o conteúdo tinha sido retirado do ar “certamente por ser apurado como fake news”. A resposta continua: “Tentamos ser rigorosos com isto, mas nem todos editores têm o mesmo nível de rigor. Sempre que postada informação falsa, o editor é advertido ou punido”. A página também informou que não era autora do conteúdo e que havia compartilhado de outro usuário (GZH; Band; UOL; Correio, 2019, [s.p.]).

A fase 2.0 se estendeu até o final de 2019; em cinco meses de trabalhos, foram produzidas 77 reportagens (Abraji, 2019). Com mais uma etapa bem-sucedida, o planejamento das organizações que compunham a coalizão era acionar o grupo, novamente, em meados de 2020, para continuar trabalhando os conteúdos ligados às políticas públicas do governo federal e lidar com a desinformação relacionada às eleições municipais, que ocorreriam no final daquele ano.

Em março de 2020, porém, a OMS decretou o início da pandemia da covid-19, reconhecendo o cenário de excesso de informações em circulação sobre a doença, as formas de transmissão do vírus e as estratégias mais adequadas para evitar o contágio — no que, já mencionamos, foi chamado de Infodemia. Como também já detalhamos, o tema, no Brasil, foi profundamente politizado e instrumentalizado pelo grupo que ocupava os espaços institucionais de poder, o que incentivou um profundo cenário de desinformação, no que pode ser considerada uma terceira “onda” das *fake news*, quando considerada uma perspectiva histórica (Martín-Pena et al, 2022). Foi nesse contexto que se lançou, em 25 de março de 2020, um expediente especial do Projeto Comprova sobre o coronavírus (Projeto..., 2020).

Foi nesse período em que eu me juntei ao Projeto Comprova como uma das checadoras atuando na coalizão. No começo de 2020, já formada em jornalismo há mais de dois anos, eu trabalhava na BandNews FM de Belo Horizonte, parte do Grupo Bandeirantes — veículo que, por sua vez, fazia parte da coalizão desde a sua primeira fase.

A equipe do Comprova (com a exceção dos editores e integrantes da Abraji ligados ao projeto) é composta por profissionais designados pelas redações parceiras da iniciativa. Com a participação de veículos de diferentes mídias, sediados em partes

distintas do país e com tamanhos variados, o número de profissionais disponibilizados para atuar na iniciativa e o tempo que cada um poderá destinar ao trabalho de checagem são uma decisão interna de cada redação.

No caso do Grupo Bandeirantes, havia apenas um jornalista atuando no projeto em nome da BandNews FM, da Rádio Bandeirantes, da TV Band e do Jornal Metro, mas não em regime exclusivo — ou seja, mantendo suas atribuições normais na redação da rádio, em São Paulo. O profissional em questão também faz parte do corpo editorial do Projeto Comprova (que, como mencionamos, toma decisões ligadas ao escopo e configuração da iniciativa).

O meu ingresso na coalizão se deu por minha própria iniciativa; por ter interesse nesse tipo de trabalho e movida por uma vontade de atuar mais diretamente no combate à desinformação que já me angustiava naquele início da pandemia, perguntei à minha chefia da BandNews FM se poderia integrar o projeto de maneira voluntária, e fui prontamente aceita. As minhas funções na rádio em Belo Horizonte continuaram exatamente as mesmas, com a produção de reportagens, realização de entrevistas e apresentação de programas ao vivo. Assim, todo o trabalho de checagem, as reuniões semanais de alinhamento realizadas com toda a equipe do Comprova e os eventuais treinamentos para o uso de ferramentas de apuração e monitoramento da desinformação eram realizados fora do meu expediente usual, de seis horas de trabalho diário.

Diante de condições de trabalho tão distintas entre os colaboradores, que não tinham um horário fixo de atuação no projeto, como numa redação comum, a organização das checagens no Comprova precisava passar, em grande medida, pelo esforço individual dos integrantes, que se organizavam (ao menos naquele período em que fiz parte do projeto) de acordo com as próprias agendas. É relevante ressaltar que algumas redações, sobretudo as que tinham seus próprios projetos de checagem, como O Estado de S. Paulo, disponibilizavam um número maior de profissionais para atuar no Comprova; esses jornalistas, geralmente, eram exclusivamente destacados para o trabalho de verificação de desinformação, e todo o trabalho colaborativo da coalizão também era (e ainda é) publicado na página própria do Estadão Verifica<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Ver: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/comprova-42-veiculos-eleicoes-2022/>.

Dois fatores principais definiram os horários de trabalho no Comprova: primeiro, o padrão temporal de produção e viralização de desinformação, que aconteciam principalmente à tarde; segundo, os horários de trabalho das redações, definidos pelos ciclos de notícias, com picos geralmente surgindo à tarde e à noite<sup>64</sup> (Pimenta, 2019b, p. 23, tradução nossa).

A comunicação interna, já mencionamos, era feita por um grupo de WhatsApp, e era nele que os editores angariavam voluntários para atuar em cada checagem. Ao assumir a apuração de um conteúdo, os jornalistas — e uso o plural porque, como ressaltamos anteriormente, a colaboração entre as redações é um importante aspecto a ser observado — passavam a preencher um documento hospedado na plataforma *Google Docs*, registrando todas as etapas da investigação e respondendo às perguntas propostas pelos editores para elucidar a veracidade do material. Em geral, a divisão desse trabalho de apuração era feita em outros grupos de WhatsApp, criados especificamente para cada apuração, integrados pelos titulares da checagem.

Uma vez finalizada a apuração, cabia aos mesmos jornalistas responsáveis por determinada checagem redigir o texto final que seria publicado. Usando a ferramenta de “sugestão” existente no *Docs*, era possível elaborar um material a várias mãos, mesmo à distância, respeitando as decisões comuns no processo colaborativo.

Nas primeiras semanas do expediente especial sobre o novo coronavírus, em que as verificações eram exclusivamente voltadas para esse tema, ainda tateávamos os melhores caminhos de apuração, selecionando fontes efetivamente capazes de responder às perguntas que surgiam diante da profusão de desinformação *online*. O trabalho na coalizão refletia as incertezas que rodeavam a covid-19 na comunidade científica: são várias as verificações que se basearam no entendimento até então vigente sobre o vírus, mas que hoje, diante da conclusão de boa parte dos estudos que então haviam sido apenas iniciados, sabemos que não fazem mais sentido. Foi nesse período que os editores decidiram incluir em toda checagem a respeito da pandemia um

---

<sup>64</sup> No original: “Two main factors defined Comprova working shifts: first, the temporal patterns of misinformation production and viralization, both largely occurring in the afternoons; second, newsrooms working shifts, defined in turn by the news cycle, with peaks generally appearing in the afternoons and evenings”

*disclaimer*<sup>65</sup> alertando para o fato de que a verificação havia sido realizada com base nas informações científicas disponíveis até aquele momento (Fig. 10). A prática se mantém até hoje, nos conteúdos eventualmente ligados à covid-19.

**Fig. 10 - Checagem alerta, na seção que contém detalhes sobre o processo de apuração, para a data em que as informações foram coletadas**

## Como verificamos?

O Comprova entrou em contato com a Prefeitura de Itajaí para saber os detalhes da medida. Também consultamos Conselho Federal de Medicina (CFM), Sociedade Brasileira de Ozonioterapia Médica (SOBOM) e Associação Médica Homeopática Brasileira (AMHB) para entender a utilização das terapias e medicamentos citados no vídeo. Ainda falamos com especialistas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e do Instituto Questão de Ciência. Por fim, consultamos os dados da doença junto às secretarias de saúde estadual e municipal.

*O Comprova fez esta verificação baseado em informações científicas e dados oficiais sobre o novo coronavírus e a covid-19 disponíveis no dia 4 de agosto de 2020.*

Fonte: Captura de tela realizada pela autora (2023)<sup>66</sup>

Também são desse período inicial de checagens sobre a pandemia outras duas características importantes das verificações que o Comprova passou a publicar dali em diante. A primeira delas foi a criação da seção “Por que verificamos”, que passou a fazer parte do modelo padrão dos textos publicados pela coalizão. A ideia, nesse trecho do texto, é explicar aos leitores o contexto em que aquele boato passou a ser propagado, ressaltando o potencial dano do conteúdo desinformativo. A seção também inclui detalhes sobre o alcance daquela mídia específica nas redes sociais ou, se for o caso,

<sup>65</sup> Alerta inserido para os leitores, avisando sobre a data de publicação do texto e a possibilidade das informações científicas estarem desatualizadas, a depender das descobertas futuras a respeito do coronavírus.

<sup>66</sup> <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/ozonioterapia-nao-tem-eficacia-comprovada-contra-a-covid-19/>

informa sobre como o conteúdo chegou até o Comprova (caso tenha sido sugerido por leitores, por exemplo).

A segunda é a inclusão, em todas as publicações de checagens, de referências às verificações já feitas por outros veículos de *fact-checking* a respeito daquele mesmo boato. Essa informação, em geral, é incluída justamente na seção “Por que verificamos”. A prática, além de intensificar a confiabilidade da conclusão da apuração do Comprova — visto que outras equipes chegaram ao mesmo resultado —, ainda reforça o caráter colaborativo da iniciativa.

Outra mudança que é relevante ressaltar, em relação à segunda etapa, é que os nomes dos jornalistas que participaram das checagens deixaram de ser incluídos no texto, que ainda hoje é assinado somente pelos veículos em que trabalham esses integrantes que apuraram o tema. Mencionamos no capítulo anterior que a intensa polarização política se refletiu, desde 2018, em ataques à imprensa e aos jornalistas. Como as peças de desinformação eram, em muitos momentos, espalhadas por um determinado grupo político, quem realizava as checagens também passou a ficar exposto a esse tipo de ataque. A diretora do “Aos Fatos”, Tai Nalon, por exemplo, foi alvo de agressões misóginas em redes sociais, instigadas por pessoas que espalharam desinformação a respeito do uso de medicamentos contra a covid-19 (Crispim, 2020).

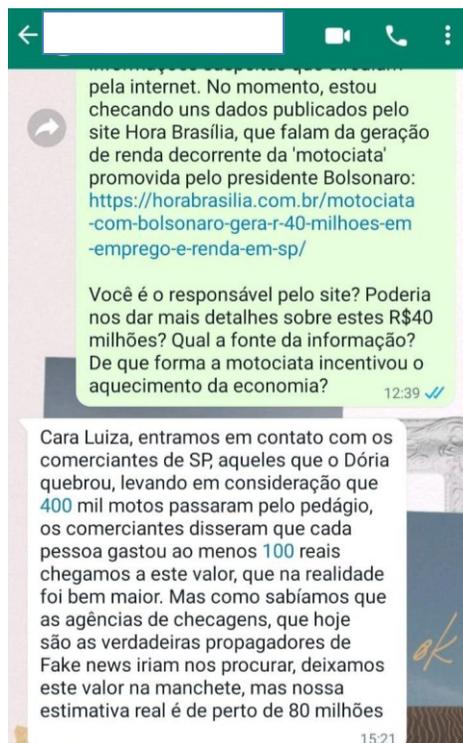
Sem a identificação nos textos, ficávamos menos expostos aos ataques públicos nas redes sociais, mas o contato feito com alguns dos autores de postagens verificadas ensejou respostas hostis enviadas diretamente aos jornalistas, sobretudo quando as conclusões da verificação apontavam um conteúdo enganoso ou falso.

No meu caso, lembro-me de duas ocasiões em que essa resposta foi mais agressiva, de uma forma que nunca tinha ocorrido em qualquer outro tipo de apuração. Na primeira, o objeto de verificação foi um texto supostamente publicado por uma médica, que circulou em grupos de mensagens antes de ser postado em um site hiperpartidário em julho de 2020. Nele, a profissional criticava o que chamava de “politização da medicina” ao defender a prescrição de hidroxiclороquina para pacientes com covid-19 - remédio que naquele momento não tinha eficácia comprovada contra o coronavírus, e que depois se mostrou totalmente inútil no combate à doença. Na

apuração, consegui o número de telefone dessa médica, confirmei que o texto realmente havia sido escrito por ela e pedi a comprovação do que ela afirmava. Por mensagens de WhatsApp, ela me enviou uma série de estudos científicos que não tinham resultados conclusivos sobre a eficácia do medicamento. Diante disso e de outras informações apuradas pela equipe que trabalhou comigo nessa verificação, atribuímos ao conteúdo a etiqueta de enganoso — que na definição do Comprova designa “todo conteúdo que confunde, com ou sem a intenção deliberada de causar dano” (BandNews FM; Jornal do Commercio; Folha de S. Paulo; Nexo, 2020, [s.p.]). Dias depois da publicação, em 31 de julho de 2020, ela me enviou uma mensagem por WhatsApp, queixando-se da publicação do texto e dizendo que ele iria “ajudar a matar muito mais pessoas”, além de dizer que esperava que ninguém da minha família adoecesse “e receba dipirona e seja mandado para casa”.

Em outra situação, a checagem já não se referia à covid-19, mas sim a uma das várias motocicletas realizadas no período anterior às eleições de 2022 em apoio ao então presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro. Uma postagem alegava que o movimento realizado em São Paulo tinha gerado uma renda de 40 milhões de reais para comerciantes da cidade. Na apuração, chegamos ao responsável pelo site onde o texto havia sido originalmente publicado, e fiz contato para questionar a fonte dos dados que constavam no conteúdo em questão. Na resposta, o homem disse que o cálculo havia sido feito pelos próprios autores, a partir do “contato com os comerciantes de SP que o Dória quebrou”. Na mensagem que me enviou, o autor do texto disse que as agências de checagens “são as verdadeiras propagadoras de *fake news*” (Fig. 11) e deixou de responder aos demais questionamentos. A conclusão da checagem foi de que o conteúdo era falso — que, pela etiqueta do projeto, identifica o “conteúdo inventado ou que tenha sofrido edições para mudar o seu significado original e divulgado de modo deliberado para espalhar uma mentira” (Estadão; BandNews FM, 2021, [s.p.]).

**Fig. 11 - Mensagem de autor de postagem sobre motociata de bolsonaristas, após contato feito pelo WhatsApp para apuração**



Fonte: Captura de tela feita pela autora, arquivo pessoal (2023)

Relendo as mensagens em 2023, com certo distanciamento temporal e já afastada do trabalho de checagem, num movimento de reflexividade (Moriceau, 2020), a sensação é de que não foram tão agressivas quanto me lembrava. À época das verificações, porém, lembro-me de ter sentido uma extrema vulnerabilidade ao receber, em meu WhatsApp, mensagens que questionavam, diretamente, a importância, a credibilidade e a integridade do trabalho que eu e os vários outros jornalistas realizávamos no Comprova. O contexto, como já apontamos, era de hostilidade geral contra o trabalho da imprensa, mas eu, pessoalmente, nunca tinha tido qualquer tipo de mensagem direcionada a mim, então respostas como essas foram um lembrete de que esse cenário existia para além de qualquer satisfação pessoal que eu sentisse com o trabalho.

Naquele momento de auge da pandemia da covid-19, em que trabalhar numa redação de um veículo *all news* significava reportar praticamente o tempo todo a tragédia que se abatia sobre o Brasil e o mundo — e do qual todos nós jornalistas fazíamos parte,

ao contrário de outras ocorrências mais distanciadas da nossa vida pessoal —, a decisão de me voluntariar para o trabalho de checagem no Comprova poderia ter tido um impacto emocional muito ruim. Afinal, implicava um mergulho ainda mais profundo nos temas relacionados à pandemia, além de um contato intenso com peças de desinformação que causavam angústia diante de tamanha negação da realidade. Ao contrário, porém, entrar na coalizão renovou meu ânimo para atuar como jornalista; era como se, a cada checagem, eu estivesse efetivamente fazendo a minha parte na luta contra o coronavírus — mesmo que esse sentimento fosse absolutamente utópico e o real alcance das verificações fosse ínfimo diante da enxurrada de desinformação que nos assolava.

A sensação era de que o trabalho de checagem era um retorno aos princípios mais básicos do jornalismo. Diante do que parecia a materialização da pós-verdade, em que não havia apenas a mentira, pura e simples, mas a manipulação dos fatos com insinuações e descontextualizações a ponto de torná-los falsos (Seixas, 2019), a única arma possível — mesmo que não totalmente eficiente — era a apuração bem-feita. Em nenhum outro momento do meu trabalho como jornalista me senti tão próxima da utopia da objetividade jornalística — não por uma crença ingênua nesse cânone do jornalismo, impossível de ser alcançado nas reportagens, independentemente do nível de dedicação, ou por acreditar em uma verdade absoluta a ser encontrada, mas porque um conteúdo falso era um conteúdo falso, sem espaço para discussão. O trabalho de checagem aparece como uma possibilidade do jornalismo “reafirmar seu compromisso deontológico com a verdade, a partir do qual se deve informar com base em evidências factuais” (Seibt; Vega-Oliveros e Rocha, 2022, p. 124)

Nas conversas com colegas, principalmente nas reuniões semanais de alinhamento, percebi que essa sensação era comum a vários integrantes da coalizão, mesmo a quem já realizava as verificações desde as fases anteriores do Comprova. Havia um senso de realização profissional, mesmo que o trabalho fosse cansativo.

Os relatos coletados sobre a primeira fase da coalizão sugerem que mesmo antes da pandemia o sentimento já estava presente (Pimenta, 2019b):

Os repórteres mostraram grande afeição à validação externa provida pelos próprios chefes e colegas de redação diante do trabalho realizado no Comprova. Alguns mencionaram terem se tornado uma fonte de consultas sobre ferramentas forenses e critérios de checagem de

conteúdo nas redações, também participando de programas ao vivo sobre o projeto. Ainda, os jornalistas participantes contaram terem sido convidados para falar em eventos públicos sobre desinformação realizados por instituições acadêmicas e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>67</sup> (Pimenta, 2019b, p. 37, tradução nossa).

Mencionei na introdução deste trabalho que o desejo de iniciar esta pesquisa derivou da inquietação que sentia ao me ver confrontada com o espalhamento de desinformação por pessoas do meu convívio pessoal, ao mesmo tempo em que realizava um esforço diário no trabalho de checagem. Essa sensação era ainda pior por demonstrar que, na verdade, qualquer ínfimo impacto provocado pelo trabalho feito na coalizão era engolido pela avalanche de conteúdos de desinformação que se espalhavam numa velocidade muito maior do que qualquer projeto de *fact-checking* seria capaz de verificar.

Esse ritmo acelerado, aliás, fez com que, em vários momentos, o trabalho de apuração já iniciado tivesse que ser descartado, por não ter sido finalizado enquanto o conteúdo de desinformação ainda estava circulando. Publicar uma apuração fora do *timing* poderia implicar no reaquecimento de um boato que já tinha sido esquecido, então a frustração de não concluir um trabalho a tempo também era uma realidade.

Por outro lado, o trabalho de checagem exigia um nível de precisão que necessitava de tempo para ser obtido, e não era possível acelerar algumas etapas desse processo.

O esforço diário de verificar conteúdo gerado pelos usuários teve o seu preço físico e emocional. Desde o começo do projeto, os jornalistas trouxeram à tona sua preocupação sobre os riscos envolvendo a lida com conteúdo político problemático: desde cometer erros de verificação que poderiam potencialmente colocar em risco a reputação de toda a coalizão, a se tornar alvos de ataques, incluindo agressões físicas, discurso de ódio e vazamento de dados pessoais (Pimenta, 2019b, p. 37, tradução nossa)<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> No original: “Reporters showed a strong sense of appreciation for the external validation provided by their bosses and newsroom peers for their work on Comprova. Some mentioned becoming a source of consultation for forensic tools and fact-checking standards at their newsrooms, also participating in live broadcast presentations about the project. Additionally, participating journalists reported invitations to speak in public events on misinformation held by academic institutions and the TSE”.

<sup>68</sup> No original: “the daily effort of verifying UGC took a physical and emotional toll. Since the beginning of the project, journalists voiced their concerns about the risks involved in probing problematic political content:

Pessoalmente e profissionalmente, portanto, tratava-se de uma rotina desafiadora e emocionalmente desgastante, que exigia um contato estreito com grupos agressivos e provocava reflexões constantes sobre o alcance do trabalho. O meu trabalho na coalizão terminou em 2021, quando deixei o Grupo Bandeirantes, mas a iniciativa continua ativa, em meados de 2024, com mais de 40 veículos integrantes.

---

from committing verification errors that could potentially ensnare the entire coalition's reputation, to becoming the target of attacks, including physical aggression, hate speech, and leaks of personal data".

#### 4 'VOU MANDAR UM ÁUDIO'

Durante o meu período no Comprova, a verificação de conteúdos em áudio sempre foi mais complexa e demorada do que a dos materiais que chegavam em outros formatos. Além de tentar buscar pela origem daquele material, como também tentávamos fazer no caso de algum vídeo ou texto, existia o desafio de apurar se a pessoa que se identificava em um áudio — quando era esse o caso — era, de fato, quem dizia ser<sup>69</sup>. Tomemos como exemplo o caso do suposto áudio vazado de Jair Bolsonaro, que mencionamos no capítulo anterior: poderíamos buscar a assessoria do candidato e perguntar se a gravação era ou não verdadeira, mas, em se tratando de um conteúdo supostamente gravado e divulgado de forma clandestina, mesmo que fosse verdadeiro a autoria provavelmente seria negada.

Os conteúdos anônimos também eram um problema: geralmente produzidos como se fossem mensagens privadas entre duas pessoas comuns, eles costumavam viralizar sem qualquer pista sobre a identidade do interlocutor, mas às vezes traziam algum tipo de relato de uma experiência pessoal específica praticamente impossível de ser checada se não tínhamos informações sobre quem estava falando.

Mencionamos, no capítulo anterior, que os conteúdos em áudio representavam, no Comprova, uma parte menor do total de checagens, quando comparados com os outros tipos de mídia. Realizando uma navegação em setembro de 2023 pelo site do projeto e verificando as últimas páginas de publicação, percebemos que a tendência se manteve nos meses que sucederam a minha saída da coalizão.

Como detalhamos na seção que trata do nosso percurso metodológico nesta pesquisa, vamos analisar de forma detida 14 áudios que foram selecionados pelo Projeto Comprova como conteúdos suspeitos relevantes entre 2021 e 2022 (Tabela 1, p. 48), tentando compreender o que e como as pessoas estão dizendo nesse conteúdo, para que ele seja interpretado como informação verdadeira por quem o recebe.

---

<sup>69</sup> Apesar de já disponíveis online as ferramentas para a criação sem muito esforço de *deep fakes* em áudio ou vídeo, não lidei com esse tipo de conteúdo enquanto integrei o Comprova. Em meados de 2022, porém, alguns casos de conteúdo produzido por inteligência artificial viralizaram e chegaram a ser verificados pela coalizão. Uma publicação de setembro daquele ano, aliás, explicava ao público o funcionamento da tecnologia: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/saiba-o-que-e-deepfake-tecnica-de-inteligencia-artificial-que-foi-apropriada-para-produzir-desinformacao/>

## 4.1 O que dizem

Da escuta dos áudios que integram o nosso *corpus*, conseguimos perceber a ligação de todos eles com temas sociais sensíveis, segundo a proposta de Wander Emediato (2023):

um tema social sensível pode ser definido como uma questão de interesse público que se caracteriza por um grande potencial agonístico, pois evoca, em sua discussão, crenças cristalizadas e valores diversos, *sensivelmente* hierarquizados pelas comunidades discursivas. Essa característica faz do tema social sensível um indutor fundamental da polêmica pública e dos discursos polêmicos (Emediato, 2023, p. 20)

Ainda que o conteúdo detalhado de cada um dos áudios seja distinto, é possível realizar um agrupamento temático desse material. Consideramos pertinente a separação em cinco categorias: (a) fraude nas eleições; (b) ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF); (c) vacinas contra a covid-19; (d) pauta de costumes; (e) corrupção/PT. Importante ressaltar que alguns áudios trazem um discurso que se relaciona a mais de uma das categorias — e discorreremos sobre todos esses enunciados —, mas optamos por, no momento do agrupamento temático, alocar cada conteúdo em apenas uma categoria, que consideramos a principal para cada um (Tabela 2):

**Tabela 2 — Categorização temática dos áudios**

<b>Número</b>	<b>Nome</b>	<b>Tema</b>
1	Luana Piovani	Pauta de costumes
2	Pujol - crimes lesa-constituição e lesa-pátria	Ataque ao STF
3	Nelson Pires Modesto	Vacinas contra a covid-19
4	Dímero D	Vacinas contra a covid-19
5	Paulo Ferreira - Ataque a igrejas	Pauta de costumes
6	Aldo Rebelo - combustíveis	Corrupção/PT
7	Palocci - corrupção no governo Lula	Corrupção/PT
8	Mauro Paulino - fraude nas urnas	Fraude nas eleições
9	Urnas manipuladas em Cordeiro-RJ	Fraude nas eleições
10	Ciro Gomes - eleições	Ataque ao STF
11	Forças Armadas - eleições	Ataque ao STF

12	Eduardo Bolsonaro - fraude eleitoral - ruas	Fraude nas eleições
13	Relatório da defesa - eleições	Fraude nas eleições
14	Log urnas 17 milhões votos	Fraude nas eleições

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Dos 14 áudios analisados, cinco (arquivos 8, 9, 12, 13 e 14) tratam principalmente da ocorrência de fraude nas eleições. Sendo os conteúdos de 2021 e 2022, esse segundo, ano de eleições presidenciais bastante polarizadas no Brasil, não é surpresa que o tema tenha aparecido com tanta frequência, principalmente entre os áudios que efetivamente circularam em 2022. A tendência, aliás, parece ser um reflexo dos outros formatos de conteúdo verificados pelo Comprova em períodos eleitorais. Um levantamento sobre as checagens realizadas pela iniciativa nas proximidades do primeiro e segundo turno das eleições de 2018 aponta as peças de desinformação sobre “Legislação eleitoral, apuração e pesquisas de intenção de voto” como o segundo tema mais frequente<sup>70</sup>: o assunto apareceu em 34 das 145 publicações analisadas, representando 23,4% do total (Fontes; Silva, 2019, p. 93).

Em todos esses conteúdos relacionados a fraude eleitoral foi possível localizar enunciados que denunciam, de forma menos ou mais enfática, supostos problemas nas urnas eletrônicas: “a resposta técnica é: foi verificado que a transmissão dos dados através do código-fonte pode sim configurar relevante risco à segurança da apuração”, afirma o homem que fala no áudio 13; “A urna aqui de uma sessão aqui de Cordeiro do Rodolfo, que tem 327, se eu não me engano, 327 eleitores, a urna chegou com 139 votos já de Lula registrado na urna”, diz o autor do áudio 9; e “vão convencer o povo de que o Lula tá na frente, com as urnas eletrônicas a nosso favor, a favor do PT, do nosso grupo” o do áudio 8.

Ferraretto (2014) fala sobre o conteúdo radiofônico quando analisa a expressividade da voz e o seu poder comunicativo, mas podemos nos inspirar na classificação proposta por ele, com base em Martínez-Costa e Díez Unzueta, para

<sup>70</sup> Lembramos, porém, que na primeira fase do Programa, em 2018, só eram checados conteúdos relacionados às eleições. O primeiro lugar na lista de temas, no período pesquisado, foram as “Manifestações de apoio ou repúdio”, que apareceram em 43 checagens (Fontes; Silva, 2019, p. 93).

identificar duas subcategorias de discurso em cada um desses cinco áudios. A primeira de caráter mais expressivo e argumentativo, usando duas das categorias propostas por Ferrareto (2014)<sup>71</sup>, que toma como certa a ocorrência de fraude e busca uma reação de indignação por parte do interlocutor: “E agora, nós não iremos aos milhões nas ruas? Mostrar o diametralmente oposto do que nas urnas foi mostrado, nas ruas de verde e amarelo, dizendo que não aceitamos um condenado” (áudio 12). Essa fala, que circulou nas redes sociais acompanhada de um texto que a atribuía ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), apresenta um tom bem mais agressivo do que os outros áudios que tratam do mesmo tema, com um interlocutor que se exalta em alguns momentos enquanto conclama os ouvintes a irem às ruas. O áudio também se distingue dos outros na medida em que a construção do discurso foca em um receptor coletivo da mensagem — os enunciados são construídos na primeira pessoa do plural, referindo-se a um “nós” coletivo e indeterminado: “Mostrar pro homem o que nós queremos, o que o Brasil quer” (áudio 12); ao mesmo tempo, a mensagem individualiza o teor do discurso, ao incluir o enunciado “só você não percebeu ainda” (áudio 12).

A segunda subcategoria dos áudios que tratam de fraudes eleitorais agrupa o conteúdo que possui um viés mais informativo, sem deixar de lado estratégias menos objetivas para captar a atenção dos ouvintes, como o uso de linguagem coloquial, metáforas cotidianas e do discurso direcionado ao interlocutor, com o uso do pronome “você”. Pela classificação da voz proposta por Ferrareto (2014), que já mencionamos estarmos usando como inspiração na definição das nossas categorias, a palavra falada de caráter programático ou narrativo<sup>72</sup>. Ferrareto (2014, p. 33) ressalta que essas funções “podem ser exploradas isolada ou simultaneamente, de acordo com o objetivo e as necessidades da mensagem em elaboração”, e consideramos que essas características estão combinadas nos áudios dessa categoria.

---

<sup>71</sup> Ferrareto classifica como “expressiva ou emotiva” a palavra falada que “indica estados de ânimo, explorando variações dos seus atributos”. E chama de “argumentativa” a voz “usada na defesa de ideias ou de opiniões, estabelecendo raciocínios e/ou polemizando” (Ferrareto, 2014, p. 33). A classificação se refere às características e funções da voz, mas consideramos os atributos adequados — feitas as devidas adaptações — na categorização temática dos conteúdos por nós analisados nesta pesquisa.

<sup>72</sup> Segundo Ferrareto, a voz adquire finalidade “programática, ao assumir a construção da continuidade narrativa, dando unidade às irradiações” e narrativa quando apresenta “uma ação no tempo e no espaço” (Ferrareto, 2014, p. 33)

Consideramos parte desta categoria os áudios 8, 9, 13 e 14, com a ressalva de que o áudio 8 também se trata de um conteúdo supostamente vazado, sobre o qual falaremos adiante. Por viés informativo, queremos dizer que há, nesses conteúdos, uma tentativa de desvelar algum aspecto que consideram irregular a respeito do processo eleitoral. Nos áudios 9, 13 e 14, as pessoas que falam — vozes masculinas, assim como em todos os outros conteúdos sobre o tema — não se identificam, e parecem estar se comunicando com um interlocutor específico, como numa troca de mensagens privada: “vou até mandar para você” (áudio 14); “é, minha irmã, o negócio está complicado” (áudio 9). No áudio 13, porém, a impressão é de que a construção de enunciados que se referem diretamente ao interlocutor, como em “Quando você liga na Rede Globo, você está ouvindo os encantadores de serpentes, leia o relatório” (áudio 13), produz um sentido de mobilização, e não de proximidade.

Nos três casos (áudios 9, 13 e 14), o tom de voz de quem fala é mais calmo e constante, sobretudo nos enunciados que contêm a informação que se quer transmitir — e que provaria a ocorrência das fraudes eleitorais ligadas ao sistema de votação eletrônico.

O áudio 8, ainda que também o consideremos de caráter informativo, se diferencia por não se tratar de uma fala gravada por um autor para um ouvinte (determinado ou abstrato). O conteúdo só pode ser compreendido inteiramente se considerado o seu contexto de circulação: o áudio circulou em formato de vídeo, acompanhado de uma foto, com a inscrição “áudio vazado do diretor do Datafolha Mauro Paulino: confessa plano de fraude nas urnas”. Trata-se, portanto, de uma suposta gravação escondida de uma figura pública, que se dirige a um terceiro interlocutor não identificado. Ao invés de receptor direto do discurso, quem recebe o material de desinformação é, neste caso, uma espécie de “testemunha”. O conteúdo também se diferencia de todos os demais por ser o único a incluir uma música após a fala, que dura apenas 12 dos 45 segundos do material.

No conjunto de 14 áudios analisados, outro agrupamento que pudemos identificar foi o dos áudios que trazem ataques dos interlocutores à autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF). Colocamos os áudios 2, 10 e 11 nesta categoria, ainda que todos também façam menção a supostas fraudes no processo eleitoral. Ocorre, porém, que nesses três

conteúdos o tom do discurso é outro: assumindo que houve fraude nas eleições, as vozes masculinas apontam que cabe às autoridades institucionais dirimir a questão. Ao mesmo tempo, a legitimidade e a objetividade das decisões do STF e do Tribunal Superior Eleitoral são colocadas em xeque, e surge a figura das Forças Armadas como solução: “Na hora que der o resultado das eleições que o Lula ganhou, vai ser colocado em prática o artigo 142, viu? Vai ser restabelecida a ordem, se afasta Xandão, se afasta esses vagabundos, tudo de ladrão, safado, dessa quadrilha” (áudio 10); “as Forças Armadas Brasileiras são constitucionais, elas obedecem às leis, mas desde que começou o pleito eleitoral já vem ocorrendo uma sucessão de problemas na confiabilidade das urnas e do pleito em si” (áudio 11).

Assim como os áudios que tratam de fraude eleitoral, esses três que agrupamos pelos ataques ao STF também podem ser subdivididos conforme o tom e a sensação que podem causar nos ouvintes. No caso do áudio 10, consideramos que há uma predominância da ideia de alerta, similar ao caráter inflamatório do áudio 12, mas sem a inclusão do falante nessa coletividade que pode se revoltar. O áudio 10 circulou sendo atribuído ao então candidato à presidência pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes; a figura do presidenciável dá ao conteúdo um ar de “imparcialidade”, como se ele fosse um observador externo da situação política naquele momento, já que não faz parte do círculo bolsonarista (derrotado no segundo turno em 2022 e propagador da ideia de fraude eleitoral). O trecho “Por que eu chamava o Bolsonaro de frouxo? Porque se ele não fizer nada agora pra impedir essa tomada de poder, como foi dito, porque argumentos e provas não faltam disso, aí sim, meu amigo, ele vai estar assinando o papel de dizer assim, olha, tá aqui, eu realmente estou entregando o país pra esse vagabundo do Lula” (áudio 10) deixa claro esse distanciamento: Lula e Bolsonaro são colocados como polos distintos, e o suposto autor não faz parte de nenhum dos dois, apesar de deixar claro no discurso o seu apoio retórico ao pleito bolsonarista.

Os áudios 2 e 11, por outro lado, nos chamam atenção pelo ar de juridicidade do conteúdo. Os enunciados, em ambos, são construídos em tom bem mais formal do que os demais áudios analisados, e trazem um vocabulário recheado de expressões jurídicas: “Na imediação de dizerem, por exemplo, que Lula ganhou, tem um sério problema [...] Além das interferências sobre poderes alheios, afronta a Procuradoria

Geral da República e o confronto com as Forças Armadas” (áudio 11); “Isso caracteriza um perigoso expediente de crime lesa-constitucional, e lesa-pátria, porque está ferindo a autoridade de um chefe de governo, chefe de estado” (áudio 2).

Apesar dos argumentos bastante parecidos, os dois áudios se distinguem na forma como se dirigem ao interlocutor. No caso do áudio 2, o receptor é indeterminado e aparentemente coletivo — o que inferimos com base na forma como o autor finaliza o conteúdo: “um abraço para o Brasil” (áudio 2). O encadeamento dos enunciados, aliás, conta com uma estrutura mais parecida com a de um texto escrito do que uma fala espontânea, o que nos sugere a leitura em voz alta de um texto. Há, em alguns momentos, menção direta ao ouvinte (“você compreende isso?” e “você me parece um pouco novo”), mas a impressão geral é de uma espécie de locução direta – que, segundo Goffman ([1981], 2008), dá aos ouvintes individuais a impressão de ser o único, como se fosse uma conversa a dois, mas sem respostas vindas do outro lado. O áudio 11, ao contrário, provoca nitidamente a impressão de ter sido enviado a um destinatário específico, em uma conversa privada; logo no primeiro enunciado, o falante parece estar respondendo a uma ideia colocada anteriormente pelo seu interlocutor: “É, o deputado não enlouqueceu, ele tá falando algo que tá engasgado na garganta das pessoas e o que eu tenho tentado dizer há muito tempo” (áudio 11). Ao mesmo tempo, porém, a construção dos enunciados reforça um sentimento de coletividade, como se essa sensação individual fosse a mesma sentida por todos os brasileiros.

Um terceiro tema identificado nos áudios foi a acusação de corrupção ligada ao Partido dos Trabalhadores. Acreditamos que os conteúdos 6 e 7 se encaixam nessa categorização. O primeiro trata-se de áudio atribuído ao ex-deputado e ministro nos governos Lula e Dilma, Aldo Rebelo. O tom de voz é bastante enérgico, mas não há agressividade; a impressão é de uma pessoa repetindo argumentos que considera óbvios, com a utilização de perguntas retóricas que, obviamente, não podem ser respondidas pelos ouvintes, mas provocam algum tipo de reflexão: “Quem é que não se lembra disso? Será que o povo perdeu a memória? Será que as pessoas esqueceram?” (áudio 6). Assim como alguns conteúdos que tratam de fraude nas eleições, o áudio 6 poderia ser enquadrado em uma subcategoria informativa.

O áudio 7, por outro lado, possui algumas similaridades com o 8, na medida em que também seria, supostamente, uma gravação clandestina de uma conversa privada entre o autor e um terceiro. Nesse caso, o material inicia no formato em vídeo, com o trecho do que parece ser uma entrevista concedida pelo Presidente Lula, em que ele diz “Diga, diga, o que eu roubei?”. Em seguida, começa um segundo vídeo, com um trecho do depoimento prestado por Antônio Palocci (ex-ministro da Fazenda do primeiro governo Lula, entre 2003 e 2006) à Polícia Federal<sup>73</sup>. Na gravação, Palocci faz uma delação relacionando Lula a casos de corrupção: “Recebeu 300 milhões da Odebrecht, numa conta corrente de disponibilidade. Recebeu seu sítio, que foi feito combinado para seu uso. O apartamento do qual já foi condenado”. Em seguida, o conteúdo em áudio começa, acompanhado por uma imagem estática do presidente Lula cercado por bandeiras do Partido Comunista e com a inscrição “nunca se esqueça dessa gravação do ladrão inocente e Palocci”.

O timbre apresenta a rouquidão característica do presidente Lula e parece um registro de uma pessoa conversando com outra ao telefone, e ouvimos somente o primeiro interlocutor, que seria o presidente. A baixa qualidade técnica da gravação, em comparação com a maioria dos outros áudios, ao invés de entendida como um defeito, pode reforçar para o ouvinte a ideia de ter sido algo feito clandestinamente, de forma escondida, sem que o falante soubesse que estava sendo gravado. Mais uma vez, assim como no áudio 8, o ouvinte parece assumir um papel de testemunha de uma confissão. No caso, o suposto presidente Lula admite os malfeitos relacionados à corrupção e comenta a delação de Palocci, como se a estivesse assistindo naquele momento. Mais do que nos outros áudios citados até agora, a voz que fala no áudio 7 apresenta variações significativas do tom, tornando-se mais ou menos enérgica ao longo da gravação, como se refletindo um estado de preocupação. Em um determinado ponto, a voz torna-se trêmula e quase chorosa, talvez para dar a impressão de um choro contido enquanto diz “Estou cercado, eu não tenho como. Tá? Eu estou aqui, estou... Dentro desse apartamento, cercado, eu não posso... Eu não posso sair nem do prédio” (áudio 7).

---

<sup>73</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=ejd4DKVMx4k>

Uma quarta categoria de assuntos abordados nos áudios é a vacinação contra a covid-19. O tema aparece em dois conteúdos (áudios 3 e 4), que se distinguem em alguns pontos, apesar de igualmente questionarem a eficácia das vacinas e buscarem fazer um alerta para que outras pessoas não se imunizem contra a covid-19.

No áudio 3, temos o único caso em que o “falante” se identifica no início do discurso. O homem se apresenta como Nelson Pires Modesto e afirma ser médico, direcionando a fala a um grupo de interlocutores (“Boa noite, Fabi e colegas”). O áudio 4, por outro lado, parece direcionado a uma pessoa específica (“Ô Dauneey, é o seguinte”), que já conhece a mulher que fala no áudio e, portanto, não há necessidade de identificação. Essa ideia de proximidade também se confirma pela natureza do discurso feito no áudio 4, que conta com um relato pessoal que não está presente nos outros conteúdos. Em comum, os áudios 3 e 4 incluem a utilização de jargão médico/científico e a utilização de argumentos de autoridade em uma tentativa de credibilizar a própria fala (o suposto médico Nelson Pires Modesto diz ter realizado uma série de experimentos e os apresentou a várias autoridades nacionais e internacionais, enquanto a mulher do áudio 4 ressalta ter trabalhado como propagandista médica e conhecer profundamente os procedimentos de saúde que menciona): “eu entendo muito de remédio, exames, eu tenho amizade com a classe médica” (áudio 4); “Hoje eu estive dando um curso para área de saúde. Amanhã apresento no meu congresso de [inaudível] o meu trabalho provando que o insumo chinês foi feito propositadamente” (áudio 3).

Em ambos os casos, o tom dos discursos é de urgência, e faz lembrar o adotado por especialistas da área da saúde em momento anterior da pandemia, quando as vacinas contra a covid-19 ainda não estavam amplamente disponíveis e a cobrança era por mais agilidade por parte do governo federal na compra de imunizantes<sup>74</sup>. O objetivo dos áudios, porém, é exatamente o oposto: alertar os ouvintes sobre os supostos riscos ligados à vacinação, reforçando a ideia de que a mensagem seja espalhada para outras pessoas o mais rápido possível — numa espécie de chamado à ação que se assemelha

---

<sup>74</sup> Ver: <https://www.metropoles.com/saude/cientistas-cobram-do-governo-federal-compra-da-vacina-pfizer-biontech>

ao observado no áudio 12, com o suposto discurso de Eduardo Bolsonaro sobre fraude nas urnas.

O processo de dramatização do discurso, abordado por Charaudeau (2007b), está presente, de uma forma ou de outra, em todos os conteúdos que analisamos. Porém, é nesses dois áudios que tratam da vacinação contra a covid-19 que percebemos o *pathos* (Charaudeau, 2007b) de forma mais significativa. “O sujeito falante então recorre a estratégias discursivas que tendem a tocar a emoção e os sentimentos do interlocutor - ou do público - de maneira a seduzir ou, ao contrário, lhe fazer medo” (Charaudeau, 2007b, [s.p.], grifo nosso); fala-se de questões de vida ou morte, de doenças com sequelas vitalícias e de câncer — temáticas sociais sensíveis que tendem a gerar um sentimento de preocupação nos ouvintes, aumentando o grau de desconfiança mesmo em quem normalmente não acreditaria nas alegações feitas.

O quinto e último grupo temático que identificamos nos áudios é a abordagem da chamada “pauta de costumes”. Optamos pelo uso da expressão porque ela se tornou uma forma de sintetizar valores morais defendidos por grupos religiosos — sobretudo evangélicos — que parte da classe política busca institucionalizar<sup>75</sup>. No caso do áudio 5, a conexão com a religiosidade é evidente, e se trata de mais um suposto áudio vazado contra a vontade do autor, em que há a revelação de um malfeito. O conteúdo é atribuído a Paulo Ferreira, um ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, e a fala produz um efeito de sentido conspiratório: “Nós temos que atacar esse povo aí, entendeu? Apoiar o nosso presidente Lula, fazer o que ele faz aí, porque o Lula sabe que esse bando de covarde de igreja aí apronta com ele, você entendeu?” O áudio circulou em uma montagem em vídeo, como um trecho retirado de um programa policiaisco de televisão, acompanhado da fala do apresentador do Cidade Alerta Sergipe, Gilberto Carvalho, como se ele o estivesse revelando ao vivo, na programação. No vídeo, também consta

---

<sup>75</sup> Ver: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-enrolada-pauta-de-costumes-que-evangelicos-cobram-de-bolsonaro-para-2023>; <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/23/pautas-de-costume-segundo-turno-lula-bolsonaro.htm>; <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/03/bolsonaro-inclui-pauta-de-costumes-em-lista-de-prioridades-entregue-ao-congresso.ghtml>; e <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/em-luta-contra-o-mal-bolsonaro-volta-a-defender-pauta-de-costumes>

uma foto de Paulo Ferreira, e as inscrições “OLHA O DEMÔNIO AGINDO NOVAMENTE” e “Eles estão falando em atacar igrejas!!! As autoridades têm que fazer alguma coisa!”.

No áudio propriamente dito há uma clara identificação do posicionamento do suposto autor, que fala em “nosso presidente Lula” (áudio 5) e cria uma divisão evidente entre “nós” e “eles”, sendo que esses outros seriam “esse bando de covarde de igreja” (áudio 5). Além da suposta gravidade da revelação feita pelo áudio, o conteúdo ainda rivaliza o suposto autor e o ouvinte, que se sente atingido pelas ofensas; o “bando de covarde de igreja” a que o interlocutor se refere seria, na verdade, o ouvinte. Tomando de empréstimo a análise de Charadeau, temos a “antipatia’ como orientação do afeto contra um agressor ou simplesmente contra um inimigo” (Charadeau, 2007b, [s.p.]), mas, ao contrário da situação analisada pelo teórico, o próprio ouvinte seria esse inimigo, direcionando os afetos de antipatia à voz que fala no áudio.

Por fim, no áudio 1, temos mais um discurso que não parece ser direcionado a um (ou mais) interlocutor específico. Nas publicações que circularam online, o conteúdo foi atribuído à atriz Luana Piovani, e a voz feminina comenta diversos temas sensíveis relacionados à pauta de costumes, como homossexualidade, sexo e religião, além de corrupção e economia, que se tornaram assuntos correlatos nessa pauta. Assim como no áudio 4 (o outro único com uma voz feminina), a pessoa que fala no áudio 1 usa de experiências pessoais para dar mais força ao discurso: “eu também não queria que minhas filhas fossem sapata”; “eu não tenho nada contra, eu tenho vários amigos gays”; “minha amiga, ela é filha do dono” (áudio 1). A figura do comunismo também aparece no discurso, com a produção de enunciados sobre a suposta situação econômica da Venezuela e alegados ataques à liberdade religiosa na Bolívia.

Na nossa avaliação, temos nesse conteúdo o maior nível de informalidade, marcada pelo uso de vocabulário chulo: “você acha que Bolsonaro ganhando vai interferir em quem você deita ou deixa de deitar, se dá perereca, se come cu, sabe, essas idiotices” (áudio 1). A opção pelo uso desses marcadores nos parece uma tentativa de demonstrar familiaridade com as questões relativas à sexualidade, ao mesmo tempo em que associa a comunidade LGBTQ+ a uma certa perversidade sexual. Ao mesmo tempo, a mulher demonstra suas convicções lesbofóbicas e homofóbicas de maneira mais

evidente em outros trechos da gravação, como quando se refere às mulheres lésbicas pelo termo “sapatas”<sup>76</sup> ou usa a expressão “até tenho amigos que são gays”, para justificar uma suposta ausência de preconceito.

Não encaramos com surpresa o fato de que todos os conteúdos em áudio que foram considerados passíveis de verificação pelo Comprova no espaço de dois anos tenham ligação com temas sociais sensíveis. O projeto, como ressaltamos no capítulo anterior, tem como escopo a checagem de peças possivelmente desinformativas que tenham alcançado um nível relevante de viralização no ambiente digital. E acreditamos que materiais que tratam de assuntos polêmicos são muito mais “engajáveis”, na medida em que

A razão sensível se sustenta em significações sociais imaginárias, como os *valores*, que formam as bases para o julgamento axiológico e, por consequência, para o posicionamento dos sujeitos no contexto da polêmica pública. Por essa razão, o tema social sensível engaja o sujeito em uma posição axiológica e, por essa via, lhe dá uma identidade e o faz pertencer a um grupo que partilha da mesma subjetividade (Emediato, 2023, p. 23)

No conjunto de áudios, identificamos uma série de imaginários que sustentam os discursos: temos noções específicas de liberdade, como no áudio 2 (Pujol); democracia, no áudio 10 (Ciro Gomes); família, no áudio 1 (Luana Piovani); ciência, no áudio 3 (Nelson Pires Modesto) e lealdade, que aparece no áudio 12 (Eduardo Bolsonaro). A ideia é que os potenciais ouvintes se identifiquem com essas ideias para fortalecer a credibilidade do conteúdo e a chance de eles serem transmitidos a outras pessoas que compartilham do mesmo sistema de crenças. Pessoa (2019, p. 210) entende os imaginários a partir de Charaudeau como “modos de apreender o mundo”. Para a autora, as representações sociais ocorrem a partir da percepção dos indivíduos, “constituindo significados, sentidos e fenômenos nos quais os sujeitos e seus comportamentos, de ordens emocionais e racionais, sem separação dicotômica entre si, transformam ordens sociais” (Pessoa, 2019, p. 210).

---

<sup>76</sup> No meio sáfico, o uso do termo “sapatão” vem sendo reapropriado e usado entre as próprias mulheres lésbicas e bissexuais. Ainda assim, em vários contextos, como na gravação analisada, a palavra carrega conotação negativa. Ver: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/22/sapatao-e-termo-politico.htm>

Com o caráter identitário dessas ideias, compartilhar o conteúdo torna-se uma forma de ressaltar a concordância com esses valores e o pertencimento ao grupo social. Ao mesmo tempo, entendemos que pode dar aos ouvintes um ar de conhecimento, na medida em que os deixa a par de conspirações — interpretadas por eles como a verdade —, fazendo com que integrem o seletivo grupo dos “iluminados”. Para Sônia Pessoa, “os saberes de crença têm como linha principal a subjetividade e visam sustentar um julgamento sobre o mundo” (Pessoa, 2018, p. 46). Mencionamos anteriormente que teorias conspiratórias não são exclusividade de um lado do espectro político, mas em todos os áudios analisados consideramos nítida a proximidade com o campo ideológico da direita, representado pela figura de Jair Bolsonaro.

Aggio (2021) ressalta, a respeito das teorias conspiratórias, que elas costumam ser mais compartilhadas quando apresentam uma dimensão de viés de confirmação, refletindo as já citadas crenças e convicções de quem nelas acredita e as dissemina. Grambo (2019, p. 1318) de forma semelhante, afirma que “fake news são particularmente persistentes quando exploram tensões existentes entre grupos, e esse efeito pode ser amplificado quando um desses grupos é percebido como uma ameaça à ordem social vigente” (tradução nossa)<sup>77</sup>.

## 4.2 Como dizem

Em relação às condições de produção dos áudios, podemos fazer algumas suposições, com base na qualidade técnica dos conteúdos. A grande maioria conta com uma locução de fácil compreensão, captada aparentemente com o microfone próximo ao rosto dos falantes. Nenhum dos conteúdos possui uma qualidade de gravação que sugere o uso de um estúdio, mas são poucos aqueles em que é possível ouvir ruídos de fundo “vazando”, de forma proposital ou não, no áudio. A pior qualidade de gravação está nos áudios 5, 7 e 8, que são os conteúdos supostamente gravados e divulgados sem a anuência dos autores. Nesses casos, essa piora na qualidade não compromete o sentido — ao contrário, aliás, reforça a ideia de clandestinidade, como um microfone que estava no ambiente e captou a voz. No caso do áudio 7, temos, ainda, um som constante

---

<sup>77</sup> No original: “fake news is particularly persistent where it exploits existing tensions between groups, and this effect may be amplified where one of those groups is perceived to threaten the existing social order”

de fundo, que, aliado ao conteúdo da gravação, sugere que o material foi gravado em um cômodo com a televisão ligada. Ou seja, mesmo nos áudios em que há uma nítida falta de qualidade técnica, existe uma determinada produção de sentido a partir da forma de captação, o que sugere uma possível intencionalidade na produção de áudios que soam como mais ou menos amadores.

Já ressaltamos que o áudio 8 apresenta, depois da fala do suposto autor, a introdução de uma música. Trata-se de uma composição que não é facilmente reconhecível, instrumental, que compõe uma paisagem sonora sugestiva de mistério e segredo no conteúdo, numa espécie de trilha sonora.

O que temos, num quadro geral, são produções com características similares aos áudios que circulam diariamente nos aplicativos de mensagem e se tornaram parte do nosso cotidiano de comunicação privada. Não podemos afirmar se, de fato, parte desses áudios foi gravada com essa intenção, e acabou sendo redistribuído pelos receptores numa rede de contatos, mas não é improvável que essa tenha sido a origem dos conteúdos. No cenário de polarização política que marcou os anos de 2021 e 2022, em que circularam os conteúdos, os sujeitos engajados nesse debate produziam conteúdos por conta própria, de fato acreditando no discurso que propagavam, e essa crença genuína poderia se estender aos interlocutores iniciais. Lado outro, conhecendo a existência das redes de desinformação mantidas inclusive dentro da estrutura de governo<sup>78</sup> durante o mandato de Bolsonaro na presidência, por meio do que ficou conhecido como “Gabinete do Ódio”, também é muito provável que parte desses áudios, principalmente os que supostamente são gravações clandestinas de figuras públicas, tenham sido produzidos de forma deliberada como peças de desinformação, em um formato que pudesse ser espalhado para o maior número possível de pessoas.

Um último ponto que achamos relevante é que o áudio 13, que trata de um suposto relatório da defesa sobre fraude nas eleições, ultrapassa as barreiras normais de

---

<sup>78</sup> Ver: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>

veiculação desse tipo de conteúdo anônimo<sup>79</sup>. Além da circulação normal por grupos de mensagens, o áudio foi transmitido para uma audiência muito maior e simultânea de ouvintes do programa “Jornal da Manhã”, da rádio Jovem Pan de Bauru, no interior de São Paulo. O segmento é comandado pelo então apresentador Alexandre Pittoli, que explica que o áudio está “circulando em vários grupos”, mas seria uma visão que ele considerava importante sobre o relatório entregue pelas Forças Armadas ao Tribunal Superior Eleitoral a respeito das eleições presidenciais de 2022. A seguir, o conteúdo foi transmitido no rádio e nas plataformas digitais, ao vivo, na íntegra, enquanto o vídeo exibiu um fundo de tela padrão reservado para a veiculação de sonoridades de todo tipo. Na tela, portanto, não havia qualquer indicativo de que se tratava de conteúdo anônimo, gravado e não-exclusivo; isso, para além do seu caráter inverídico, que posteriormente restou demonstrado em matérias da própria Jovem Pan e todos os grandes veículos de comunicação do país<sup>80</sup>.

O Comprova, por diretriz editorial, não verifica conteúdos produzidos ou transmitidos por veículos de comunicação – exceção são as mídias hiperpartidárias (Ribeiro; Ortellado, 2018), que apenas simulam o funcionamento de um veículo profissional, mas funcionam como mecanismos de propaganda e divulgação de *fake news*. Não discutiremos o mérito dessa política, mas a entendemos como uma forma de conciliar os interesses distintos das dezenas de redações que fazem parte do projeto, além de isentar os próprios integrantes da iniciativa de eventualmente se tornarem objeto de verificação pelos colegas, seja por um erro genuíno ou pela deliberada propagação de conteúdo duvidoso. Independente disso, consideramos relevante mencionar esse ponto, ainda que ele não seja um daqueles sobre os quais nos debruçamos na nossa análise. O que queremos apontar é que o jornalismo profissional (em maior ou menor medida, obviamente, a depender de cada veículo), também contribuiu para a disseminação de desinformação e dificulta a percepção do público sobre o que é ou não “verdade”.

---

<sup>79</sup> Não afirmamos que os outros áudios não chegaram a ser veiculados da mesma maneira, mas, entre o material apurado Comprova, a que tivemos acesso nesta pesquisa, o relativo ao áudio 13 é o único em que consta o direcionamento ao trecho de uma transmissão como a do “Jornal da Manhã”.

<sup>80</sup> Ver <https://jovempan.com.br/noticias/politica/relatorio-da-defesa-sobre-urnas-nao-aponta-fraude-nas-eleicoes.html> e <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relatorio-de-militares-nao-aponta-fraude-nas-eleicoes/>

Esse cenário, sabemos, parece contrastar diretamente com o que trouxemos no capítulo três, a respeito de um “revide” do jornalismo. Ao contrário, porém, acreditamos que ele reforça a natureza complexa do problema, ampliando a necessidade de que se busquem outras estratégias capazes de combater a desinformação, em seus vários formatos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: afetos em rede

Nenhum afeto nasce no vazio. Somos tocados pelo convívio com quem nos cerca, pelas informações que recebemos, pelo trabalho que realizamos, pelas situações que vivenciamos.

Na minha vida, e provavelmente na de muita gente, é difícil pensar em outro momento que tenha mobilizado tantos afetos quanto o início da pandemia da covid-19. Sensações de impotência, derrota, medo e insegurança disputavam espaço, durante o exercício da minha profissão como jornalista no rádio, com a euforia pela reportagem das informações mais atualizadas, o dinamismo das descobertas científicas, a corrida para manter o noticiário sempre o mais completo possível, sem deixar que os sentimentos negativos transparecessem na nossa voz. Reportar com gravidade e seriedade sim, mas o pessimismo não faria bem a ninguém.

Essas vivências não se limitavam à minha vida profissional. O medo de me contaminar com aquele vírus desconhecido e mortal, e, mais ainda, de ser a responsável pela infecção de um ente querido e de saúde mais frágil fazia com que todas as pequenas escolhas práticas daquela cobertura tivessem um peso muito maior do que teriam em outros tempos; no rádio, afinal, ainda era preciso um certo nível de presença física nos estúdios e um contato direto com colegas.

Entrar no Projeto Comprova, em 2020, foi uma das minhas respostas a esse turbilhão. Mais precisamente, àquele causado pela avalanche de informações e desinformações que circulavam em todas as plataformas ao mesmo tempo, na infodemia que parecia uma batalha própria a ser travada, para além do vírus. A coalizão parecia uma forma coerente de dar minha contribuição nesse esforço, que demandava uma atuação coletiva de toda a sociedade. O real impacto de iniciativas como o Comprova, sobretudo nos primeiros meses da pandemia, quando não se tinha muitos consensos sobre os mecanismos de ação do coronavírus e os efeitos da doença no corpo, é difícil de ser medido, mesmo anos depois da consolidação desses projetos de *fact-checking*, e provavelmente foi muito menor que o efeito causado pelas ondas de desinformação sobre vacinação, a transmissão do próprio vírus e as políticas públicas necessárias para

lidar com os efeitos sociais da pandemia, para citar apenas alguns temas. Para além da incerteza, o trabalho trouxe novas vivências: um contato mais intenso com peças de desinformação que talvez antes ficariam de fora das minhas bolhas de comunicação interpessoal e uma indignação por perceber que existiam pessoas, inclusive próximas a mim, que se sentiam compelidas a validar aquele conteúdo, mesmo com todas as evidências de que se tratava de algo inverídico.

É difícil falar desta pesquisa sem evocar esses afetos a todo momento. O ímpeto pela trajetória acadêmica surgiu dessas afetações, e os conteúdos de desinformação em áudio recebidos pelo Comprova se apresentaram como o objeto ideal para a investigação justamente por causa desse efeito. À primeira vista, por causa da minha trajetória no rádio, e familiaridade com o formato, que parecia escanteado pelos próprios checadores.

Essa conexão afetiva foi se mostrando muito mais forte, porém, à medida em que conduzíamos a nossa análise, tornando-se uma possível chave de interpretação que pode ajudar a compreender, para além das minhas afetações com o objeto, como os afetos gerados pelos conteúdos impactam aqueles que o consomem.

Não nos parece coincidência que esses imaginários estejam conectados a um mesmo pensamento reacionário que ganhou espaço nos ambientes institucionais do país nos últimos anos. Não afirmamos, categoricamente, que um mesmo ouvinte vai necessariamente se identificar com todas as ideias colocadas por todos os temas levantados nos áudios, mas seria ingenuidade de nossa parte não apontar que valores como “pátria, família e liberdade” foram literalmente usados como plataforma de campanha por políticos de extrema direita em todo o país, ao longo da última década — e considerando exatamente os mesmos sentidos para cada uma dessas expressões do que os presentes nos áudios. Defender um determinado tipo de família (cis-heterossexual), por exemplo, é vulnerabilizar ainda mais minorias que já são atacadas cotidianamente pela ausência de políticas públicas, por atos de violência e pela falta de oportunidades igualitárias.

Um áudio tem uma voz, literalmente, que comunica com emoção — urgência, desespero, raiva, indignação, tristeza, surpresa — o que está sendo dito. Os temas abordados ganham contornos muito mais pessoais quando são ditos por uma pessoa de

verdade, e não apenas escritos em texto. O conteúdo em áudio, de forma similar ao que ocorre com o rádio, é capaz de criar identificação com o ouvinte, tornando-se uma voz ao mesmo tempo conhecida e anônima, capaz de assumir a identidade do interlocutor que o ouvinte quiser — ou for sugestionado — ouvir. Um vídeo, embora também capaz de transmitir emoções, não goza dessa mesma anonimidade em potencial, além de exigir mais capacidade técnica e recursos para ser produzido.

A nossa impressão é de que, para além das estratégias de produção desse conteúdo, que fazem com que ele seja mais crível e difícil de ser verificado pelas ferramentas normais de verificação (características essas que apontamos e analisamos ao longo da nossa pesquisa), também esse potencial mobilizador do áudio, enquanto formato, é extremamente relevante para o alcance dos conteúdos de desinformação. O tema merece uma investigação detalhada e dedicada, além da exploração da capacidade dessa capacidade do áudio enquanto uma ferramenta no próprio combate à desinformação, na criação de peças voltadas para o público em geral.

## REFERÊNCIAS

ABRAJI registra 156 casos de agressões a jornalistas em contexto político-eleitoral em 2018. 18 jan 2019. **Notícias**. Abraji. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-registra-156-casos-de-agressoes-a-jornalistas-em-contexto-politico-eleitoral-em-2018>. Acesso em 27 maio 2023.

ABRAJI. Como foi a segunda fase do Projeto Comprova. 18 dez 2019. Comunicados. **Projeto Comprova**. Disponível em: <https://projetoconprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/segunda-fase-do-projeto-conprova/>. Acesso em: 21 maio 2023.

AFRICA CHECK; CHEQUEADO; FULL FACT. Fact checking doesn't work (the way you think it does). 20 jun 2019. **Full Fact**. Disponível em: <https://fullfact.org/blog/2019/jun/how-fact-checking-works/>. Acesso em: 17 set 2023.

AGGIO, Camilo. Teorias conspiratórias, verdade e democracia. *In*: ALZAMORA, Geane; MENDES, Conrado Moreira; RIBEIRO, Daniel Melo (Orgs.). **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021. P. 63-86

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and *Fake News* in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**. Volume 31, n. 2 - Spring 2017. P. 211-236. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 15 out 2022.

ALZAMORA, Geane; ANRADE, Luciana. A dinâmica transmídia de *fake news* conforme a concepção pragmática de verdade. **MATRIZES**. São Paulo, v. 13, n. 1, jan-abr 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p109-131>. Acesso em: 15 out 2022. P. 109-131.

AOS FATOS. **O que é checagem de fatos — ou fact-checking?**. 2023. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/checagem-de-fatos-ou-fact-checking/>. Acesso em: 15 jun 2023.

BANDNEWS FM; JORNAL DO COMMERCIO; FOLHA DE S. PAULO; NEXO. Médica cita estudos não conclusivos para sugerir conspiração contra cloroquina. 30 jul 2023. **Comprova**. Disponível em: <https://projetoconprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/medica-cita-estudos-nao-conclusivos-para-sugerir-conspiracao-contra-cloroquina/>. Acesso em: 05 ago 2023.

BANDNEWS FM; JORNAL DO COMMERCIO; NSC; ESTADÃO. Ozonioterapia não tem eficácia comprovada contra a covid-19. 05 ago 2020. **Comprova**. Disponível em: <https://projetoconprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/ozonioterapia-nao-tem-eficacia-comprovada-contra-a-covid-19/>. Acesso em: 11 ago 2023.

BÁRBARA, Vanessa. “Híbridos zumbificados interagem com o 5G”: uma imersão de duas semanas em grupos de direita no Telegram. Dossiê. **Piauí**. N. 192, ano 16, set 2022. P. 40-45.

BOUNEGRU, Liliana et al. **A Field guide to “fake news” and other information disorders**: A Collection of recipes for those who love to cook with digital methods. Amsterdã: Public Data Lab e First Draft, 2017. Disponível em: <https://fakenews.publicdatalab.org/>. Acesso em: 14 jul 2022.

BRAGA, Renê Moraes da Costa. A Indústria das *Fake News* e o Discurso de Ódio. In: PEREIRA, Rodolfo Viana. **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio**. Volume I. Belo Horizonte: IDDE, 2018. P. 203-220. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4813/2018\\_braga\\_industria\\_fake\\_news.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4813/2018_braga_industria_fake_news.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 12 abr 2022.

BRISOLA, Anna & BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. GT-5 – Política e Economia da Informação. XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB 2018. 22 a 26 de outubro de 2018. **Anais Eletrônicos**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1219/1636>. Acesso em: 12 mar 2022.

BRITO, Ricardo. Bolsonaro volta a se referir ao coronavírus como gripezinha, critica governadores e gera reação. 24 mar 2020. Reuters. **Economia**. UOL. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/bolsonaro-volta-a-se-referir-ao-coronavirus-como-gripezinha-e-criticar-governadores-por-restricoes.htm>. Acesso em: 08 jun 2023.

BURGOS, Pedro. What 100,000 WhatsApp messages reveal about misinformation in Brazil. 27 jun 2019. **Articles**. First Draft. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/what-100000-whatsapp-messages-reveal-about-misinformation-in-brazil/>. Acesso em: 09 abr 2023.

CADWALADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. 17 mar 2018. **The Cambridge Analytica Files**. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>. Acesso em: 11 jun 2023.

CAMPOS MELLO, Patrícia. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CAPELLARI, Thuanny; NEGRINI, Michele. Petrolão: a capa da Revista Veja edição 2397 de 29 de outubro de 2014 e a imagem de Dilma e Lula. **Leituras do Jornalismo**. Ano 03, vol 02, n. 6, jul-dez 2016. Bauru, FAAC, Unesp. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/108/77>. Acesso em: 16 jan 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. Dis-moi quel est ton corpus, je te dirai quelle est ta problématique. **Corpus**. N°8, Nice, 2009. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Dis-moi-quel-est-ton-corpus-je-te,103.html>. Acesso em: 02 mar. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. *In*: BOYER, Henry (ed.). **Stéréotypage, stéréotypes**: fonctionnements ordinaires et mises en scène. Paris: L'Harmattan, 2007a. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les,98.html>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso político. *In*: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emilia (orgs.). **As Emoções no Discurso**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b. p. 240-251. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-e-discurso-politico.html>. Acesso em: 24 fev 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. Problemas de Análise das Mídias (Trad.: Marilene Pavão). *In*: MEDITISCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio**: textos e contextos. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005. p. 223-230.

COMPROVA. **Sobre o Comprova**. [S. d.]. Disponível em: <https://projetocomprova.com.br/about/>. Acesso em: 10 jan 2023.

CRISPIM, Maristela. Manifesto em repúdio aos ataques à jornalista Tai Nalon, diretora de 'Aos Fatos'. 14 nov 2020. **Eco Nordeste**. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/manifesto-em-repudio-aos-ataques-a-jornalista-tai-nalon-diretora-do-aos-fatos/>. Acesso em: 05 ago 2023.

D'ANDREA, Carlos; HENN, Ronaldo. Desinformação, plataformas, pandemia: um panorama e novos desafios de pesquisa. **Fronteiras - estudos midiáticos**. Vol 23, n. 2, maio-ago 2021. Unisinos. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/23786/60748715>. Acesso em: 07 jun 2023. P. 2-13.

DELGADO, Malu. Rejeição a checagem de fatos no Brasil surpreende Facebook. 16 jun 2018. **Tecnologia**. DW Brasil. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/rejei%C3%A7%C3%A3o-a-checagem-de-fatos-no-brasil-surpreende-facebook/a-44285129>. Acesso em: 27 jun 2023.

DIAS, Nic. Os relatos do Comprova tiveram impacto na convicção da audiência?. *In*: WARDLE, Claire *et al.* **Comprova**: Avaliação do impacto de um projeto de jornalismo colaborativo sobre jornalistas e audiências brasileiros. Resumo do Relatório. 2019. P. 13. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/06/Comprova-Summary-Report-Portuguese.pdf>. Acesso em: 12 jan 2023.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**: nova direita e bolsonarismo - seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ESTADÃO; BANDNEWS FM. Motociata promovida por Bolsonaro em São Paulo não gerou renda de R\$ 18 milhões. 18 jun 2021. **Comprova**. Disponível em: <https://projetocomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/motociata-promovida-por-bolsonaro-em-sao-paulo-nao-gerou-renda-de-r-40-milhoes/>. Acesso em: 07 ago 2023.

FACTCHECK.ORG. **Our Mission**. 2023. Disponível em: <https://www.factcheck.org/about/our-mission/>. Acesso em: 18 jun 2023.

FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline Batista de. Pandemia de desinformação: as *fake news* no contexto da Covid-19 no Brasil. **Reciis** – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i1.2219>. Acesso em: 15 jun 2023.

FERRARETTO, Luiz Artur *at al*. O jeito Jovem Pan de (não) fazer jornalismo: os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. *In*: **Compós** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. 32º Encontro Anual da Compós - Universidade de São Paulo (USP) – 2023. Grupo de Trabalho de Estudos Radiofônicos. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/263614/001173971.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 dez 2023.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: Teoria e Prática. São Paulo: Summus, 2014.

FIGUEIREDO, Ana Luiza Bongiovani B S; PESSOA, Sonia Caldas. Desinformação em áudio e estudos radiofônicos: interfaces e convergências. *In*: **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUCMinas – 2023. Grupo de Pesquisa – Rádio e Mídia Sonora. Disponível em: [https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link\\_aceite/nacional/11/0817202304392564ddcead a69e7.pdf](https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0817202304392564ddcead a69e7.pdf). Acesso em: 14 nov 2023.

FIRST DRAFT. **About**. History. 2022. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/about/>. Acesso em: 20 jun 2023.

FIRST DRAFT. **CrossCheck**: Our Collaborative Online Verification Newsroom. [s. d.] Disponível em: <https://firstdraftnews.org/about/crosscheck-newsroom/>. Acesso em: 20 jun 2023.

FOLHA DE S. PAULO; NEXO. É falso que aviões israelenses tenham sido enviados para apagar incêndio na Amazônia brasileira. 17 set 2019. **Comprova**. Disponível em: <https://projetocomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/e-falso-que-avioes-israelenses-tenham-sido-enviados-para-apagar-incendio-na-amazonia-brasileira/>. Acesso em: 24 ago 2023.

GORETTI, Renata. Jornalismo de combate à desinformação. 16 jun 2021. **Agência de Notícias CEUB**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/cidadania-e-diversidade/jornalismo-de-combate-a-desinformacao/>. Acesso em: 10 set 2023.

GOULART, Josette. Oito segundos na tevê; 897 grupos de whatsapp. 26 jul 2018. **Anais da política**. piauí. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/oito-segundos-na-teve-897-grupos-de-whatsapp/>. Acesso em: 17 abr 2023.

GRAGNANI, Juliana. Exclusivo: investigação revela exército de perfis falsos usados para influenciar eleições no Brasil. 8 dez 2017. **BBC Brasil**. Londres. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42172146>. Acesso em: 05 jun 2023.

GRAMBO, Kimberly. Fake News and Racial, Ethnic, and Religious Minorities: A Precarious Quest for Truth. **J. Const. L. U. Pa**, n. 21, p.1299, 2019. Disponível em: <https://scholarship.law.upenn.edu/jcl/vol21/iss5/4>. Acesso em: 18 jul 2022.

GRAVES, Lucas. **Deciding What's True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism**. Nova York: Columbia University Press, 2013.

GZH, BAND, UOL, CORREIO. Presidente da UNE não estava na universidade desde os 11 anos | Como verificamos. 12 dez 2019. Passo a Passo. **Comprova**. Disponível em: <https://projecomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/presidente-da-une-nao-estava-na-universidade-desde-os-11-anos-como-verificamos/>. Acesso em: 15 jun 2023.

HOLAN, Angie Drobnic. The Principles of the Truth-O-Meter: PolitiFact's methodology for independent fact-checking. 12 fev 2018. **PolitiFact**. Disponível em: <https://www.politifact.com/article/2018/feb/12/principles-truth-o-meter-politifact-methodology-i/#How%20PolitiFact%20Started>. Acesso em: 20 jun 2023.

INTERNATIONAL FACT-CHECKING NETWORK (IFCN). **The commitments of the code of principles**. 2023. Disponível em: <https://ifcncodeofprinciples.poynter.org/know-more/the-commitments-of-the-code-of-principles>. Acesso em: 20 jun 2023.

KISCHINHEVSKY, Marcelo et al. WhatsApp audios and the remediation of radio: Disinformation in Brazilian 2018 presidential election. **Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media**. V 18, N. 2. Intellect, 2020. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=cQR1QSMAAAAJ&citation\\_for\\_view=cQR1QSMAAAAJ:0EnyYjriUFMC](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=cQR1QSMAAAAJ&citation_for_view=cQR1QSMAAAAJ:0EnyYjriUFMC). Acesso em: 27 jul 2021.

LÜDTKE, Sérgio. As ondas de desinformação nas eleições brasileiras. 05 dez 2018a. **Abraji**. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/as-ondas-de-desinformacao-nas-eleicoes-brasileiras>. Acesso em: 14 abr 2023.

LÜDTKE, Sérgio. Case Study: Bolsonaro at the hospital. 7a. In: SILVERMAN, Craig (ed.). **Verification Handbook - For Disinformation And Media Manipulation**. Maastricht: European Journalism Centre, 2020. Disponível em: <https://datajournalism.com/read/handbook/verification-3/investigating-platforms/7a-case-study-bolsonaro-at-the-hospital>. Acesso em: 15 ago 2023.

LÜDTKE, Sérgio. O jornalismo colaborativo no projeto Comprova. 06 dez 2018b. **Abraji**. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/o-jornalismo-colaborativo-no-projeto-comprova>. Acesso em: 14 abr 2023.

MARTÍN-PENA, Daniel; LOPES, Paulo Fernando; LOPEZ, Debora Cristina; BUFARAH JR. Desafios do rádio frente às redes de desinformação no combate às fake news. *In*: PRATA, Nair et al. **Comunicação e ciência: Reflexões sobre a desinformação**. Capítulo 13. São Paulo: Intercom, 2022. P. 306-325. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-e-ciencia-reflexoes-sobre-a-desinformacao050922.pdf>. Acesso em: 12 nov 2023.

MASSUCHIN, Michele Goulart et al. A estrutura argumentativa do descrédito na ciência: uma análise de mensagens de grupos bolsonaristas de WhatsApp na pandemia da Covid-19. **Fronteiras - estudos midiáticos**. Vol 23, n. 2, maio-ago 2021. Unisinos. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/22587/60748725>. Acesso em: 07 jun 2023. P. 160-174.

MEDITSCH, Eduardo; BETTI, Juliana Gobbi. Os elementos sonoros na análise da informação radiofônica: em busca de métodos. **Anais**. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia (GO) – Novembro de 2019. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2030/1173>. Acesso em: 12 jul 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Ação Civil Pública. **Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11**. Procuradoria da República do Estado de São Paulo – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. 26 jun 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/06/ACP-MPF-JovemPan.pdf>. Acesso em: 17 dez 2023.

MONNERAT, Alessandra et al. Os 70 dias do Comprova na checagem de informações duvidosas sobre a covid-19. 16 jun 2020. **Passo a passo**. Projeto Comprova. Disponível em: <https://projetoconprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/os-70-dias-do-comprova-na-checagem-de-informacoes-duvidosas-sobre-a-covid-19/>. Acesso em: 11 jun 2023.

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2020.

MORICEAU, Jean-Luc. Escritura e Afetos. *In*: PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos (Orgs.). **Afetos: teses e argumentos**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021. P. 17-32

MPF pede fim de concessão da “Jovem Pan” por desinformação. 27 jun 2023. **Poder360**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/mpf-pede-fim-de-concessao-da-jovem-pan-por-desinformacao/>. Acesso em: 17 dez 2023.

NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael; FIGARO, Roseli; LELO, Thales Vilela. Comunicação e trabalho no contexto de plataformização e da desinformação: Um diálogo com pesquisadores. *In*: PRATA, Nair *et al* (org.). **Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação**. São Paulo: Intercom, 2022. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-e-ciencia-reflexoes-sobre-a-desinformacao050922.pdf>. Acesso em: 20 jan 2024.

PASSADO de atritos: Lula foi alvo de manipulação no JN após debate em 1989. 25 ago 2022. **Eleições 2022**. Rio de Janeiro, 2022. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/25/de-volta-a-globo-lula-ja-foi-alvo-de-manipulacao-em-debate-de-89.htm>. Acesso em: 20 jan 2024.

PESSOA, Sônia. Acessibilidade Afetiva? Da linguagem hospitaleira às redes de relações em organizações. *In*: Marques, Ângela; Silva; Daniel; Lima, Fábila. (Orgs.) **Comunicação e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019. P. 209-218. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Comunicacao-e-direitos-humanos-Selo-PPGCOM-UFMG.pdf>. Acesso em: 10 abr 2024.

PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2018.

PESQUISA quantitativa mostra os hábitos de consumo e checagem de informações da população. 18 out 2022. **Comunicação e mídia**. São Paulo, 2022. Instituto QualiBest. Disponível em: <https://www.institutoqualibest.com/blog/comunicacao-e-midia/pesquisa-quantitativa-mostra-os-habitos-de-consumo-e-checagem-de-informacoes-da-populacao/>. Acesso em: 15 abr 2024.

PIAUI; UOL. Foto de obra na BR-163 usada em montagem enganosa como sendo do governo Bolsonaro é dos anos Lula. 27 jul 2019. **Comprova**. Disponível em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/foto-de-obra-na-br-163-usada-em-montagem-enganosa-como-sendo-do-governo-bolsonaro-e-dos-anos-lula/>. Acesso em: 24 ago 2023.

PIMENTA, Angela. Introduction. *In*: WARDLE, Claire *et al*. **Comprova: An Evaluation of the Impact of a Collaborative Journalism Project on Brazilian Journalists and Audiences**. Jun. 2019. P. 6-8 Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/06/Comprova-Full-Report-Final.pdf?x21167>. Acesso em: 12 jan 2023.

PIMENTA, Angela. How Did Comprova Impact the Journalists Who Were Involved? *In*: WARDLE, Claire *et al*. **Comprova: An Evaluation of the Impact of a Collaborative Journalism Project on Brazilian Journalists and Audiences**. Jun. 2019b. P. 20-40. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/06/Comprova-Full-Report-Final.pdf?x21167>. Acesso em: 15 jul 2023.

POYNTER INSTITUTE. **International Fact-Checking Network**: Empowering fact-checkers worldwide. 2023. Disponível em: <https://www.poynter.org/ifcn/>. Acesso em: 21 jun 2023.

PROJETO Comprova inicia checagem de conteúdos sobre o novo coronavírus. 25 mar 2020. **Estadão Verifica**. Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/projeto-comprova-inicia-checagem-de-conteudos-sobre-o-novo-coronavirus/>. Acesso: 15 ago 2023.

PROJETO Comprova vai desmistificar boatos nas eleições. 28 jun 2018. **piauí**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/projeto-comprova-vai-desmistificar-boatos-nas-eleicoes/>. Acesso em: 19 jun 2023.

RESSA, Maria. **Como enfrentar um ditador**: a luta pelo nosso futuro. Trad.: Débora Landsberg, Denise Bottmann e Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

RIBEIRO, Márcio Moretto & ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**. Ed. 27. Dossiê Sur sobre internet e democracia. Jul/2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-que-sao-e-como-lidar-com-as-noticias-falsas/>. Acesso em: 23 jul 2022.

RINEHART, Aimee. Comprova fecha um ciclo no Brasil. 26 nov 2018a. **Abraji**. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/comprova-fecha-um-ciclo-no-brasil>. Acesso em: 25 abr 2023.

RINEHART, Aimee. O que a API do WhatsApp significou para o Comprova. 29 nov 2018b. **Abraji**. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/o-que-a-api-do-whatsapp-significou-para-o-comprova> Acesso em: 25 abr 2023.

SCHULTZ, Adriane. É #FAKE a pesquisa que mostra Bolsonaro à frente em todos os estados mesmo com Lula candidato. 30 julho 2018. **Fato ou Fake**. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/pesquisa-mostra-bolsonaro-a-frente-em-todos-os-estados-mesmo-com-lula-candidato-fake.ghtml>. Acesso em: 26 abr 2023.

SEIBT, Taís. **O fact-checking precisa mesmo de etiquetas?**. 20 jun 2018. Medium. Disponível em: <https://medium.com/neworder/o-fact-checking-precisa-mesmo-de-etiquetas-bead14806aba>. Acesso em: 14 jun 2023.

SEIBT, Taís; VEGA-OLIVEROS, Didier A.; ROCHA, Anderson. Automatização no *fact-checking*: pensando a prática de verificação a partir de agrupamentos semânticos de frases verificadas pelo Projeto Comprova. **Fronteiras – estudos midiáticos**. Vol. 24, n. 2, maio-ago/2022. Unisinos, São Leopoldo. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/23864/60749168>. Acesso em: 18 nov 2023.

SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 18, abr. 2019. P. 122-138. Disponível em: [dx.doi.org/10.17648/eidea-18-2197](https://dx.doi.org/10.17648/eidea-18-2197). Acesso em: 12 set 2023.

SHALDERS, André; SCHREIBER, Mariana. Eleições 2018: Por que as próximas duas semanas serão cruciais para Bolsonaro, Marina, Ciro e Alckmin. 23 julho 2018. **BBC News Brasil**. Disponível em: [bbc.com/portuguese/brasil-44895721](https://bbc.com/portuguese/brasil-44895721). Acesso em: 26 abr 2023.

TESCHKE, Jens. 1938: Pânico após transmissão de "Guerra dos mundos". 30 out 2020. Política. Estados Unidos. **DW**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1938-p%C3%A2nico-ap%C3%B3s-transmiss%C3%A3o-de-guerra-dos-mundos/a-956037>. Acesso em: 15 nov 2023.

QUAIS são os riscos e os mitos em torno da lupa e do fact-checking? 15 out 2015. Acontecendo na Lupa. **Institucional**. Agência Lupa. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/institucional/2015/10/15/os-riscos-do-fact-checking>. Acesso em: 08 jun 2023.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe report, v. 27, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-towardan-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 03 abr 2022.

WARDLE, Claire *et al.* **Comprova**: An Evaluation of the Impact of a Collaborative Journalism Project on Brazilian Journalists and Audiences. 2019. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/06/Comprova-Full-Report-Final.pdf?x21167>. Acesso em: 12 jan 2023.

WARDLE, Claire *et al.* **Comprova**: Avaliação do impacto de um projeto de jornalismo colaborativo sobre jornalistas e audiências brasileiros. Resumo do Relatório. 2019a. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/06/Comprova-Summary-Report-Portuguese.pdf>. Acesso em: 12 jan 2023.

WARDLE, Claire. Em tempos de desinformação, redações colaborativas sustentáveis devem se tornar uma prioridade. 26 nov 2018. **Abraji**. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/o-jornalismo-colaborativo-no-projeto-comprova>. Acesso em: 22 mar 2023.

WARDLE, Claire. **Guia Essencial da First Draft para entender a desordem informacional**. First Draft, 2020. Disponível em: [https://cursos.abraji.org.br/pluginfile.php?file=%2F19636%2Fmod\\_resource%2Fcontent%2F1%2FGuia%20essencial%20da%20First%20Draft%20para%20compreender%20a%20desordem%20informacional.pdf](https://cursos.abraji.org.br/pluginfile.php?file=%2F19636%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2FGuia%20essencial%20da%20First%20Draft%20para%20compreender%20a%20desordem%20informacional.pdf). Acesso em: 10 jul 2022.

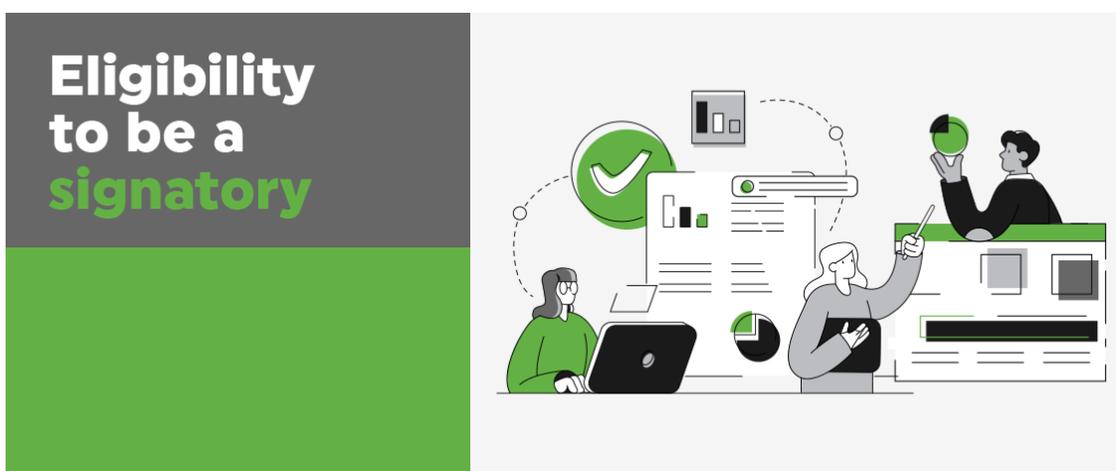
WHO (World Health Organization). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Overview. 2023 Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 07 ago 2023.

## APÊNDICE 1 - IFCN Code of Principles

### The commitments of the code of principles<sup>81</sup>

This code of principles is for organizations that regularly publish non-partisan reports on the accuracy of statements by public figures and prominent institutions and other widely circulated claims related to public interest issues. It is the result of consultations among fact-checkers from around the world.

*The commitments that signatory organizations abide by are:*

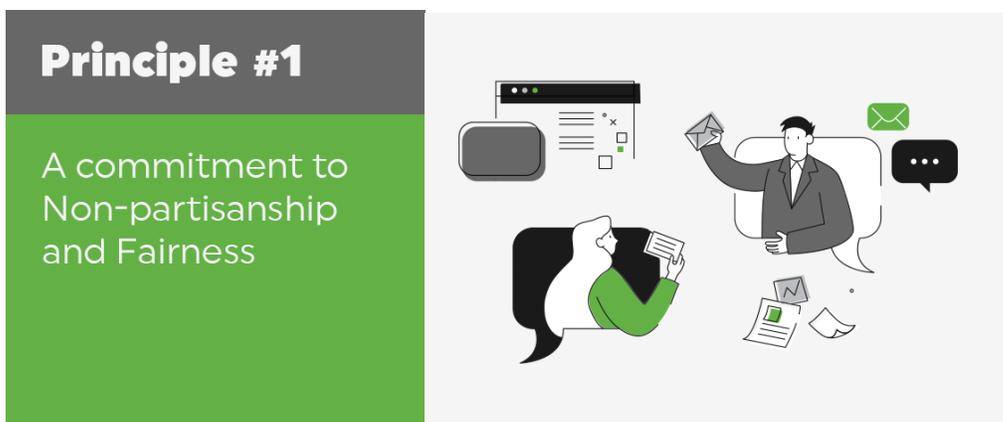


IFCN signatory status may be granted to legally registered organizations set up for the purpose of fact-checking that regularly publish non-partisan reports on the factual accuracy of statements by public figures and prominent institutions and widely circulated claims in text, visual and other formats focused primarily on claims related to public interest issues.

IFCN signatory status may not be granted to organizations whose editorial work is controlled by the state, a political party or politician. It may however be granted to organizations that receive funding from state or political sources to carry out public service journalism if the IFCN assessor determines there is clear and unambiguous separation of editorial control from state or political influence.

Applications are assessed by independent assessors for compliance with 31 criteria. Their assessment is reviewed by the IFCN advisory board to ensure fairness and consistency across the network. Please read all criteria, shown below, before applying.

<sup>81</sup> Disponível em: <https://ifcncodeofprinciples.poynter.org/know-more/the-commitments-of-the-code-of-principles>. Acesso em: 29 jul 2023.



Signatory organizations fact-check claims using the same standard for every fact check. They do not concentrate their fact-checking on any one side. They follow the same process for every fact check and let the evidence dictate the conclusions. Signatories do not advocate or take policy positions on the issues they fact-check.

**To be compliant on nonpartisanship and fairness, applicants must meet these five criteria**

2.1 The applicant fact-checks using the same high standards of evidence and judgement for equivalent claims regardless of who made the claim.

2.2 The applicant does not unduly concentrate its fact-checking on any one side, considers the reach and importance of claims it selects to check and publishes a short statement on its website to set out how it selects claims to check.

2.3 The applicant discloses in its fact checks relevant interests of the sources it quotes where the reader might reasonably conclude those interests could influence the accuracy of the evidence provided. It also discloses in its fact checks any commercial or other such relationships it has that a member of the public might reasonably conclude could influence the findings of the fact check.

2.4 The applicant is not as an organization affiliated with nor declares or shows support for any party, any politician or political candidate, nor does it advocate for or against any policy positions on any issues save for transparency and accuracy in public debate.

2.5 The applicant sets out its policy on non-partisanship for staff on its site. Save for the issues of accuracy and transparency, the applicant's staff do not get involved in advocacy or publicise their views on policy issues the organization

might fact check in such a way as might lead a reasonable member of the public to see the organization's work as biased.

## Principle #2

A commitment to Standards and Transparency of Sources



Signatories want their readers to be able to verify findings themselves. Signatories provide all sources in enough detail that readers can replicate their work, except in cases where a source's personal security could be compromised. In such cases, signatories provide as much detail as possible.

### To be compliant on sources, applicants must meet these four criteria

3.1 The applicant identifies the source of all significant evidence used in their fact checks, providing relevant links where the source is available online, in such a way that users can replicate their work if they wish. In cases where identifying the source would compromise the source's personal security, the applicant provides as much detail as compatible with the source's safety.

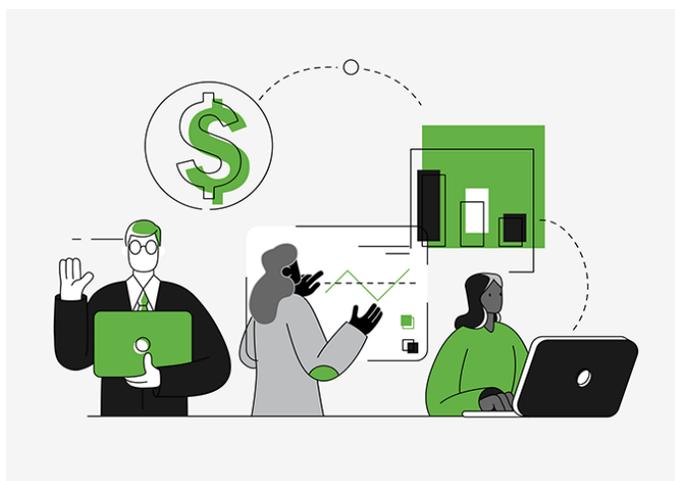
3.2 The applicant uses the best available primary, not secondary, sources of evidence wherever suitable primary sources are available. Where suitable primary sources are not available, the applicant explains the use of a secondary source.

3.3 The applicant checks all key elements of claims against more than one named source of evidence save where the one source is the only source relevant on the topic.

3.4 The applicant identifies in its fact checks the relevant interests of the sources it uses where the reader might reasonably conclude those interests could influence the accuracy of the evidence provided.

## Principle #3

A commitment to Transparency of Funding & Organization



Signatory organizations are transparent about their funding sources. If they accept funding from other organizations, they ensure that funders have no influence over the conclusions the fact-checkers reach in their reports. Signatory organizations detail the professional background of all key figures in the organization and explain the organizational structure and legal status. Signatories clearly indicate a way for readers to communicate with them.

**To be compliant on funding and organization, applicants must meet these five criteria**

4.1 Applicants that are independent organizations have a page on their website detailing each source of funding accounting for 5% or more of total revenue for its previous financial year. This page also sets out the legal form in which the organization is registered (e.g. as a non-profit, as a company etc).

4.2 Applicants that are the fact-checking section or unit of a media house or other parent organization make a statement on ownership.

4.3 A statement on the applicant's website sets out the applicant's organizational structure and makes clear how and by whom editorial control is exercised.

4.4 A page on the applicant's website details the professional biography of all those who, according to the organizational structure and play a significant part in its editorial output.

4.5 The applicant provides easy means on its website and/or via social media for users to communicate with the editorial team.

## Principle #4

A commitment to Standards and Transparency of Methodology



Signatories explain the methodology they use to select, research, write, edit, publish and correct their fact checks. They encourage readers to send claims to fact-check and are transparent on why and how they fact-check.

### To be compliant on methodology, applicants must meet these six criteria

5.1 The applicant publishes on its website a statement about the methodology it uses to select, research, write and publish its fact checks.

5.2 The applicant selects claims to check based primarily on the reach and importance of the claims, and where possible explains the reason for choosing the claim to check.

5.3 The applicant sets out in its fact checks relevant evidence that appears to support the claim as well as relevant evidence that appears to undermine it.

5.4 The applicant in its fact checks assesses the merits of the evidence found using the same high standards applied to evidence on equivalent claims, regardless of who made the claim.

5.5 The applicant seeks where possible to contact those who made the claim to seek supporting evidence, noting that (I) this is often not possible with online claims, (II) if the person who makes the claim fails to reply in a timely way this should not impede the fact check, (III) if a speaker adds caveats to the claim, the fact-checker should be free to continue with checking the original claim, (IV) fact-checkers may not wish to contact the person who made the claim for safety or other legitimate reasons.

5.6 The applicant encourages users to send in claims to check, while making it clear what readers can legitimately expect will be fact-checked and what isn't fact-checkable.



Signatories publish their corrections policy and follow it scrupulously. They correct clearly and transparently in line with the corrections policy, seeking so far as possible to ensure that readers see the corrected version.

### **To be compliant on corrections policy, applicants must meet these five criteria**

6.1 The applicant has a corrections or complaints policy that is easily visible and accessible on the organization's website or frequently referenced in broadcasts.

6.2 The policy sets out clear definitions of what it does and does not cover, how major mistakes, especially those requiring revised conclusions of a fact check, are handled, and the fact that some complaints may justify no response. This policy is adhered to scrupulously.

6.3 Where credible evidence is provided that the applicant has made a mistake worthy of correction, the applicant makes a correction openly and transparently, seeking as far as possible to ensure that users of the original see the correction and the corrected version.

6.4 The applicant, if an existing signatory, should either on its corrections/complaints page or on the page where it declares itself an IFCN signatory inform users that if they believe the signatory is violating the IFCN Code, they may inform the IFCN, with a link to the IFCN site.

6.5 If the applicant is the fact-checking unit of a media company, it is a requirement of signatory status that the parent media company has and adheres to an open and honest corrections policy.

## APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO DOS ÁUDIOS ANALISADOS

### ÁUDIO 1 - Luana Piovani

**Duração: 5'03''**

“Eu acho que tem muita gente ignorante, as pessoas estão muito individualistas e egoístas, eles não pensam como um todo, eles não conseguem ter uma visão panorâmica, porque eles são pessoas que recebem às vezes salários, são pessoas às vezes que já estão numa segurança, só que não existe segurança num país comunista, porque vai faltar pra todo mundo, daqui a pouco começa a faltar pra pensão, pra aposentado, porque quem sustenta o país é a indústria, é comércio, é esse povo que sustenta, são os impostos desse povo que gira dinheiro, e essas pessoas estão saindo fora, muita gente já quebrou, Dadalto, a gente não precisa de ficar nem discutindo sobre o que está acontecendo com o país, porque todo mundo já sabe.

Ficam aí discutindo o presidente, que é homofóbico, que ele não é isso, é aquilo, caraca, eles tem que discutir desemprego, tem que discutir nova política, tem que discutir coisas muito sérias, você acha que Bolsonaro ganhando vai interferir em quem você deita ou deixa de deitar, se dá perereca, se come cu, sabe, essas idiotices, eu não consigo nem discutir isso, o negócio é muito mais sério do que as pessoas pensam, a Venezuela, eu conheço a Luiz Piz, uma juíza, você sabe que até isso eles querem mudar, não querem mais ter concurso pra juiz, eles querem que seja cargo político, os juízes vão ser todos calados, a imprensa vai ser calada.

Agora na Bolívia, não sei se vocês viram, já proíbe até igrejas também, agora eles botaram uma lei que ninguém pode ter igreja nem glorificar nem nada de Jesus, tá agora, eu tenho até o link disso, as pessoas orando, pedindo pelo amor de Deus, porque o cara já estabeleceu isso, porque eles é que são ditadura, eles vão mandar. Eu vi o Haddad falando que se ele for eleito, quem tá em prol da presidência não pode ir contra a presidência, ou seja, não tem isso, Marinha, ele exerce bosta nenhuma, ele exonera todo mundo, ou seja, isso é democracia?

Eles são completamente instituídos naquela cartilha de Lênin, são 10 mandamentos, a promiscuidade sexual, tudo isso faz parte dessa coisa de dividir pequenos grupos pra ficar todo mundo brigando, é isso que ele fez com o país, dividiu todo mundo, as pessoas não são mais brasileiras, elas são partidárias, então eu tô vendo uma coisa muito grave. Se Bolsonaro não ganhar no primeiro turno, eu acredito até nas urnas serem burladas, porque eu lembro que quando Aécio tava ganhando, do nada, a Dilma virou, eu lembro que ele tava pegando um avião pra ir comemorar, então assim, eu não tenho muita crença mais, se a gente não mudar, assim, nesse cara, que eles não conseguem apontar o cara como corrupto, como ladrão, eles tentam apontar por outras coisas ridículas, né, que não tem nada a ver se o cara educa o filho dele, se daria porrada, se fosse viado, problema dele, eu, eu, pessoalmente, eu também não queria que minhas filhas fossem sapata, desculpa, mas eu não queria, agora lógico que é escolha, por quê?

Porque eu quero ser avó, eu quero ter casa, eu quero ter filho, eu não tenho nada contra os meus amigos, mas eu não quero essa ideologia pra criança de 6 anos, eu não acho que tá errado, quem é pai, quem é mãe, não precisa de ficar batendo palma pra isso, isso são escolhas de adulto, são escolhas pessoais, mas quem falou que qual é a mãe que gostaria que o filho não casasse e tivesse filho, gente, pelo amor de Deus, entendeu, são escolhas, eu não tenho nada contra, eu tenho vários amigos gays, mas sabe, as pessoas pegam querendo mudar a mente da pessoa, caramba, quem é hétero é hétero, ponto final, ele vai pensar como hétero, sabe.

Então, essas coisas é que estão estragando, dividindo uma nação, porque depois que estourar o pepino, na Venezuela, as pessoas estão perdendo 11 quilos por mês, assim, crianças morrendo, o negócio tá um caos lá, não tem supermercado, não tem mais nada, foi tudo saqueado, eles estão matando cachorro pra se alimentar, enfim, isso é muito sério, gente, a gente teria que botar um cara de extrema direita pra jogar esses corruptos tudo na lama, entendeu, aí você vê aquela [inaudível], ela tem ONG, esse pessoal que vive disso, eles vão votar nisso, mas quando acabar o dinheiro de todo mundo, vai pegar todo mundo que é federal, vai, vai, vai, enfim, vai sobrar pra todo mundo que é concursado, vai sobrar pra todo mundo que é comerciante, vai sobrar pra todo mundo que o dinheiro já sumiu, eu já não tô vendo dinheiro, já não tô vendendo nada, já sumiu, as pessoas estão vendendo as coisas e botando alguma coisa lá fora, já

estão em dinheiro, países fiscais, os ricos saem fora, os filhos já estão estudando fora, o dono do Mob Dick, minha amiga, ela é filha do dono, o cara já botou o dinheiro dele todo fora, se a coisa pepinar, ele simplesmente vai embora, só fica o imóvel aqui, entendeu, é isso, gente, essa é a realidade, eu concordo com você, cão, eu acho que se a gente não eleger esse cara no primeiro turno, todo mundo já vai pensando em alguma forma, eu até botei meu apartamento pra vender, só que ninguém tá comprando nada nem agora.

É isso, meus amigos, é que Deus nos abençoe e muda a realidade, porque eu acho que depois não terá um candidato com tanta força igual tá tendo com esse cara, com tanta honestidade que ninguém consegue apontar nada dele, depois eu acho que nós não vamos ter outro assim, porque a máfia vai estar estabelecida e acabou o Brasil”.

## ÁUDIO 2 – PUJOL – CRIMES LESA-CONSTITUIÇÃO E LESA-PÁTRIA

**Duração: 8'30**

“[Inaudível] você vai compreender um pouco melhor essas questões pertinentes a crime lesa patria ou lesa constituição que acaba sendo a mesma coisa. O crime lesa patria é quando um funcionário do governo especificamente qualquer funcionário, qualquer poder da república, ousa cometer um ato indecoroso contra a própria república.

Isso representa, por exemplo, as ações indevidas que o Supremo Tribunal Federal através de seus atuais ministros estão tomando como, por exemplo, invasão de prerrogativa em relação ao poder executivo e o poder legislativo, ainda não é um indicador de um crime lesa patria, embora eles estejam ofendendo a Constituição Federativa do Brasil.

Eles realmente ultrapassaram alguns limites, mas como se sabe, na gíria fala-se de corda esticada. Mas as últimas ações do ministro Barroso no Tribunal Superior Eleitoral, ele integra o Supremo Tribunal Federal e ao presidente deste tribunal, agora começa uma acusação frontal à figura do chefe de estado, chefe de governo, que é o presidente da república.

Isso, em hipótese nenhuma, pode ser admitida, porque qualquer ação protocolar contra a presidência da república deve ser efetuada através da Procuradoria-Geral da República e deve ser provocada, ou seja, dito de outra maneira, o Supremo Tribunal não tem prerrogativa e autoridade para acusar o presidente ou invadir a prerrogativa do presidente, muito menos instaurar nenhum processo contra o presidente sem o permissão da Procuradoria-Geral da República, que é o órgão encarregado de fiscalizar os atos do Ministério Público Federal em todo o país e, conseqüentemente, controlar os processos que envolvam contra a República Federativa do Brasil ou atitudes ou ações indevidas de autoridades públicas brasileiras.

Assim sendo, os atos cometidos pelo ministro Barroso e outros, como o Moraes, agora estão partindo para tentar invadir as prerrogativas do cargo do chefe de governo,

chefe de estado. Isso caracteriza um perigoso expediente de crime lesa constitucional, e lesa pátria, porque está ferindo a autoridade de um chefe de governo, chefe de estado.

Eles estão tentando afrontar a presidência da república, acusando sem provas devidas, cabais e baseadas na lei, sobre procedimentos sendo efetuados pelo presidente da república, que está tentando demonstrar para todo o público brasileiro que as coisas estão saindo fora do controle. Nós brasileiros temos o hábito de achar que a presidência da república, ou seja, o chefe de estado e chefe de governo, tem que cumprir os nossos desejos.

Isso é um ledor do engano. O presidente da república tem a função de governar como chefe de estado e chefe de governo do país. E ele, até o presente momento, tem estado dentro das suas prerrogativas e respeitos constitucionais. Ele não tem utilizado de nenhum recurso, que evidentemente já poderia ter utilizado, segundo o critério do povo, na invasão de prerrogativas, por exemplo, de membros do supremo, ou a inércia operacional do congresso nacional.

Pois bem, o supremo tribunal federal, para ser mais exato, os membros do supremo tribunal federal, têm invadido prerrogativas e ferido a constitucionalidade legal do país, quando está invadindo o congresso nacional, e também, agora, o poder executivo, numa franca e perigosa ação e expediente de crime constitucional.

Isso pode gerar, no conselho nacional da república, no gabinete institucional e, também, no ministério da defesa, junto ao presidente da república, um aviso pertinente, um aconselhamento, para que ele tome providências para restaurar o equilíbrio institucional brasileiro. O povo brasileiro crê, ou acha, que o presidente deveria fazer isto ou aquilo.

O presidente tem comportamento de chefe de estado, de chefe de governo, e tem que respeitar as prerrogativas do seu cargo, e, principalmente, cumprir a constituição à risca. Ou seja, ele só pode tomar uma atitude quando o conselho nacional da república, ou o gabinete institucional, e, também, o ministério da defesa, o aconselharem a tomar, na medida em que, também, o procurador-geral da república, o PGR, haver notado uma invasão de crime lesa constitucional, ou lesa pátria.

Nesse caso, tomando essa atitude, o presidente passará a agir vigorosamente dentro dos preceitos constitucionais. Isso pode significar muita coisa. A decretação do artigo 142, ou do 136, ou, especificamente, o ato institucional, que é uma prerrogativa única e exclusiva do presidente, no qual passa todos os poderes constitucionais para as mãos do presidente da república.

Inclusive, cessa-se todos os direitos civis de todos os brasileiros, e ele tem a autoridade suprema, com apoio das forças armadas grandes, que, por preceitos constitucionais, vai fechar o congresso supremo tribunal federal, por estarem agindo contra a república. Pode-se perguntar o seguinte, por que isso ainda não foi feito?

Porque isso não é feito segundo as expectativas da nação ou do povo. Mas, sim, quando um determinado momento, ou atitude, ou ação, se faz necessária, na emergência de se ver ameaçar a república e o equilíbrio institucional do país. Você compreende isso? Então, tudo tem um momento certo para ser feito, realizado, dentro do espectro da lei.

O presidente da república só pode tomar uma atitude, quando ele julgar, pelo seu próprio critério, consultando o conselho nacional da república, de que não há outra saída, a não ser fechar o sistema e promover uma restauração da ordem pública no Brasil. As providências seriam a decretação, ou do artigo 142, ou mesmo de um ato institucional, que é muito mais forte que o artigo 142, a colocação de tropas federais em todos os estados e municípios, no país como um todo, e, eminentemente, a prisão sumária de todos aqueles que, pelo conselho nacional da república, gabinete institucional, ministério de defesa, ou, com a participação do PGR, ou não, decretar uma intervenção absoluta no estado brasileiro.

Isso representa, no caso do artigo 142, que dependeria de aprovação do congresso. Caso o congresso não aprove, aí sim, o presidente poderia lançar mão do expediente da decretação do ato institucional, que é um ato privativo da presidência da república, na qual todos os poderes constitucionais saem do papel e vão para as mãos do presidente da república e das forças armadas.

Com crise institucional instalada a partir da promulgação de um ato institucional, o presidente pode fechar o supremo tribunal, fechar o congresso nacional, controlar as vias de comunicações em todos os sentidos, cercear direitos civis, promover toque de recolher ativo em todo o país.

Então, será, realmente, aquilo que nós chamamos causa institucional, porque o presidente usará da sua força como chefe de governo, chefe de estado e, agora, chefe absolutista dos preceitos constitucionais. O que está acontecendo no Brasil é que o supremo tribunal federal, ou seja, os membros do supremo tribunal federal, do tribunal superior eleitoral, estão numa franca campanha, numa picuinha política, em ativismo político, contra a figura do presidente da república, que é o chefe de estado, chefe de governo.

Isso, obviamente, terá que chegar a termos, de um jeito ou de outro. Não temos nenhuma saída emergencial, diante desse quadro que vem se formando, e as pessoas ficam cobrando muito do presidente. Mas, deixa eu lembrar, você me parece um pouco novo. Me parece. Na época de 31 de março de 1964, as pessoas pensam que foi só a vontade do presidente.

Não foi. Não foi apenas pela manifestação do povo na rua ou o pedido do congresso, na época, ou da mídia, reunidos num só coro, que pediram intervenção militar condicional naquela época. Não. O fato é que decorreram dez anos anteriores, antes daquele desfecho. Veja bem o que eu estou explicando para o senhor. Levou dez anos, antes da promulgação de 31 de março de 1964, na intervenção militar constitucional.

Não foi uma coisa da noite pro dia. Nós estamos aí com o Brasil em crise há dois anos. Isso não quer dizer que vamos esperar dez anos, porque a crise que está se aprontando, ou se estabelecendo no Brasil, a partir dessas últimas ações do TSE e do STF, apontam para uma sugestiva interferência do poder federal executivo em todos os poderes em breve.

É uma questão de tempo. Ou, o que deveria ser o ideal, o Supremo Tribunal Federal recua para sua posição e poder em prerrogativa condicional, tanto quanto o TSE. Ou então, se continuarem os ataques e as investidas, com a tentativa de criminalizar o chefe de governo, chefe de estado, sem provas contundentes, baseado apenas no

achismo, porque é isso que eles estão fazendo, vai obrigar o Conselho Nacional da República, o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério da Defesa e o Presidente da República a decretar uma intervenção militar constitucional no país.

E isso será, do ponto de vista prático, muito desastroso, porque isso interfere em muitas coisas, inclusive no plantel econômico do país. Então, esperemos que esses senhores, embora não tenhamos essa esperança, ponham a cabeça no lugar e recuem, antes que seja tarde demais. Porque, uma vez decretado, tanto o artigo 142, com a aprovação do Congresso, ou recusa do mesmo, que aí estará comprometida a ação do Presidente e ele terá que lançar a mão de outros expedientes, o ato institucional.

Se for promulgado, aí sim o Brasil entrará num momento muito crítico, institucionalmente e legalmente falando. Esperemos, embora eu, particularmente, não creia, que os ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral não vão recuar, porque eles estão no ativismo político patente contra a figura do Presidente, o que caracteriza-se como um crime lesa patria, porque não se pode afrontar o chefe de governo e chefe de estado, isso não é possível, sem uma ação devida e promovida, por exemplo, pela Procuradoria-Geral da República, com todas as provas contundentes.

Eles estão, em suma, abusando, extrapolando as suas prerrogativas, e isso tem um preço. Há um preço a ser pago, se eles querem pagar pra ver, eles vão acabar tendo a resposta que querem, ou seja, uma intervenção federal, e se isso acontecer, aí sim o caldo vai entornar de vez, ok? Um abraço para o Brasil.”

### ÁUDIO 3 – NELSON PIRES MODESTO

**Duração: 4'10''**

“Boa noite, Fabi e colegas. Aqui é doutor Nelson Modesto. Hoje eu estive dando um curso para área de saúde. Amanhã apresento no meu congresso de [inaudível] o meu trabalho provando que o insumo chinês foi feito propositadamente para que a população desenvolvesse, nesses próximos anos, principalmente doença autoimune e câncer.

Nas vacinas eu detectei citomegalovírus, Epstein-Barr, HIV, HPV e outros sem grande importância, como adenovírus e enterovírus.

Mas todos esses quatro iniciais são oncogênicos. Eles desencadeiam câncer. Eu venho falando já há tempo para vocês reagirem, para vocês se erguerem e colocarem uma posição do médico como ele merece, dando opinião na área de saúde e tirando esses vagabundos, todos os políticos que estão nos obrigando a calar.

Eu não calo. Amanhã eu estou passando pelo congresso, que eu pedi que não fosse divulgado antes, porque é um pedido do congresso. Tudo que eu escrevi, que eu provo que está no insumo chinês, nanalase, óxido de grafeno e nanopartículas de grafeno, nanalase provoca imunossupressão.

Nanopartículas de grafeno é o suporte de facilitação e potencialização da partícula spike. É a proteína que, na realidade, para muitos vai funcionar como um prion.

Se você sabe o que é prion, é doença de prion. É uma neurodegeneração que se faz rapidamente em pouco tempo. Nós vamos continuar ainda calados? Cada um pense um pouco melhor.

Eu já venho falando e tenho falado. Os médicos precisam se unir. Eu tento puxar do meu grupo para se unirem, para nós podermos poder, em conjunto, ter mais força. Porque nós, sozinhos, vamos ser massacrados como estamos sendo.

Cada um que se aparece um pouco mais, que se arvora um pouco mais, está sendo massacrado. Ou vocês pensam que o Rong, o chinês, que era pediatra, morreu como uma coisa comum?

Nos Estados Unidos, em dois anos, 27 cientistas e médicos desapareceram. O médico que falava que nagalase estava nas vacinas foi encontrado morto com tiro no peito e diz que ele se suicidou e que se jogou no rio.

Conversa! Quanto tempo vocês vão continuar com os ouvidos tapados? Eu, amanhã, depois de fazer a minha apresentação online, que vai direto para o Japão, tudo escrito em inglês, eu vou tentar passar por e-mail para quem passar para mim e-mail. Eu vou passar todo o meu trabalho. Boa noite.”

## ÁUDIO 4 – DÍMERO D

**Duração: 14'14''**

“Ô Dauney, é o seguinte, esse exame de Imerudeno foi nem um médico que pediu. Como eu havia falado para você por telefone, eu tive uns cinco minutos, e como eu fui propagandista médica sete anos, eu trabalhei sete anos dentro desses lugares que não é para a saúde das pessoas, é ao contrário. Eu saí porque eu não aguentava mais ver tanta coisa errada. Então, eu entendo muito de remédio, exames, eu tenho amizade com a classe médica. Então, o que acontece? Raramente um médico pede o dímero D. Eu não sei por que eles se negam a pedir.

Então, eu falei para o meu marido, na segunda dose da Pfizer, que ele foi obrigado a tomar para manter um emprego de 15 anos, a contragosto meu, ele foi e tomou a segunda dose. Passado quase 30 dias pós segunda dose, me deu uns cinco minutos, falei, vamos fazer o exame do dímero D, porque eu conheço a maioria dos exames.

Eu falei, vamos fazer um hemograma, coagulograma, tudo isso, viu? Exame de vitamina D, coagulograma, hemograma, dímero D, homocisteína, todos são marcadores inflamatórios. Mas o dímero D é fantástico.

Aí a gente foi no sábado passado, oito e meia da manhã. Quando foi às dez e meia da manhã, laboratório só liga na sua casa quando o exame teu dá problema. Quando foi dez e meia da manhã, o laboratório ligou e falou, olha, é bom a senhora levar seu marido para o hospital.

O dímero D dele deu quase 1.100. Aí eu falei, caramba, mas esse dímero D é para dar no máximo até 550. Aí o rapaz do laboratório falou, eu dele está o dobro. Então, é bom a senhora ir agora para o hospital.

Não pensei duas vezes, catei as coisas, catei ele e levei para o hospital. Chegando no hospital, a recepcionista, hospital do coração, a recepcionista viu o dímero D, o papel na mão que eu imprimi, estava no site, já liberou no site, eu peguei e imprimi e levei. Aí eu falei, chama a cardiologista.

Ela levou lá para dentro o exame, que ela leva lá para dentro o exame, volta correndo uma médica cardiologista e já levou ele lá para dentro. Isso porque ele não tinha sintomas. Mas a médica sabe que dímero D alto é problema. Internou, já foi para o soro, do soro pediram um monte de exame médico, já fez angiotomografia para ver se não estava ocorrendo já a caminho de uma embolia pulmonar, ou uma trombose, ou um AVC, porque isso é muito sério.

Já colocaram no braço dele o anticoagulante, repetiram o exame no hospital que se confirmou, ele ficou internado 24 horas para 36 horas, porque enquanto o dímero D não baixasse, não pode ser liberado. E graças a Deus o dímero D baixou para 500 e tomando anticoagulante via oral, fez outro exame agora essa semana, baixou para 380, para você ver como que é as coisas.

De 1 .100, agora está em 380. Só que se eu não corro e não tenho essa intuição, a médica olhou para nós e falou, sua mulher acabou de salvar tua vida. Porque se você não vem aqui agora com o dímero D já quase em 1 .100, no máximo em 15 dias o teu dímero D ia estar em mais de 2 .000, tarde demais para eu salvar a sua vida.

Entende a gravidade? Então eu indico a todas as pessoas, façam o dímero D, e se der alterado, corre, porque o anticoagulante salva a tua vida. Moral da história, a saúde é lógico que nunca mais vai ser a mesma, porque fora o problema de coágulos, embolia pulmonar, infartos, AVC, todas essas coisadas, ainda tem o risco de imunidade cair, de outras sequelas e outras doenças.

Então aqui em casa é altas doses de vitamina D, vitamina C, zinco, que mais? Hidratação, e fora isso, o que acontece? Uma vez por semana, ou a cada 10 dias no máximo, tem que fazer, como deu o alerta, agora a cada uma semana, 10 dias, mesmo tomando o anticoagulante, tem que fazer o exame para ver se está tudo bem.

Quem não tem plano de saúde, a maioria dos médicos não gosta de dar o dímero D. Aqui a Unimed dificilmente aprova o dímero D, também não sei porquê. Acho que é para a pessoa ficar doente, depois dá lucros para eles. Então o dímero D dificilmente eles pedem.

Então eu já nem peço mais. Como ele custa coisa de 50, 60 reais, vai lá, paga e faz, e fique em paz. E o detalhe é, enquanto o meu marido estava lá dentro, que ele ficou das 10h30 da manhã, eu fiquei lá das 10h30 da manhã, e eu, Sandra, fui liberada às 5h da tarde, ele teve que ficar lá com o anticoagulante na veia.

Entraram mais 6 pessoas depois do meu marido, problema de picada. Uma tinha 20 dias, a outra tinha 3 meses, a outra tinha 4 meses, a outra era recente. Pelo amor de Deus, a coisa está acontecendo e todo mundo está escondendo. E o pior são aqueles que não acreditam e que falam assim, eu tomei já faz 3 meses, comigo não vai acontecer nada.

Glória a Deus por isso, tomara que não, mas vai ser muito difícil. É um caminho sem volta, infelizmente. Foi o que o Dr. Nasser falou, depois de inoculado, não tem mais volta. Apenas tentar tratar, socorrer a pessoa e tentar amenizar o que está por vir, infelizmente.

Mas o máximo de pessoas que você puder, passa para fazer esse exame, esse exame é fantástico. E se der alterado, fala para a pessoa, corre e faça o tratamento com anticoagulante. Claro, não esquecendo do acompanhamento médico, porque tomar anticoagulante também é sério, a pessoa sofre um acidente, pode sangrar até morrer.

Então o médico tem que controlar a vida dessa pessoa. Se vai ser só o anticoagulante, se vai entrar com outra medicação, o cardiovascular dele está marcado para semana que vem, ele não está aí para saber tudo isso que aconteceu e ver qual vai ser o acompanhamento além do anticoagulante.

Porque não é só ir tomando anticoagulante a esmo, entende? Tem vários fatores no meio do caminho. Complicado, viu? Eu fico muito triste de ver as pessoas passando por isso, mas por que as pessoas correram atrás desse troço sem ao menos saber o que era e o que estava acontecendo?

Eu preferi enfrentar a doença do que entrar nessa fila, como eu enfrentei a doença, meu filho de 28 enfrentou a doença e nós estamos aqui com aquela medicação que eles falam que não tem comprovação científica. Entende isso? Aí as pessoas entraram todas

em pânico, foi todo mundo correndo para a fila, de uma experiência que não tinha nem seis meses.

Ninguém prestou atenção que tudo era uma politicagem sem vergonha contra nós. Agora o povo está começando ainda de levinho acordar, ainda não é o suficiente. Porque se as pessoas tivessem acordado ao menos 80%, estava todo mundo nas ruas, que nem na Austrália, na Alemanha, que nem no Reino Unido todo, que nem em vários países, onde já se viu Israel, quarta dose distribuindo desfibrilador e as pessoas não acordam.

O que está acontecendo? Tem gente correndo para a terceira dose, por cada Omicron, Omicron não vai resolver coisa nenhuma para a terceira dose. Isso é, se ela existe, essa tal de Omicron para nós, que estamos no meio dessa situação toda, a gente sabe que ela não existe, isso aí é fruto do que as pessoas tomaram e inocularam dentro do corpo, é a resposta do seu corpo, é essa tal de Omicron que eles deram o nome para ela.

As pessoas estão adoecendo e estão falando agora que é uma nova variante. Mentira! Mentira! É tudo fruto da inoculação que foi feita neles. E vai vir mais por aí, porque a proteína Spike, ela não é brincadeira, ela faz um verdadeiro, ela destrói, ela não é brincadeira.

E o pior, quem vai parar essa proteína Spike? Qual é o cientista do bem que vai arrumar alguma coisa, que vai lá e bloqueia o trabalho dela? Porque é ela que vai destruir tudo dentro das pessoas, infelizmente. Quem não entende do que é uma proteína Spike, procure se informar, procure entender o que estão fazendo.

Fora a proteína Spike, óxido de grafeno, na outra, que é a do calcinha apertada, a primeira dose é 250 de alumínio, a segunda dose mais 250, ou seja, a pessoa já está com 500 de alumínio dentro do corpo, vai e toma uma terceira dose de uma outra marca? Quer dizer, então, eu que trabalhei como propagandista médica, quer dizer que você pode tomar 3, 4, 5, 10 marcas de remédio de uma vez?

Que não vai te fazer mal? Ó, verdade? E as pessoas não conseguem enxergar isso? Que salada é essa? De marcas diferentes e formulações diferentes, você vai e toma, você não desconfia? O que acontece com as pessoas? Eu não estou entendendo.

Assiste tanta televisão, é isso? Sai da televisão, vão se informar, percebam qual é o esquema, qual é o planejamento contra nós, é contra nós. Esse passaporte sanitário é uma pouca vergonha, porque tem um monte de gente que tomou 3 doses e está doente, quer dizer, então, que você tem um passaporte sanitário para transmitir a doença?

E por que que eu que sou, que enfrentei a doença, tenho o meu sistema imune 7 vezes mais robusto que qualquer picada experimental, por que que eu tenho que tomar isso? Por que uma pessoa que tem lúpus tem que tomar isso? Não pode. Por que uma pessoa que tem problema de artrite reumatoide, não pode, tá na bula, ninguém foi na Anvisa, vai lá no site da Anvisa, bulas, efeitos colaterais, as pessoas não se informam.

Está lá escrito, porque a Pfizer vai alegar isso, a AstraZeneca vai alegar isso, está lá na bula, quem pode e quem não pode, você tomou porque você quis, está lá na bula, porque você não viu? Aí o que acontece? Neguinho vai falar assim, mas a palavra obrigatória, a vacina passou a ser obrigatória.

Você sabe por que não usam essa palavra? Porque cai nas leis de Nuremberg. O tribunal de Haia usa genocídio, que é a experiência em seres humanos, caracteriza genocídio. É prisão perpétua pelo tribunal de Haia.

Então, para não usar a palavra é obrigatório, colocar o tal do passaporte sanitário, porque, na verdade, eles punindo a gente, a punição leva à obrigação. Só que, pela lei, essa frase não existe. Você está sendo punido por não tomar uma vacina e você foi, tomou.

Não é obrigatório. A palavra obrigado ainda não foi decretada. Está entendendo o que está acontecendo? Mas não adianta falar. As pessoas não pararam para pensar por que punir quem não quer se vacinar? Porque se eu estou vacinado, eu estou protegido. E por que vai punir quem não quer?

Tem alguma coisa errada aí. Então, não precisa ter faculdade para ligar os pauzinhos e chamar o Tico e o Teco para conversar. Mas, infelizmente, as pessoas estão entregando a sua saúde, as suas vidas de bandeja. Aí eu te pergunto, quem vai ser responsável pelo tratamento das pessoas que estão adoecendo?

Quem vai ser responsável pelos óbitos? Quem vai ser responsável por aqueles que estão perdendo perna e precisam de prótese, como é o caso da Cícera? Ninguém vai dar uma prótese para ela? Porque ela, no caso da Cícera, ela tomou, acho que, AstraZeneca. Quem vai trazer o Bruno Graff, que morreu de AVC, de 28 anos de volta?

Ninguém se perguntou isso? As pessoas estão fechadas para olhar o que está acontecendo no mundo? Tem médico tomando esse troço. Médicos amigos meus. Eu falo, você está doido? Você não está vendo o que você está fazendo? Ah, não, a gente precisa se proteger. Proteger do quê? Você acabou de estragar com você.

Você se protegeu tanto que daqui no máximo três, seis meses, estourando um ano, você vai ver o que você fez com você. Aí os médicos olham para mim e falam assim, pelo amor de Deus. Eu falei, meu, vocês são estudado. Eu não tenho o estudo que o médico tem. Como é que o médico foi atrás disso?

Como é que o médico não foi atrás disso? Agora, eu tenho um cardiologista que não foi atrás. O nosso cardiovascular também não quer saber. São pessoas que estão despertas. Mas, infelizmente, é a minoria. Infelizmente, é a minoria que despertou.

No caso da sua sobrinha, graças a Deus, tomou uma só. Talvez não tenha tanto. Ai, meu Deus, talvez não faça tão mal para ela. Como quem já está da segunda para a terceira, ou na segunda já sofrendo. Engraçado que a pessoa toma duas doses, ainda vai, mesmo passando mal, ainda vai tomar uma terceira.

Por quê? Pare e pensa, tem alguma coisa errada. Pelo amor de Deus, as pessoas precisam acordar. Olha o que estão fazendo com todo mundo. Sabe? Eu estou, desde o começo do ano, falando. Eu fui chamada de louca. Me chamaram de negacionista.

E aqueles que me chamaram de louca, negacionista, justamente estão me procurando. Eu falo, gente, eu não posso ajudar vocês. Eu tentei ajudar vocês, vocês não quiseram ouvir. Eu falei, espera um pouco, fica na expectativa, fica observando. Eu falei para vocês, eu prefiro enfrentar a doença do que tomar um negócio desse, que está vindo de boca de político ainda.

Tem muita gente envolvida nisso. Essa guerra é uma guerra dificilmente de ser ganha, viu? Mas a gente não pode perder a fé em Deus. Eu sempre tive o pé atrás. E eu

estou ligada desde quando Mandetta falou, só procure um hospital quando você não conseguir mais respirar e tome dipirona.

Eu falei, ah, dipirona tem comprovação científica contra essa doença? Ah, interessante, eu prefiro tomar o outro medicamento do que ficar ouvindo esse cara. Ah, dito e feito. Foram os medicamentos que eu tomei que salvou a minha vida, e a vida do meu filho, a gente não precisou nem ir no hospital. Só que eu fui ligeira. Em 24 horas, já entrei com a medicação, sabendo se é a doença ou não.

Porque se é a doença que está no auge, o que mais vai ser? E se não for a doença, em três dias, o organismo, você para de tomar, em três dias, o organismo libera toda a medicação que você tomou. Agora, essa inoculação que as pessoas tomaram, quanto tempo vai ficar dentro delas? Esse é o problema. Boa sorte, viu?

Espero que você consiga ajudar o máximo de pessoas possível. Fica com Deus. Se precisar de alguma coisa, dá um alô.”

**ÁUDIO 5 – PAULO FERREIRA – ATAQUE ÀS IGREJAS****Duração: 0'13''**

“Nós temos que atacar esse povo aí, entendeu? Apoiar o nosso presidente Lula, fazer o que ele faz aí, porque o Lula sabe que esse bando de covarde de igreja aí apronta com ele, você entendeu?”

## ÁUDIO 6 – ALDO REBELO – COMBUSTÍVEIS

**Duração: 5'06''**

“A imprensa safada e as pessoas querem vender uma ignorância absurda, absurda. Ora, Bolsonaro nem ninguém, nem nenhum presidente da república, seja de esquerda ou de direita, pode ser de qualquer coisa, tem a possibilidade de controlar os preços da Petrobras por um simples motivo.

Acordos zilionários foram feitos por Michel Temer na justiça americana. Na justiça americana, não é na brasileira fuleira escrota do Brasil, não. Foi na justiça americana. Sabe por quê?

Porque os governos do PT saquearam, roubaram a Petrobras aos bilhões. E os acionistas da Petrobras, porque a Petrobras já foi vendida, e foi vendida pelo PT, foi vendida por Lula, hoje a Petrobras, o governo só tem, do total das ações, 37%.

O restante já está na mão dos fundos bilionários, fundos inclusive internacionais. Então, quando o PT, do seu Lula, saqueou a Petrobras, esses fundos entraram com ações zilionárias na justiça americana, e Michel Temer foi obrigado a fazer um acordo, e dentro do acordo está lá manter a política de preços da Petrobras, manter a política de preços da Petrobras.

Essa é a realidade. A única solução que tem é pegar os 37%, dentre os quais 50,5 % das ações com direito a voto, e fatiar a Petrobras, acabar com o monopólio.

A gente não pode ficar refém de uma empresa, tem que fatiar a Petrobras em 10, 15, 8, 5, 6, sei lá quantas empresas, para que haja concorrência. Lembrando, o Brasil hoje importa combustíveis, 30% do diesel é importado.

Por quê? Porque a gente não tem capacidade de refino no Brasil. Então, se o barril do petróleo está caro lá fora, quem danado vai comprar para ter prejuízo?

Comprar lá mais caro e vender aqui mais barato. Por isso que os preços estão subindo, não tem como mudar a política de preço. Além do que eu já disse do caso da justiça, tem o lado do mercado, senão vai acontecer o que?

Desabastecimento. Agora, vocês sabem por que o Brasil importa combustíveis? É só olhar os jornais que tinham coragem de dizer a verdade, no passado e hoje escondem debaixo do tapete.

Cadê a refinaria de Abreu e Lima, que Lula e o falecido Hugo Chavez assinaram acordo para construir a refinaria em Pernambuco? Cadê a refinaria de Abreu e Lima? Cadê a refinaria do Comperje, no Rio de Janeiro, o complexo petroquímico, alvo de corrupção e sujeira de toda parte, que não ficou pronto, que não está refinando combustível para o Brasil?

E além do mais, o PT sujo da Dilma, do Lula, compraram uma porra sucateada lá nos Estados Unidos, aquela refinaria de Pasadena. Quem é que não se lembra disso? Será que o povo perdeu a memória? Será que as pessoas esqueceram?

A roubalheira desse povo no Brasil? Será que é isso que vocês querem de volta para presidir o Brasil, essa canalha? Essa canalha de volta a presidir o Brasil? Tenham vergonha na cara.

E o jornalista que defende essa canalha vai ter que ajoelhar no milho. Não tem moral nem de chegar na frente dos próprios filhos e dizer que é honrado. Olha, esse país vai viver esse ano um momento decisivo. Momento decisivo. Essa eleição desse ano vai mostrar qual é o caráter do povo brasileiro.”

## ÁUDIO 7 – PALOCCI – CORRUPÇÃO NO GOVERNO LULA

**Duração: 1'45''**

Vídeo de Lula, no início: "Diga, diga, o que eu roubei?"

Vídeo de Palocci, prestando depoimento: "No fim do seu segundo mandato, aí ele preparou sua aposentadoria. Recebeu 300 milhões da Odebrecht, numa conta corrente de disponibilidade. Recebeu seu sítio, que foi feito combinado para seu uso. O apartamento do qual já foi condenado. Eu, pessoalmente, levei [inaudível] quase 50 mil reais, algumas vezes."

Em seguida, começa o áudio: "Alô, pode falar. Como é que tu queria que eu estivesse? Eu falei, inclusive, para ti, que um dia, mais dia, menos dia, ele ia abrir a boca, ia falar tudo o que tinha que falar."

Tá lá, eu estou vendo ele aqui agora no jornal nacional. Falou tudo o que tinha que falar, lascou comigo, lascou mais ainda com a Dilma. Falou do apartamento, falou do sítio, está falando de tudo. Ninguém teve coragem de fazer o que tinha que ser feito com esse cara.

Ele ficou preso em Curitiba. Está preso em Curitiba há mais de um ano. Ninguém teve a competência, a coragem de acabar com esse cara. E nós vamos nos lascar. Olha lá, está falando lá, abrindo a boca. Não adianta, meu, agora não adianta mais nada. Tu diz para ele pegar o apoio dele, esse vagabundo, enfiar no cu dele.

Enfia no cu desse caralho. É só o que eu ouvi, ladrão sem vergonha. É um porra do caralho. Eu vou dar o telefonema para segura amanhã. Estamos tudo já lascados. Se fudermos tudo, o que é que tu acha? Eu vou ver, meu querido, o que é que eu posso fazer. Agora não adianta mais nada.

Até mais. Vamos ver, eu não tenho condição agora. Estou cercado, eu não tenho como. Tá? Eu estou aqui, estou... Dentro desse apartamento, cercado, eu não posso... Eu não posso sair nem do prédio. Eu vou ver o que eu faço. Tá bom. É muita pressão.

Tchau para ti. Boa noite.”

**ÁUDIO 8 – MAURO PAULINO – FRAUDE NAS URNAS****Duração: 0'45''**

“Vão afirmar, vão convencer o povo de que o Lula tá na frente, com as urnas eletrônicas a nosso favor, a favor do PT, do nosso grupo? Ninguém vai questionar o resultado das eleições.”

**ÁUDIO 9 – URNAS MANIPULADAS EM CORDEIRO-RJ****Duração: 1'01''**

“É, minha irmã, o negócio está complicado. Aqui em Cordeiro, o bicho está pegando. O fórum aqui em Cordeiro hoje está lotado de fiscal do TRE. Chegaram duas urnas aqui em Cordeiro, por volta de meio-dia, que quando eles foram lançar o código da urna, porque tem que lançar o código da urna no sistema do TSE, que é o Superior Tribunal Eleitoral, dizendo que essa urna chegou zerada e etc., etc.

A urna aqui de uma sessão aqui de Cordeiro do Rodolfo, que tem 327, se eu não me engano, 327 eleitores, a urna chegou com 139 votos já de Lula registrado na urna.

E isso aqui em Cordeiro, interior do estado do Rio de Janeiro, interior do Brasil. Você imagina isso aí nesse Brasilão afora, como é que não está de fraude? Então esse é o meu medo.”

## ÁUDIO 10 – CIRO GOMES – ELEIÇÕES

**Duração: 1'22''**

“Rapaz, a partir do momento que o TSE, no comando daquele advogado de facção, diz que ninguém pode contestar as eleições, já estava tudo armado, meu amigo. Isso é certo, todo mundo sabe.

E eu vou lhe dizer o que vai acontecer. As forças armadas, elas sabem disso. Na hora que der o resultado das eleições que o Lula ganhou, vai ser colocado em prática o artigo 142, viu? Vai ser restabelecida a ordem, se afasta Xandão, se afasta esses vagabundos, tudo de ladrão, safado, dessa quadrilha.

E aí vocês vão ver o que é por ordem no país. Porque eu não admito que o Brasil vá deixar um vagabundo, marginal, criminoso e bandido como o Lula voltar ao poder. O cara sai da cadeia pra roubar o país de novo. Todo mundo sabe que esse cara comprou, macho.

Um trilhão que o cara roubou e distribuiu pra todo quanto é lado pra manter o poder. Então o cara vai tomar conta do país, macho, isso é [inaudível]. Todo mundo já sabe, eles já vinham dizendo, nós vamos tomar o poder. Já venho alertando. O que eu acho engraçado é ninguém fazer nada. Por que eu chamava o Bolsonaro de frouxo?

Porque se ele não fizer nada agora pra impedir essa tomada de poder, como foi dito, porque argumentos e provas não faltam disso, aí sim, meu amigo, ele vai estar assinando o papel de dizer assim, olha, tá aqui, eu realmente estou entregando o país pra esse vagabundo do Lula.”

## ÁUDIO 11 – FORÇAS ARMADAS – ELEIÇÕES

**Duração: 4'43”**

“É, o deputado não enlouqueceu, ele tá falando algo que tá engasgado na garganta das pessoas e o que eu tenho tentado dizer há muito tempo, eles podem tentar, mas se tentarem, não vão levar.

Eu me lembro que o José Dirceu, e o ministro Barroso fez uma piada, que eleição não se ganha, se toma. Eles podem tentar. Ué, todo mundo é livre pra fazer o que quiser, tentar o que bem quiser. O problema é se vai colar, porque nós temos aqui um problema muito delicado.

As Forças Armadas Brasileiras são constitucionais, elas obedecem às leis, mas desde que começou o pleito eleitoral já vem ocorrendo uma sucessão de problemas na confiabilidade das urnas e do pleito em si.

Na imediação de dizerem, por exemplo, que Lula ganhou, tem um sério problema. Lula não pode assumir porque é um condenado político. As ações judiciais sobre Lula não terminaram, foi apenas deslocado o eixo do tribunal para começar a investigar.

Eles colocaram no zero novamente. É mais ou menos como se eles dissessem que 20 juízes são incompetentes e que todas as provas estão invalidadas. Só que não existe dispositivo no Código de Processo Penal para proceder assim.

Além das interferências sobre poderes alheios, afronta a Procuradoria Geral da República e o confronto com as Forças Armadas. E aqui nós temos um problema, as Forças Armadas não irão obedecer ordem de um condenado pela justiça.

Porque senão ela desonra toda a sua estrutura moral perante o povo brasileiro. E aí pode levar o país a uma guerra civil. Porque se o povo perder a confiança nas Forças Armadas, acabou.

O Brasil acabou. Nós vamos sim entrar numa guerra civil. O que caracteriza uma guerra civil? É quando o povo de uma nação não confia mais nas suas instituições. Assim sendo, torno a frisar. Eles podem tentar, são livres para fazê-lo. O problema é se vai colar. Porque as ruas têm demonstrado uma coisa e as pesquisas, são mentirosas e manipuláveis, têm demonstrado outra. O Lula, nesse tempo todo, não conseguiu fazer

campanha nas ruas diante do povo, a não ser naquele grupinho dele fechado, ou em ambiente fechado, ou com seus próprios seguidores.

E ele, o Luiz Inácio Lula da Silva, é um condenado da justiça ainda. Ele não pode assumir a Presidência da República. Isso é simplesmente rasgar a Constituição, rasgar o Código Penal, o Código de Processo Penal.

E eles já ofenderam por demais a Procuradoria-Geral da República, o Presidente da República. Você viu a entrevista do desembargador-corregedor que pediu aposentadoria, afirmando que ele não gostaria, não se sentiria bem de permanecer no Tribunal, onde ele diz que 80 % dos juízes não aceitam as regras do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu torno a dizer, eles podem tentar, levar é outra coisa. Vão provocar um cisma, porque o povo já não confia nas urnas. E agora esse pronunciamento de Alexandre Mora diz que o Exército vai ter o que eu quero, não o que, porque é como se as Forças Armadas, que é a quarta instituição constitucional, não tenham o direito de fazer apuração paralela, ele está afrontando as Forças Armadas.

E aí vem a questão, poder, eles podem, se vão levar é outra história. O Ciro Gomes, de quem eu não tenho simpatia, já falou sobre isso. Se Lula ganhar a eleição, no dia seguinte a Guerra Civil, é evidente que o Brasil vai entrar em crise institucional, não tanto por parte do povo, mas por parte das Forças Armadas que não vão aceitar bater continência para um criminoso, porque se o fizerem, estão mancomunados e aceitando que um criminoso comande as Forças Armadas.

Simple assim. Dois e dois são quatro.”

## ÁUDIO 12 – EDUARDO BOLSONARO – FRAUDE ELEITORAL

**Duração: 2'42''**

“Pessoal, raciocínio simples, quase matemático. Fomos às ruas por dezenas de vezes aos milhões. Agora, pra salvar a pátria de verdade de um narco-ditador, nós não vamos aos milhões. Vamos aos 13. São 13 pessoas nas ruas, brigando, dizendo que são patriotas, é isso?”

Não. Não é assim que funciona. O silêncio do presidente, ele diz muito. Talvez aquele eu autorizo deve ser pra você se autorizar. Mostrar pro homem o que nós queremos, o que o Brasil quer.

Mostrar o que nós não aceitamos. Não adianta agora a reclusão de todos nós. A reclusão dele nos dá um recado. Esse recado é claro. Golpe não. Nós sofremos um golpe por um algoritmo, por um sistema que se perpetua há 26 anos, desrespeitando princípios constitucionais basilares.

E agora, nós não iremos aos milhões nas ruas? Mostrar o diametralmente oposto do que nas urnas foi mostrado, nas ruas de verde e amarelo, dizendo que não aceitamos que um condenado, que foi descondenado por um militante do MST, inclusive nomeado pelo próprio Lula ao STF, pra que ele pudesse concorrer às eleições depois dos maiores escândalos de corrupção da história, com toda a sua turma, que toda também foi presa por corrupção. E é isso? É assim? Joga a toalha? O presidente Bolsonaro precisa de todos nós agora. Ele não foi colocado lá à toa, gente. Não é possível que as pessoas não estão percebendo isso.

Ele não está lá pra brincar. E nem nós podemos brincar agora. É muita coisa em jogo. Na verdade, é tudo em jogo. O sistema vai recrudescer em janeiro. Como se fosse no auge da pandemia a nível global.

As forças policiais sendo utilizadas politicamente pra amedrontar, prender, perseguir, agredir. Só você não percebeu ainda. Agora é o momento. Esse é o momento.”

## ÁUDIO 13 – RELATÓRIO DA DEFESA – ELEIÇÕES

**Duração: 6'43''**

“A resposta está na nossa cara. A gente só tem que ter o trabalho de ler. Eu tô lendo o relatório. O relatório é ótimo. O relatório não tem nada de ruim. O relatório é maravilhoso. É uma desfaçatez do William Bonner, da Band, da Rede Globo, dizer que dá a entender.

O jornalista que não lê isso aqui não está fazendo papel de jornalista. O relatório deixa claro uma série de dúvidas sobre o processo eleitoral e diz que pode ter sido implementado um código malicioso e não diz que acabou não. Ele está pedindo providências imediatas.

Não lê quem não quer. Eu vou mandar aqui o relatório que eu recebi e o que eles querem é nos enfraquecer. Preste atenção e faça esse áudio circular por todo esse Brasil. Tô lendo aqui na página 21 de 24.

O que você entende por isso aqui? É pertinente ampliar o acesso ao conteúdo do sistema. Bem como realizar o trabalho das entidades fiscalizadoras conjuntamente com os técnicos do TSE, para o esclarecimento, preste atenção nessa palavra, para o esclarecimento imediato de quaisquer dúvidas da equipe fiscalizadora da qual o Exército, as Forças Armadas, fazem parte.

E não terminou aí não. Com vistas, agora o penúltimo parágrafo ainda na página 21, último parágrafo da página 21, com vistas ao máximo de transparência do SEV, não sei o que é isso, fiscalizado no pleito eleitoral do corrente ano, entende-se como importante promover-se a análise minuciosa dos códigos binários que efetivamente foram executados nas urnas eletrônicas, para superar as dificuldades e as lacunas da fiscalização e a carência de maior certeza quanto à eficácia do teste funcional. Pessoal, isso aqui é um documento além de inúmeras outras passagens que afirmam que não é possível afirmar a segurança via biometria, não é possível afirmar que esse formato da biometria está isento da inserção de um código malicioso.

Também diz o relatório, foi verificado que o acesso à transmissão de dados através do código-fonte pode configurar relevante risco à segurança da apuração. Esse relatório legalmente coloca até sob júdice a eleição.

É isso que o relatório tinha que fazer, o relatório não tinha que xingar o Alexandre de Moraes, o relatório não tinha que dizer que alguém vai ser preso, era um relatório técnico e tinha que dar uma resposta técnica e a resposta técnica é foi verificado que a transmissão dos dados através do código-fonte pode sim configurar relevante risco à segurança da apuração.

É nisso que você tem que se ater. O outro ponto é, eles estão pedindo acesso imediato a mais dados junto com a equipe técnica do TSE, para que seja possível afirmar que os códigos-fontes utilizados não deixam margem de que a eleição foi idônea, estou colocando agora com as minhas palavras.

Eles estão pedindo uma resposta imediata, só que eles não grifaram isso, não colocaram em caixa alta, não colocaram em negrito, não precisa, é a força militar. Tá certo? São as forças armadas. Esse documento aqui diz o seguinte, a apuração está sob júdice, e isso aqui num tribunal internacional é pra gente quintuplicar o movimento nas ruas agora.

Não esqueçam que a Rede Globo é a rainha da fake news e da disfaçatez, quando o Bolsonaro chegou para o primeiro debate, perguntaram a ele, logo na entrada, o que você espera? Ele disse, eu espero parcialidade.

E a repórter com a maior cara de pau e a maior disfaçatez do mundo, ai vocês ouviram, ai que bom, ele disse que espera a imparcialidade. Da mesma forma que o William Bonner hoje disse que o Alexandre de Moraes agradeceu o relatório, esses caras são sociopatas, esses caras mentem, distorcem, dissimulam o tempo todo pra quê?

Pra enfraquecer você. Eu tô vendo aí grupos, pessoas saindo dos grupos bolsonaristas, ah, pra mim já deu, a gente agora não tem que pensar em Bolsonaro, a gente tem que pensar em transparência e lisura na eleição. Não se deixe encantar pelos encantadores de serpentes, não tem um só não, tem vários.

Quando você liga na Rede Globo, você está ouvindo os encantadores de serpentes, leia o relatório, o relatório deixa claro que as Forças Armadas estão pedindo acesso imediato a informações que não foram dadas, para que haja transparência no pleito.

Esse é o relatório técnico. Sabe, se as Forças Armadas enviassem um relatório dizendo, ah, não, tá tudo bem, acabou, foi tudo ótimo, não, não foi, ela está dizendo assim, eu não posso afirmar que houve fraude, mas eu posso afirmar que é possível fraudar.

É isso que a Força Armada está dizendo, é isso que o relatório técnico, que ele diz assim no final, estamos aqui mantendo o nosso compromisso de entregar um relatório técnico. Outras ações virão a partir de agora. Agora nós temos um documento oficial dizendo que é, sim, possível fraudar e a Força Armada quer acesso, uma resposta imediata, junto com a equipe técnica do TSE, para saber porque que eles não conseguem avaliar, já que eles não tiveram acesso a tudo que eles pediram.

Então, essa apuração está sob júdice. Temos que aumentar os movimentos, não caiam nas falácias da grande mídia, que é a maior propagadora de fake news no nosso país. Temos que quintuplicar o movimento. Leiam a página 21, leiam o relatório todo, até a página 24 é o relatório, depois tem vários anexos, vai até a página 65.

Não é hora de esmorecer.”

## ÁUDIO 14 – LOG URNAS

**Duração: 8'25''**

Áudio começa com uma voz automatizada: Garotos desmascaram todo o golpe do STF e do TSE. E procuraram o governo para entregarem todo o material já auditado. Os técnicos do governo ainda estavam comendo farinha.

Em seguida, entra o áudio com a voz da fonte: “[Inaudível], esses caras da Abin vieram aqui, ficaram dois ou três dias. Aí não é desmerecendo, a gente chegou a uma conclusão que assim, os caras estudaram para entrar num concurso, passaram no concurso, mas tecnicamente são fracos demais. Então o que levou aqui dois, três dias para fazer os scripts, o programa de pegar todos os arquivos? Os caras levaram sete dias para pegar os arquivos. O arquivo log, que esse cara que apareceu da Argentina e que ele conseguiu descriptografar, o Gabriel descriptografou seis dias. Fez um script em quatro, cinco dias.

No sexto dia a gente estava com os logs já todos decodificados e todas as informações. Então eles vieram e a gente percebeu que foi mais para especular e saber como que a gente chegou naquele resultado.

Porque eles falaram, mas como que você abriu? Então eles ficaram mais espantados em saber que tinha conseguido descriptografar o log do que realmente saber a informação. Aí beleza, esse foi o primeiro ponto assim que a gente observou de cara. Isso daí é uns 25 dias atrás. Então vamos buscar agora qual que é a inconsistência desse negócio aí.

Por que está essa votação? A gente entrou no log e lá no log ele aparece o início que foi liberado para o cara digitar todas as teclas que ele digitou. Não o número, mas coloca. Votou, não votou. Então existe uma sequência de log lá que aparece. Até finalizar. Então a gente calculou esse tempo dele. Então tinha um tempo médio. Vamos imaginar assim como dois funil. Vamos imaginar um funil de venda. É... Só que ao contrário, é o inverso. Antes das 8 até as 5 horas da tarde é um funil invertido.

Porque tinha pouca gente e conforme ia passando o tempo ia aumentando esse funil. Depois das 5 horas da tarde ele escancarava. O negócio abriu uma boca e começou a surgir votos de todo lado. Então algo que demorava 1 minuto e 40 para votar eles chegaram a fazer uma média de 32, 35 segundos.

Esse daqui foi o que a gente descobriu logo de cara. A gente falou, tem alguma coisa muito errada. Porque pela lei vou até mandar para você e a gente observou que o aplicativo da urna você pode ligar em qualquer horário ela sempre vai startar, ou seja, ela vai liberar a votação às 8 horas da noite.

Por lei, poderia votar até as 5 horas da tarde. Então uma regra clara. Mas a regra só tem um ponto de início que ela só habilita as 8 horas e depois ela chega o pau. Pode votar o quanto quiser até meia noite ela vai contabilizar os dados, os votos.

A gente achou muito estranho isso porque a maioria das urnas, tinha um monte de urnas principalmente essas do Nordeste que deu esse rolo os caras votaram até 23h59 se você olhar vai ter o último voto que foi enviado. A gente falou, tá muito estranho isso daqui.

Aí a gente considera a Bahia que tem 1 quarto da população do estado de São Paulo teve 623 mil votos após as 5 horas da tarde. No estado de São Paulo acho que teve 260 e pouco, agora aí tem que ver. Sim, ó aquele cara da Argentina, ele falou da inconsistência em cima de gráficos em cima de não sei o que lá, só que ele não se atentou aos horários.

E o horário tava lá. E isso a gente tá 25 dias batendo em cima do tempo sabe, é como se fosse um a gente tá tentando cronometrar como que os caras conseguiram fazer tanto voto após as 5 horas. Já não é permitido mas como que chegou a tanto então o nosso trabalho foi em cima disso.

Uma suposição que eles fazem na votação pra aumentar de aumentar não, diminuir o tempo de um minuto e meio que é o normal de uma votação pra 30, 28 segundos e a gente comprova depois em vários arquivos que eu vou mandar um outro aqui que são das urnas que eles colocam.

Então eram 5 candidatos né, deputado estadual, federal governador, senador. Então eles colocavam branco, branco, branco, branco 4 vezes e presidente, pra ir rápido aí branco, branco, branco 4 vezes e presidente branco, branco, branco e presidente. Foi a única forma que a gente achou.

Aí falamos vamos tentar achar essa consistência dentro dos logs de quantos candidatos em branco tiveram. Aí ó olha uma inconsistência muito é muito cara de pau o negócio aí ó a gente considera ali ó eleitores aptos, beleza é comparecimento, tem a quantidade então 326, eleitores faltou 76 habilitados por ano de nascimento, 299 ou seja, 27 pessoas é apenas que tinha é digital, conseguiram votar com digital o restante foi tudo por quando o cara erra 4 vezes ele libera ele via terminal por ano de nascimento ou seja tudo fantasma, se o cara 5 horas da tarde ele fecha a portinha se ele tiver com o caderno de votação com as datas de nascimento ele senta o dedo então os cara foram dar 5 até até virar madrugada até meia noite que era a hora que contabilizava votando em cima desses cadernos nesse daqui ó é que dá pra perceber todas essas urnas aqui foram que o Bolsonaro teve 0 votos ou seja é muito difícil acontecer, então a gente tentou pegar nesse erro, primeiro nesse erro, qual que era, o que ele dava de tão diferente de qualquer outra urna em padrão nacional ou padrão estadual já começa pela biometria de novo, então se tem lá 20 votaram lá, então se tem aptos lá, não sei quanto votaram 21, desses que votaram 21, apenas 12 votaram, 12 mil votaram com biometria o restante, ou seja, quase 50 % votaram sem a biometria erraram a biometria e teve que liberar a urna pra eles fazerem. Depois, aí vai ter a quantidade de votos, no 22 e no 13 olha a diferença é absurdo a diferença, aí a porcentagem de branco em presidente deu 0,49, a porcentagem de votos brancos em outros candidatos chegou a dar 6, 8 10%, ou estamos falando de 12 vezes a proporção de votos, ou seja, porque alguém vai votar só no presidente e o restante vai anular tudo essa última tabela, nós consideramos o que?

Então vamos imaginar lá que das 8 até as 5 da tarde são 9 horas, ah, houve alguns erros e o pessoal deixou mais uma hora a urna ligada, então beleza então estamos considerando até as 6 horas da tarde após as 6 horas da tarde então das 6 até a meia-noite nessas urnas que o Bolsonaro teve 0 de votos, é esse resultado que está nessa tabela, ou seja é muito escancarado o negócio tem muita coisa errada putz, no segundo turno, se tivesse pegado acho que são mais de 200, 300 urnas, se tivesse pegado 5

urnas dessas tivesse colocado uma câmera ou tivesse deixado um fiscal ou alguém lá sei lá alguma coisa pra ver como que funcionava essa liberação que eles fazem após as 6 horas da tarde, às 5 horas, ia matar o negócio, porque isso é sistêmico tá em todos tá no Brasil inteiro aí é via sistema?

Eu e o Gabriel nós achamos que não é via sistema, nós achamos que o sistema em si ele pode ser naquela 2010, na unidade 2010/2011, nas anteriores, pode ter que ainda tenha alguma coisa errada mas o que que a gente acha que o processo é muito falha existe muita falha de processo humano onde eles podem alterar o resultado e aí considerando só no Nordeste deu 2 milhões e 300 mil votos a mais após as 6 horas da tarde, não é nem às 5 ou seja, uma lavada de votos.”